

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISBELLI DOMINGOS BRUNET

**METARREPRESENTAÇÃO *AD EXTREMUM*:
A TRADUÇÃO DO HUMOR COMO SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA**

CURITIBA

2016

CRISBELLI DOMINGOS BRUNET

**METARREPRESENTAÇÃO *AD EXTREMUM*:
A TRADUÇÃO DO HUMOR COMO SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Linguagem e Práticas Sociais, Departamento de Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Dra. Elena Godoy

Curitiba

2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Brunet, Crisbelli Domingos

Metarrepresentação *ad extremum*: a tradução do humor como
superposição interpretativa / Crisbelli Domingos Brunet – Curitiba,
2016.

170 f.

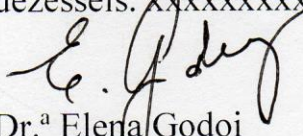
Orientadora: Profa. Dra. Elena Godoy
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

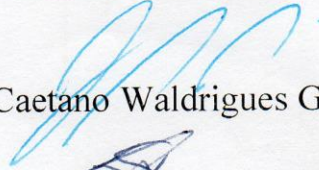
1. Linguagem e línguas – Estudo e ensino. 2. Tradução e
interpretação – Pragmática. 3. Psicologia cognitiva - Pragmática.
I. Título.

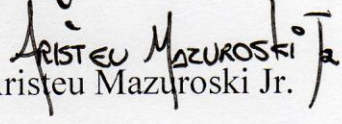
CDD 401.41




Ata setingentésima quadragésima, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu a mestranda **CRISBELLI DJAMILI DOMINGOS BRUNET**. No dia quinze de abril de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala 1005B, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **ELENA GODOI**, Presidente, **ARISTEU MAZUROSKI JR.**, **CAETANO WALDRIGUES GALINDO** e **SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS**, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: “METARREPRESENTAÇÃO *AD EXTREMUM*: A TRADUÇÃO DO HUMOR COMO SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA” apresentada por **CRISBELLI DJAMILI DOMINGOS BRUNET**. A sessão teve início com a apresentação oral da mestranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora **ELENA GODOI** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia quinze de abril de dois mil e dezesseis. XXX


Dr.ª Elena Godoi


Dr. Caetano Waldrigues Galindo


Dr. Aristeu Mazuroski Jr.


Dr. Sebastião Lourenço dos Santos


Crisbelli Djamilli Domingos Brunet



PARECER

Defesa de dissertação da mestranda CRISBELLI DJAMILI DOMINGOS BRUNET para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados ELENA GODOI, ARISTEU MAZUROSKI JR., CAETANO WALDRIGUES GALINDO e SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS arguíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“METARREPRESENTAÇÃO *AD EXTREMUM*: A TRADUÇÃO DO HUMOR COMO SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de Mestre em Letras, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
ELENA GODOI		APROVADA
ARISTEU MAZUROSKI JR.		APROVADA
CAETANO WALDRIGUES GALINDO		Aprovada
SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS		Aprovada

Curitiba, 15 de abril de 2016

Prof.^a Dr.^a Patricia da Silva Cardoso
Coordenadora

*À Mirela,
Minha tão pequenina companheira,
alegre e amorosa.
Pela motivação que me ocasiona,
tanto nos momentos de trabalho
como nas horas de trégua,
quando o seu sorriso e suas brincadeiras
dissipam, facilmente, todo o cansaço.
A ela dedico os desafios que venço
no curso da vida, agora materna.*

AGRADECIMENTOS

Ao supremo Deus.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa.

À professora Elena Godoy, minha orientadora, que não conduz apenas trabalhos científicos, mas caminhos de vida. A essa mulher forte, expresso minha eterna gratidão pela liberdade, confiança, contribuição e dedicação ao meu trabalho; somada a amizade e compreensão permanentes. Além disso, minha admiração pela coragem na difícil empreitada de reunir os pragmaticistas do país e fundar a ABRAP. Iniciativa histórica que rendeu, rende e renderá muitos e maravilhosos frutos.

Ao professor Sebastião Santos, que, ao me apresentar a pragmática em uma conversa no corredor da biblioteca, abriu-me as portas para a parte instigante do mundo da linguagem e, com isso, contribuiu para a minha vontade e decisão de seguir uma nova carreira (feliz!) e embarcar no seu legado de estudos do humor. Desde então, orientou os meus trabalhos e, com confiança e aposta, conduziu meus caminhos até o mestrado.

Ao professor Caetano Galindo, que muito receptivo aceitou o convite para integrar a banca. Curioso que é, “emprestou” a sua mente de tradutor de desafios para refletir conosco sobre a prática de metarrepresentações sofisticadas e, assim, fomentou observações muito contributivas na qualificação.

Ao Aristeu Mazuroski Jr., responsável pela ciência da psicologia cognitiva em nosso grupo de pesquisa, por ter aceitado, alegremente, o convite para a banca.

Ao Paco (Francisco Yus), cujos trabalhos ajudaram muito para o desenvolvimento das minhas ideias.

A professora Gesualda Rasia, pelas contribuições no fórum de produção discente.

Aos estimados colegas do programa de pesquisa Linguagem & Cultura: “Lu”zia Schalkoski Dias, “Rodrigo” Bueno Ferreira, Satomi Azuma, Otávio Koch e Mariana Arruda, pelas inúmeras conversas, troca de experiências e agradável convivência e parceria, tanto na pesquisa como nos eventos de pragmática que juntos promovemos na universidade.

Ao querido Dré (André) Almeida, pelas leituras que dedicou a este trabalho e pela amizade incondicional que construímos durante a jornada acadêmica.

Ao Maurício Benfatti, por tudo o que ele, para mim, representa.

Aos professores Claudia Mendes Campos, Arthur Pagani, Denise Kluge e Mazé, pelas proveitosas aulas de linguística na pós-graduação.

À equipe de coordenação: professora Teca, Rodrigo e Maria Cristina, que foram compreensivos com a minha gravidez e meses de adaptação da bebê, e partiram da certeza de que eu honraria a confiança quando aceitaram o meu pedido de prazo.

Ao Odair, por toda a atenção, simpatia e presteza na secretaria.

Aos meus pais, irmãs (em especial a Liliane, pelos chás e cartinhas de motivação deixadas em meu escritório), irmãos, amigas e amigos, pela presença e apoio permanente durante os tantos desafios que eu arrumo na vida.

A esses seres importantes, deixo minha estima e meus agradecimentos. Se não fosse por eles, essa e outras vitórias não existiriam.

A linguagem parece ser uma “ferramenta” particularmente perversa, à medida que a suposta função original de qualquer uma de suas formas é, em grande parte, irrelevante para explicar um de seus usos concretos.

DASCAL (2011)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a metarrepresentação na comunicação linguística a partir de uma perspectiva gradativa. Investigações sobre Teoria da Mente (ToM) nas áreas da psicologia cognitiva, filosofia da mente e neurociência apresentam que a capacidade de atribuição de estados mentais próprios e alheios ocorre em formato de encadeamento de (meta)representações. Por outro lado, estudos da pragmática cognitiva voltados à linguagem verbal possibilitam uma importante constatação: a de que existem ordens, camadas ou níveis inerentes a esse processo. Nesse âmbito, os fenômenos comunicativos verbais que mais se destacam nas pesquisas em termos de sofisticação metarrepresentativa em ordens ou níveis são dois: a tradução, porque detém o envolvimento de múltiplos ambientes cognitivos em seus domínios interpretativos; e a interpretação do humor, por envolver conteúdo implícito, a verificação do engano e a resolução da incongruência. Assim sendo, propõe-se a confluência entre essas duas circunstâncias comunicativas complexas, a fim de observar como a capacidade metarrepresentativa se comporta em condições elevadas e/ou extremas. A metodologia descritivo-explanatória na interface das teorias possibilitou a confirmação de três hipóteses: a de que nas várias disposições de/entre ambientes cognitivos mútuos da tradução existe sempre uma partilha de conhecimentos entre autor e tradutor, pelo menos em alguma medida; que a gama metarrepresentativa dos dois fenômenos comunicativos (tradução-do-humor), torna-se um processo que oscila, em detrimento a condição estanque de ordens, camadas e níveis atribuídos à metarrepresentação nas definições dadas pela psicologia cognitiva e pragmática cognitiva; e, por fim, devido à situação interna da própria incongruência – que exige o trabalho duplo de ser reconhecida e resolvida na interpretação para então ser metarrepresentada segundo o efeito de humor apreendido e apostado para o novo público – a condição estanque de *ordens* e *níveis* metarrepresentativos estabelecida por Wilson (2000), Gibbs (2000) e Recanati (2000) passa a migrar, portanto, à uma instância dinâmica de *grau*, tendo em vista o alargamento de significação a ser realizado no processo tradutório.

Palavras-chave: ToM. Psicologia Cognitiva. Teoria da Relevância.
Metarrepresentação Gradativa. Tradução.

ABSTRACT

The objective of this study is to examine the metarepresentation in the linguistic communication from a gradual perspective. Investigations on the Theory of the Mind (ToM) in the areas of cognitive psychology, philosophy of the mind and neuroscience have shown that the capacity to attribute mental states of oneself or others occurs by chaining (meta)representations. On the other hand, studies about cognitive pragmatics focused on verbal language enabled an important finding: that there are orders, layers or levels inherent to this process. Thusly, the most distinctive verbal communicative phenomena in the researches in terms of metarepresentative sophistication and orders or levels are two: the translation, as it contains the involvement of multiple cognitive environments in its interpretive domains; and the interpretation of humor, due to its implicit content, the verification of mistake and the resolution of the incongruity factor. Therefore, the intersection between those two complex communication situations is proposed, in order to observe how the metarepresentative capacity behaves in high and/or extreme conditions. The descriptive-explanatory methodology in the interface of the theories made it possible to confirm three hypotheses: that in the various dispositions of/between mutual cognitive environments of translation there is always shared knowledge between author and translator, at least in some level; that the metarepresentative range of the two communicative phenomena, transformed into one (translation-of-humor), becomes an oscillating process, in detriment of the stagnant orders, layers and levels attributed to the metarepresentation in the definitions provided by the cognitive psychology and cognitive pragmatics; and, finally, because of the internal condition of its own incongruity, which demands the double task of being recognized and addressed in the interpretation so to be metarepresented according to the humorous effect absorbed and presented for the new audience, the stagnant metarepresentative orders and levels – established by Wilson (2000), Gibbs (2000) and Recanati (2000) – begin to migrate, therefore, to a dynamic degree of instability, bearing the widening of significance that will occur in the translation process.

Keywords: ToM. Cognitive Psychology. Relevance Theory.
Gradative Metarepresentation. Translation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO	32
FIGURA 2 – COMUNICAÇÃO INFERENCIAL OSTENSIVA.....	34
FIGURA 3 – GRAUS DE MAXIMIZAÇÃO DA RELEVÂNCIA.....	36
FIGURA 4 – A SELETIVIDADE DE ESTÍMULOS OSTENSIVOS	37
FIGURA 5 – DEFINIÇÃO DE SUPOSIÇÃO	42
FIGURA 6 – METARREPRESENTAÇÃO E ICONICIDADE.....	62
FIGURA 7 – METARREPRESENTAÇÃO EM ATOS COMUNICATIVOS ENCENADOS	64
FIGURA 8 – METARREPRESENTAÇÃO EM TRADUÇÃO	70
FIGURA 9 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO: TRADUTOR E NOVO PÚBLICO.....	71
FIGURA 10 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO: TRADUTOR E AUTOR.....	72
FIGURA 11 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO: AUTOR E NOVO PÚBLICO.	72
FIGURA 12 – ISENÇÃO DE MUTUALIDADE ENTRE OS AMBIENTES COGNITIVOS.....	73
FIGURA 13 – MUTUALIDADE ENTRE TODOS OS AMBIENTES COGNITIVOS	73
FIGURA 14 – CONFIGURAÇÃO PADRÃO DOS AMBIENTES COGNITIVOS.....	74
FIGURA 15 – CONFIGURAÇÃO PADRÃO: METARREPRESENTAÇÃO	75
FIGURA 16 – METARREPRESENTAÇÃO EM TRADUÇÃO DO HUMOR	141
FIGURA 17 – A SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA NA TRADUÇÃO DO HUMOR.....	143

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 – DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DE PIADAS.....	86
DIAGRAMA 2 – ESTRUTURA COGNITIVA DE INTERPRETAÇÃO DA PIADA.....	97

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – A VERIFICAÇÃO METARREPRESENTATIVA	77
TABELA 2 – ELEMENTOS DA TRADUÇÃO DO HUMOR.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS

C – Cenário cultural

FL – Forma lógica

FP – Forma proposicional

FPAP – Forma proposicional atitudinal plena

GTVH – *General Theory Verbal Humor*, traduzida para Teoria geral do humor verbal

LF – Língua-fonte

LA – Língua-alvo

MP – Módulo psicológico

MTR – Metarrepresentação (abreviatura utilizada apenas na figura 7)

P – Cenário pragmático

P(a) – Etapas de inferência

P (b) – Equilíbrio entre esforço e efeito

S – Cenário semântico

ToM – *Theory of Mind*

TR – Teoria da Relevância

TRAD – Tradução

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA	15
1.2	HIPÓTESES E JUSTIFICATIVA	17
1.3	OBJETIVOS	19
1.4	METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	20
2	A METARREPRESENTAÇÃO NA COMUNICAÇÃO HUMANA	21
2.1	DEFINIÇÃO E PERSPECTIVAS TEÓRICAS	22
2.1.1	Metarrepresentação, linguagem e compreensão verbal	25
2.2	METARREPRESENTAÇÃO, COGNIÇÃO E RELEVÂNCIA	28
2.2.1	Ambientes cognitivos e a manifestação mútua	29
2.2.2	A comunicação ostensiva e a maximização da relevância	33
2.2.3	Representação, forma lógica e suposição	38
2.2.4	As regras de dedução	40
2.2.5	Os efeitos contextuais	44
2.2.6	Uso descritivo e uso interpretativo	46
2.3	A MULTIPLICIDADE METARREPRESENTATIVA	47
2.3.1	A metarrepresentação na escrita	48
2.3.2	Interseção de ambientes cognitivos: o caso da tradução	51
3	METARREPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO	54
3.1	A METARREPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA EM ORDENS E CAMADAS	54
3.1.1	A variação metarrepresentativa na interpretação de enunciados não sérios	60
3.2	METARREPRESENTAÇÃO EM TRADUÇÃO	65
3.2.1	Tradução e semelhança interpretativa	65
3.2.2	Ambientes cognitivos na metarrepresentação tradutória	68
3.2.3	A abordagem de níveis de processamento da mente em fenômenos comunicativos complexos	78
4	A METARREPRESENTAÇÃO ENTRE INCONGRUÊNCIAS PARADOXOS E INDETERMINÂNCIA DE SIGNIFICADO	82
4.1	A INCONGRUÊNCIA NA SIGNIFICAÇÃO HUMORÍSTICA	84

4.1.1	A proposta de Yus (2013): levantamento de hipóteses para o plano conceitual e o desenvolvimento estrutural do humor	85
4.1.2	A proposta de Santos (2014): o ajuste das hipóteses	92
4.1.3	A comprovação das hipóteses na pragmática experimental	111
4.2	ABORDAGENS COGNITIVISTAS SOBRE TRADUÇÃO HUMORÍSTICA	113
4.2.1	Propostas teóricas para a tradução do humor.....	115
4.2.2	A Teoria da Relevância e a tradução do humor	116
4.3	NÍVEIS DE PROCESSAMENTO DA MENTE: TRADUÇÃO E HUMOR	125
5	METARREPRESENTAÇÃO AD EXTREMUM: CONCEITOS INICIAIS PARA UMA PERSPECTIVA GRADATIVA.....	130
5.1	A MUTUALIDADE GRADATIVA ENTRE AMBIENTES COGNITIVOS.....	130
5.2	A SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA.....	137
5.3	DE NÍVEL PARA GRAU: O AJUSTE DOS TERMOS.....	145
6	CONCLUSÃO	151
	REFERÊNCIAS.....	153

1 INTRODUÇÃO

Assim como a metalinguagem é a linguagem sobre a linguagem, e metacognição é o conhecimento sobre o conhecimento, a metarrepresentação envolve representações de representações. O ato de metarrepresentar é o que possibilita os interlocutores à coordenação de suas crenças mútuas em uma comunicação bem-sucedida.

Nos estudos da pragmática cognitiva, a metarrepresentação é definida como uma representação de ordem superior com uma representação de ordem inferior internamente inserida. Em outras palavras, relaciona-se à capacidade de representar estados de coisas na medida em que são levantadas suposições de como outras pessoas representam aquele estado de coisas (WILSON, 2000, p. 411). Esse processo é, portanto, a base da comunicação humana.

Do ponto de vista evolutivo, explicar o processamento cognitivo da comunicação não deixa de ser uma tarefa incógnita. A habilidade de comunicar envolve diversas funções da mente-cérebro e, por ser a mais social das execuções humanas e responsável pela conexão entre corpo-mente, torna-se a mais complexa das atividades mentais em razão da quantidade e qualidade de recursos físico-cognitivos exigidos (DIAS, 2014, p. 1124).

Entretanto, algumas ciências oferecem descrições aprofundadas a respeito da habilidade de formular, processar e combinar informações sobre estados de coisas do mundo (da própria cognição e da cognição de outros). A biolinguística chomskiniana¹, por exemplo, parte dos mecanismos computacionais abstratos na relação com outros sistemas, como o sociomotor e conceptual-intencional, a fim de entender como a capacidade de aquisição de línguas naturais gera o conhecimento na linguagem. Porém é uma proposta dissociada da interação comunicativa. Cumpre com o seu papel, que é o de proporcionar uma explicação consistente sobre o fato de seres humanos requererem um código universal de comunicação, entretanto emergiram, inevitavelmente, investigações sobre a existência de um procedimento padrão que seria responsável por regular a produção e interpretação de *inputs* intencionais nas trocas conversacionais.

¹ Cf. CHOMSKY, N. **Mind and Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Nesse sentido, cientistas cognitivistas² passaram a definir que habilidades de interpretação de comportamentos comunicativos constituem-se de um módulo inferencial geral de leitura da mente, cujo submódulo são as metarrepresentações.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

Apesar de o ato de (meta)representar possuir plasticidade (função de remodelação) por ser uma capacidade inata e intermitente, isso não confere simetria ao processo. As diferenças nos ambientes físicos e na constituição das capacidades cognitivas do ser humano, obviamente, não permitem construções de mesmas representações de estados de coisas do mundo entre todos. Membros de uma mesma comunidade cultural partilham costumes, regras conjuntas, convenções, conhecimentos e vivências, entretanto formulam suas concepções com base em suas próprias experiências sociais. Nesse sentido, se dentro de um mesmo núcleo cultural existe uma alta variabilidade sociocognitiva da significação na comunicação, como seriam as relações metarrepresentativas entre duas ou mais culturas diferentes?

Nesta pesquisa, considera-se que a tradução é a espécie de comunicação adequada para observar como a metarrepresentação linguística se comporta no contato de diferentes culturas. Do ponto de vista cognitivo, isso se dá em razão de que o processo tradutório promove uma relação múltipla entre diferentes ambientes mentais individuais: o do autor (sobre a maneira com que o conteúdo é desenvolvido/apresentado na obra); público primeiramente destinado (o tradutor na condição de leitor); o novo público (segundo as representações linguísticas e culturais necessárias); e, por vezes, de outros tradutores, cujo trabalho pode servir de consulta.

Além dessa demanda cognitiva múltipla que enquadra à tradução a atividade de “interpretação sofisticada” (GUTT, 2004, p. 7), ela pode ainda carregar em si outro fator que é capaz de agravar o dispêndio metarrepresentativo.

Os fenômenos comunicativos verbais que se destacam nas pesquisas em relação à necessidade de sofisticação metarrepresentativa suplementar são os enunciados figurativos. Dan Sperber e Deirdre Wilson (2001, 2008) apontam a

² Sperber e Wilson 1986 (a/b), 1995, 2008; Sperber 1994, 1995, 2000; Origgi e Sperber 2000. Dados completos dos trabalhos, vide referências.

metáfora e a ironia, sendo que na metáfora existe uma relação interpretativa entre a forma proposicional de uma elocução e o pensamento que ela representa; e na ironia há uma relação interpretativa entre o pensamento do falante e os pensamentos ou elocuições atribuídas. Entre os dois casos, a ironia assume, segundo os pesquisadores, uma quantidade ainda maior de dispêndio cognitivo na interpretação porque joga com o raciocínio alheio ao ecoar um pensamento tacitamente atribuído a uma atitude dissociativa.

Desde então, pesquisas se ramificaram sobre atitudes dissociativas na interpretação, devido ao fato de que a mesma abordagem científica sobre os mecanismos cognitivos responsáveis pela interpretação da ironia era também enquadrada, por alguns pesquisadores, a outros tipos de enunciados chamados “não sérios”. Diante desse cenário, Manuel Padilla (2012), Francisco Yus (1997, 2013) e Sebastião Santos (2009, 2014) destacam que o humor sobressai interpretativamente em relação a outros enunciados figurativos, por pelo menos dois motivos: tem como objetivo promover o prazer do riso; e porque se trata de um ato de comunicação que engana intencionalmente, uma vez que conduz o ouvinte/leitor a alcançar uma determinada interpretação que parece relevante (devido à impressão de que é facilmente acessível) e, depois, exige retorno cognitivo para a reinterpretção da informação.

Segundo Padilla (2012), enunciados humorísticos enganam porque exploram a ambivalência pragmática à medida que possuem, potencialmente, uma variedade de interpretações capazes de se ajustar com a informação codificada linguisticamente e dada contextualmente. O falante/autor, ao utilizar esse recurso como estratégia, está ciente sobre o módulo de compreensão que o ouvinte/leitor, em primeira mão, não irá acessar ou que fará “malabarismos” com vários módulos ao mesmo tempo em busca do arranjo cognitivo adequado. Assim, com base nas condições de esforço cognitivo e recompensa do riso, o ouvinte, em busca de relevância da informação, seleciona uma interpretação e exclui as concorrentes.

Portanto, diante desses dois escopos metarrepresentativos peculiares, sendo de um lado a tradução, que detém múltiplos ambientes cognitivos em seus domínios interpretativos, e, do outro, a interpretação do humor, que envolve ambivalência pragmática, verificação do engano, rearranjo e seleção de informações para a resolução da incongruência; o questionamento é: de que maneira se dá a confluência entre essas duas situações comunicativas complexas, tradução-do-

humor, em relação ao comportamento da capacidade metarrepresentativa que, nesse caso, tende a se enquadrar em condição processual (capacidade + operação) elevada e/ou extrema, em razão de que há demanda de metarrepresentar metarrepresentações?

Para responder a essa questão, o conjunto dos diferentes ambientes cognitivos da tradução, ora envolvidos no largo dispêndio cognitivo (ambivalência → engano → múltiplos módulos → esforço cognitivo → relevância da informação → rearranjo → seleção → recompensa do riso) dos processos interpretativos humorísticos, será analisado a partir da proposta da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2001 [1995]) e outras abordagens das ciências cognitivas. A busca é dirigida à elucidação dos mecanismos cognitivos interpretativos que residem no interior da capacidade (inata) metarrepresentativa e que conduzem o teor de sua atividade em diferentes tipos de comunicação verbal.

1.2 HIPÓTESES E JUSTIFICATIVA

O módulo inferencial geral de leitura da mente, que possibilita a atribuição de estados mentais próprios e alheios, é desempenhado na concatenação de diferentes representações do/e sobre o mundo na comunicação linguística, desde situações individualmente consideradas como triviais até as circunstâncias interpretativas mais dispendiosas. Para que o submódulo dessa capacidade, que é a metarrepresentação, seja investigado em seus níveis de alcance/performance, fez-se necessária a busca de um fenômeno de linguagem que abarcasse gradativamente ordens ou camadas metarrepresentativas existentes na comunicação. A tradução, especificamente do humor, corresponde a essa necessidade, uma vez que o tradutor precisa responder ao desafio de metarrepresentar metarrepresentações.

A tradução do humor, na condição de duplo envolvimento de metarrepresentações sofisticadas, é uma tarefa/circunstância comunicativa que se origina de diferentes formas e em diferentes fontes: no grande leque de modalidades da literatura; na dublagem ou legendagem da produção cinematográfica (filmes, seriados, novelas, desenhos animados, documentários, entre outros), em maior instância, obviamente, nos de comédia; no meio televisivo de modo geral, com ênfase aos programas de *talk show* e comédia *stand up*; em roteiros de peças

teatrais; na tradução simultânea; enfim, em todo o tipo de comunicação traduzida, tendo em vista que o humor é natural do próprio ser humano, que possui uma forte (e recorrente) tendência a evocar impulsos emocionais na busca do prazer humorístico, por meio de aparentes “lapsos” comunicativos³.

Portanto, ao buscar entender como a metarrepresentação se dissemina na dimensão interpretativa da tradução humorística, algumas hipóteses foram levantadas, a seguir.

Ernest-August Gutt (1989, 2000, 2004) submete a tradução aos pressupostos da Teoria da Relevância e oferece uma argumentação descritiva dos mecanismos cognitivos envolvidos no processamento tradutório. Desde que a perspectiva relevantista foi postulada, foram algumas as investigações que partiram dos estudos deste teórico para aprofundar o tema. Portanto, a primeira hipótese dessa pesquisa é a de que a revisão de alguns conceitos da teoria de Gutt (1989, 2000, 2004), baseada nas propostas de modelos mentais epistêmicos atuais, seja capaz de sugerir uma reflexão sobre as circunstâncias metarrepresentativas elencadas pelo pesquisador, contra-argumentando sobre as que não preveem a partilha de conhecimentos mútuos entre autor e tradutor.

A incongruência no humor é responsável por causar uma dissonância interpretativa, cujo dispêndio do recálculo é compensado somente pelo efeito cognitivo de prazer. Na tradução (direta ou não), para manter a característica humorística do conteúdo, é essencial que exista incongruência e que o efeito de humor seja, em alguma medida, comunicado no conteúdo pensado para a língua alvo. Logo, existe uma sobreposição de incongruência e de efeitos humorísticos entre o conteúdo do original e o conteúdo traduzido. A pergunta é: como o conjunto metarrepresentativo (formado pelos diferentes ambientes cognitivos envolvidos) presente no ato tradutório se comporta nas diversas instâncias (níveis) de metarrepresentação na interpretação humorística?

Parte-se da hipótese de que a gama metarrepresentativa dos dois fenômenos comunicativos, transformados em um (tradução-do-humor), torna-se um processo que oscila, em detrimento a condição estanque de ordens, camadas e níveis atribuídos à metarrepresentação nas definições dadas pela psicologia cognitiva e pragmática cognitiva.

³ É a ideia central de Sigmund Freud em sua obra *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, 1905. Dados completos da obra nas referências bibliográficas.

Diante dos desenvolvimentos dessas duas hipóteses, sugere-se que tanto a multiplicidade metarrepresentativa ocorrida nos diferentes ambientes cognitivos na tradução como a situação interna da própria incongruência no humor, não devem partir de uma concepção binária na comunicação, sob o raciocínio de que autor e tradutor partilham ou não partilham ambientes cognitivos; e que o efeito de humor pode ou não pode ser traduzido. Assim sendo, a terceira hipótese dessa pesquisa é a de que a condição estanque de ordens e níveis metarrepresentativos – estabelecidas por Gibbs (2000, 2010) e Recanati (2000) e Wilson (2012 [2000]) – passe a migrar, portanto, a uma instância dinâmica de grau, tendo em vista o alargamento de significação a ser realizado no processo tradutório.

1.3 OBJETIVOS

Este estudo tem por objetivo geral analisar a metarrepresentação na comunicação linguística com base em uma hipótese gradativa, em detrimento a atribuição de ordem ou nível encontrada nas demais investigações da pragmática cognitiva. Diante dessa diretriz, tornam-se objetivos específicos:

- a) mostrar como a metarrepresentação múltipla, ocorrida no envolvimento dos diferentes ambientes cognitivos da tradução, pode ser melhor concebida diante da revisão de alguns conceitos da teoria de Gutt (1989, 2000, 2004) segundo as propostas de modelos mentais epistêmicos atuais;
- b) descrever a maneira pela qual a metarrepresentação linguística ocorre (é estática? oscila?) diante da busca por semelhança interpretativa dupla que é demandada na tradução do humor;
- c) sugerir que a condição estanque de ordens e níveis metarrepresentativos – estabelecida por Wilson (2012 [2000]), Gibbs (2000, 2010) e Recanati (2000) – passe a migrar, portanto, a uma instância dinâmica de grau, tendo em vista o alargamento de significação a ser realizado no processo tradutório.

1.4 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A metodologia utilizada diante da interface das teorias apresentadas ao longo da pesquisa inicia-se a partir de uma abordagem descritivo-explanatória e recai em uma proposta argumentativa.

Sobre a organização dos capítulos, após a presente introdução, o objetivo no capítulo dois é o de apresentar as definições e perspectivas teóricas sobre a metarrepresentação na comunicação humana, dadas por diferentes áreas do conhecimento. Construídas essas bases, os postulados da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2001 [1995]) são abordados, a fim de mostrar que a relevância é um submódulo da capacidade metarrepresentativa e, assim, observar que a sistematização operacional dos mecanismos cognitivos envolvidos na interpretação não são estanques: possuem plasticidade e variam em termos de grau. Nas considerações finais do capítulo, a tradução é considerada como um fenômeno comunicativo adequado para a observação dessas variações.

No terceiro capítulo, a metarrepresentação linguística é submetida à tradução. Primeiramente, a metarrepresentação é apresentada a partir das abordagens teóricas que a concebem em ordens e camadas, apontando que tipos de enunciados provocam essas variações. Nesse cenário, a comunicação não séria é considerada como causa desses efeitos. Diante da tradução e do humor, elenca-se, portanto, argumentações sobre níveis de processamento da mente em fenômenos comunicativos complexos.

No quarto capítulo, apresenta-se a metarrepresentação entre incongruências, paradoxos e indeterminância de significado acarretados na interpretação humorística, com base em hipóteses teóricas alicerçadas na teoria da relevância, e também pela comprovação dessas hipóteses por meio de um estudo da pragmática experimental. Em seguida, a pesquisa migra para a tradução do humor, suas perspectivas teóricas de orientação cognitiva e em como ela se comporta em níveis de processamento da mente.

Na quinta e última parte, as hipóteses construídas nas considerações finais de cada capítulo são reunidas, em busca de mostrar como as observações acerca da tradução do humor em seus processos metarrepresentativos de alta variabilidade podem contribuir para uma visão gradativa de metarrepresentação, originária do módulo inferencial geral de leitura da mente.

2 A METARREPRESENTAÇÃO NA COMUNICAÇÃO HUMANA

As diferentes concepções sobre metarrepresentação que exercem influência nas ciências da linguagem variam no tipo e no uso a que se destinam. Em parte da literatura da psicologia, por exemplo, é denominada *mindreading* e associada à empatia, descrita como uma espécie de **habilidade**⁴ periférica de realizar constatações sobre domínios mentais de outros, com base em evidências da comunicação verbal, de emoções e sinais corporais. Por outro lado, existe uma concentração maior e mais aprofundada de estudos da psicologia de vertente cognitiva (e ainda de outras áreas), em que a metarrepresentação é chamada de Teoria da Mente (*Theory of Mind –ToM*) e destacada como a **capacidade** humana responsável por desenvolver hipóteses sobre estados mentais particulares além de alheios. Adiante da consideração periférica ou intermediária da ciência psicológica, desde a pioneira literatura da pragmática inferencial do filósofo Herbert Paul Grice (1982 [1967]), a metarrepresentação já se tornava alçada à condição de **capacidade central** das relações comunicativas, já que a própria compreensão verbal é por ele descrita como forma total de Teoria da Mente.

Neste capítulo, independentemente do enfoque de cada ramo científico, traça-se um breve panorama interdisciplinar com o propósito de apresentar como a metarrepresentação se constitui e alicerça a comunicação humana. O desenvolvimento é feito em três tópicos: no primeiro, são brevemente elencadas definições e perspectivas teóricas, abordando a linguagem e a compreensão verbal diante do papel do processo metarrepresentativo; no segundo tópico, com o aporte da Teoria da Relevância, institui-se uma abordagem cognitiva da comunicação, indicando paralelos com a ToM; e, por fim, no terceiro tópico discorre-se sobre o fato de que a metarrepresentação não é uma capacidade biunívoca (como geralmente é atribuída nas pesquisas), mas que possui variações cognitivas em níveis diante de fenômenos comunicativos que, raros e especiais, envolvem múltiplos ambientes mentais. Esse é o caso da tradução.

⁴ A normalização utilizada nesta pesquisa é negrito para ênfase e itálico para denominação de conceitos teóricos e termos em língua estrangeira.

2.1 DEFINIÇÃO E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Com raízes epistêmicas inicialmente firmadas, além da filosofia e psicologia, também na neurociência, a Teoria da Mente é definida como a capacidade inata potencial em seres humanos⁵ que possibilita a atribuição de estados mentais, principalmente acerca de intenções, crenças, conhecimentos e desejos. Essa atribuição refere-se a si e a outros, simultaneamente e na medida em que se compreende que nas relações coletivas existem estados mentais que diferem – ou podem diferir – dos seus próprios (PREMACK; WOODRUFF, 1978).

A concepção central da ToM é, portanto, de que a mente – totalidade de pensamentos, emoções, memórias e percepções – atua como um “gerador de representações” (COURTIN, 2000, p. 26), cuja capacidade de atribuir estados mentais ocorre em via dupla: de um lado esses estados são captados como causas de meios de comportamento e, de outro, existe o entendimento de que as representações mentais das pessoas não necessariamente refletem a realidade e podem ser incompatíveis entre si. Isso implica na existência de uma capacidade maior entre os seres sociais, que é a de manter e concatenar diferentes representações do/e sobre o mundo. Nesse sentido, por meio da ToM, busca-se entender a relação entre os estados mentais de seres sociais e, além disso, é uma perspectiva que se mostra como alternativa plausível para explicar e prever comportamentos.

De acordo com essa definição básica, existem outros fatores que fundamentam a ToM em razão de que as pesquisas relacionadas envolvem tratamento teórico e/ou experimental em diferentes populações: humanas e animais; adultos e crianças; pessoas de desenvolvimento cognitivo atípico, cada qual segundo o interesse da área de conhecimento específica.

⁵ Até meados dos anos 2000, interpretar adequadamente o comportamento animal era uma questão controversa, principalmente com relação à existência de pensamentos particulares e presença de autoconsciência. Povinelli, Nelson e Boysen (1990) identificaram uma suposta incapacidade animal à Teoria da Mente, quando os resultados dos seus experimentos mostraram que os chimpanzés aprendiam por meio de experiências sem que, necessariamente, houvesse atribuição de conhecimento dos estados intencionais de outros animais da mesma espécie. Entretanto, Hare, Call e Tomasello (2001) comprovaram o contrário ao constatar que chimpanzés subordinados eram capazes de atribuir os estados mentais dos chimpanzés dominantes. Assim, o estudo abriu precedentes para outras investigações científicas do gênero que, até o momento, corroboram a hipótese em animais dessa espécie.

Nos estudos da filosofia da mente, Peter Carruthers (1996) e Robert Gordon (1996) utilizam-se do legado teórico de Descartes para identificar na ToM outra capacidade inserida, que seria a da simulação (Teoria da Simulação). A premissa comum entre esses filósofos cognitivos é a de que, para presumir estados mentais, as pessoas simulam estar nas mesmas circunstâncias de outras, pensando como outras, de modo a extrapolar a própria experiência e imitar o conteúdo mental de cada uma para alcançar, então, intenções alheias. Entretanto, nos estudos de Jerry Fodor⁶ (1987, 2008) sobre modularidade mental, a capacidade de atribuir estados mentais é definida por consistir não apenas na realização dessas inferências guiadas pelo comportamento observado, mas também na consideração das condições de estímulo envolvidas e na captação de estados mentais antecedentes e previamente determinados.

Na psicologia cognitiva, a ToM é conceituada como capacidade inata: faz parte da herança genética e é desencadeada por fatores ambientais adequados. Consensualmente é tratada na área como uma atividade que envolve representações e cálculos especializados, rápida, obrigatória, de domínio específico e encapsulada de maneira informacional, aproximando-se à modularidade difundida por Fodor (1983). A ToM é largamente abordada nessa ciência para o estudo do autismo, síndrome de down e outros distúrbios psíquicos semelhantes ou relacionados⁷ cuja deficiência (carência em algum grau ou ausência) dessa capacidade metapsicológica em um indivíduo implica na dificuldade de compreensão a partir de qualquer outra perspectiva que não seja a dele própria e, conseqüentemente, passa a demonstrar graves dificuldades na atribuição de estados mentais.

Em neurociência cognitiva, Uta Frith (2003)⁸ utiliza técnicas de neuroimagem para testar a existência da ToM com base no “princípio padrão”, que é a identificação de uma localização específica a partir de atividades neuronais aumentadas. Os resultados experimentais mostram que o córtex frontal medial, polos mediais e junção temporoparietal do cérebro tornam-se regiões mais ativas quando pessoas executam tarefas que demandam atribuição de estados mentais.

⁶ As investigações de Fodor são amplamente utilizadas nas ciências cognitivas, inclusive na Teoria da Relevância, postulada por Dan Sperber e Deirdre Wilson (1995 [1989]), que será utilizada mais adiante como sustentação teórica desta pesquisa.

⁷ Disponíveis em Baron-Cohen; Leslie; Frith (1985); Leslie; Frith (1988); Baron-Cohen (1993, 1995); Happé (1993); Moore (2002); Baker (2003). Fontes completas nas referências bibliográficas.

⁸ Atual líder do Instituto de Neurociência Cognitiva da Universidade de Londres (UCL).

Posteriormente, Dana Samson et al. (2005 [2004]) reforçam a conclusão de Frith (2003) quando identificam que pessoas com lesão na junção temporoparietal do cérebro possuem dificuldades no desempenho da ToM.

Independente da ótica de análise de cada área, a interdisciplinaridade envolvida na ToM é capaz de sustentar a existência dessa capacidade humana. Contudo, isso não implica na ausência de divergências entre pontos de vista. Na filosofia, por exemplo, Daniel Dennet (1987) identifica que a ToM seria um alvo de racionalização a partir do momento em que o conjunto de atitudes proposicionais envolvidas no processo é gerado por um agente racional e pensador. Em consequência, as “previsões” dos estados mentais atuam, segundo ele, por meio de cálculos de um sistema estritamente normativo. O modelo teórico de Dennet mostra-se promissor em relação à compreensão de atitudes proposicionais, mas, como observa Alvin Goldman (2012), é desconsiderado o fato de que deduções não são capazes de operar por princípios absolutamente fortes (senão não haveria razão da existência da própria dedução); e também dos outros tipos de estados mentais, como sensações fisiológicas (sede, dor, calor, frio, sono, entre outros) e, inclusive, o indispensável campo das emoções.

Uma outra discussão controversa se formou em neurociência, porém sobre os neurônios espelho (GALLESE; GOLDMAN, 1998; FRITH, 2003; RIZZOLATI; CRAIGHERO, 2004), cujas sinapses disparam quando há utilização da capacidade de simulação adjunta à capacidade de atribuição de estados mentais. Estudos com chimpanzés e humanos foram utilizados para indicar que esse tipo de neurônio forneceria base tanto para a ToM como para a Teoria da Simulação (àquela defendida na filosofia cognitiva). Entretanto, outros experimentos apontaram que as áreas cerebrais ativadas durante o processo não foram sempre as mesmas relacionadas a esses neurônios. Segundo Goldman (2008), a possibilidade viável seria a de interpretação deflacionária, isto é, atividade mental aumentada nas áreas dos neurônios espelho com relação à previsão de ações, contudo não especificamente à atribuição de intenções.

Diante desse breve panorama interdisciplinar, nota-se que a **intencionalidade**⁹ é destaque na própria definição da ToM por ser atrelada à explicação e à previsão de comportamentos. Consequentemente, as áreas do

⁹ Cf. Obra fundamental: SEARLE, J.R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1983].

conhecimento apresentadas corroboram nisso quando traçam suas perspectivas¹⁰, em virtude de um encadeamento (ToM → intenção → linguagem → comunicação)¹¹ inerente: à medida que o levantamento de hipóteses sobre estados mentais próprios e alheios opera socialmente via linguagem, a ToM passa a estabelecer relação direta com a comunicação. Segundo Dan Sperber (1995, apud DIAS, 2014, p. 1128-1129), “a comunicação humana é subproduto das capacidades metarrepresentativas”, e um ato comunicativo, por sua vez, é precedido e sucedido de intenção, que nada mais é que uma representação mental de um estado de coisas desejado, no qual uma informação se torna representada na mente do ouvinte/falante como resultado o(do) enunciado. Apesar de ter condições de agregar à concepção de linguagem, a ToM permanece pouco explorada na linguística. Entretanto, a análise dessa capacidade metapsicológica torna-se fundamental às ciências que estudam a comunicação humana uma vez que é o que possibilita a capacidade metacomunicativa, conforme o que se segue.

2.1.1 Metarrepresentação, linguagem e compreensão verbal

Na comunicação, enunciados e discursos são interpretados porque, dependendo dos contextos nos quais estão inseridos, os interlocutores antecipam e preenchem uma série de expectativas cognitivas que permitem inferir os significados transmitidos. Na perspectiva de que o significado contextual torna-se a base para a interpretação humana, o contexto é definido como o conjunto de conhecimentos, crenças e suposições partilhados pelos interlocutores de um evento de comunicação verbal e que são relevantes para produzir e interpretar os enunciados comunicados.

Um contexto não se limita às informações que se referem ao ambiente físico imediato nem às informações que se referem às elocuições imediatamente anteriores; assumem papel na interpretação das expectativas do futuro, hipóteses, crenças, suposições culturais gerais e, sobretudo, opiniões sobre estados mentais de outros. Portanto, analisar o significado e o funcionamento da linguagem é uma

¹⁰ Na filosofia, a TOM possibilita a utilização da subcapacidade de simulação para captar intenções alheias; na filosofia da mente, há o endosso da captação de estímulos que *per se* são produtos de intenções; na psicologia cognitiva e em neurociência, a análise das tarefas que envolvem atribuição de estados mentais passam a abarcar, necessariamente, o reconhecimento de intenções.

¹¹ Nos desenvolvimentos seguintes, considera-se o encadeamento: (Protolinguagem → ToM → relevância/intenção → linguagem → comunicação).

empreitada interdisciplinar, uma vez que vai além dos níveis linguísticos, estendendo-se para os estudos dos princípios interacionais – linguísticos ou não – que regulam o uso da linguagem humana.¹²

Essa definição de contexto é originária do modelo inferencial de comunicação humana iniciado por Paul Grice (1982 [1967]), que como alternativa ao modelo semiótico clássico descreve que as elocuições, em vez de sinais, são pedaços de evidência sobre o significado do falante e a interpretação é alcançada quando o ouvinte **infere** esse significado a partir de uma **evidência**. Assim, o que o falante precisa fazer para comunicar um pensamento é conseguir o reconhecimento do ouvinte da sua intenção em manifestá-lo. A necessidade e eficácia da comunicação inferencial defendida por Grice é dada na interpretação: o significado codificado é apenas uma das entradas de dados (*input*) no processo de compreensão, quando outra é destinada às suposições contextuais do ouvinte e responsáveis por enriquecer o significado linguisticamente codificado.

A compreensão nesse modelo é, conseqüentemente, regida por cooperação: como falante, a intenção é a de que o ouvinte reconheça o estado de coisas informado. E o ouvinte, por sua vez, tenta reconhecer a intenção do falante a partir do momento em que se mostra interessado no que foi proferido, diante das evidências disponíveis. Nesse sentido, o ato comunicativo torna-se bem-sucedido não apenas em razão do ouvinte reconhecer o significado linguístico do enunciado, mas ao inferir o significado pretendido com a mensagem. É dessa maneira que a interação torna-se guiada por um princípio cooperativo, de origem intuitiva, que implica na existência de um acordo prévio, tácito, de colaboração na tarefa de se comunicar. Dada essa predisposição de mutualidade é que Grice define a linguagem como instrumento de comunicar intenções, sendo que a intencionalidade do falante e a capacidade de compreensão do ouvinte originam aquilo que é comunicado.

Para esclarecer esse argumento, Grice (1982) desenvolve quatro supostas máximas conversacionais, que são:

- a) máxima da quantidade: faça da sua contribuição tão informativa quanto o requerido e não mais informativa que o necessário;

¹² Nesse processo é que a consolidação da pragmática, assim como seus conceitos e teorias, foi se desenvolvendo e entrelaçando com outras áreas como linguística, filosofia, psicologia, sociologia, comunicação social, antropologia cultural, tradução, e na incorporação de conceitos desses campos do conhecimento solidificou-se como ciência interdisciplinar notável e consistente para a análise dos fenômenos comunicativos.

- b) máxima da qualidade: não diga o que você acredita ser falso e sem evidência adequada;
- c) máxima da relação: seja relevante;
- d) máxima de modo: seja claro, breve, ordenado e evite ambiguidades.

Certamente, o cumprimento dessas máximas proporcionaria uma conversação com o mínimo de margem para mal-entendidos. É o que, ilusoriamente, espera-se em um intercâmbio verbal (aparentemente) eficaz. Porém, o importante para Grice não é o cumprimento de regras para que a comunicação seja bem-sucedida, pelo contrário: servem de parâmetro para entender que o que interlocutores fazem é (re)agir constantemente a essas violações em seus comportamentos comunicativos verbais. Sem essa atitude por parte dos interlocutores não existiriam implicaturas e, conseqüentemente, conversação possível. O reconhecimento de que existe um “contrato” que se cumpre nas trocas comunicativas contribui à reivindicação da linguagem ser acusada de ambigüidade e imprecisão, contudo a lógica inferencial é a de que a comunicação intencional obedece à premissa naturalística de que os seres humanos são dotados de uma predisposição para interpretar enunciados de maneira altamente eficiente.

Apesar de colaborar para o entendimento da capacidade metacomunicativa, a abordagem de Grice não se encaixa à existência de uma capacidade metapsicológica. O principal motivo desse desencontro é que as intenções (representações mentais de um estado de coisas desejado), no modelo griceano, geram um encadeamento infinito de metarrepresentações, isto é, para que um significado seja comunicado, além da intenção de informar, cada suposição do contexto circundante deve se tornar mutuamente conhecida. Em termos práticos, isso é impossível. Há uma série infinita de suposições, geradora de metarrepresentações, cuja realização de todas em conjunto jamais poderia ser atingida e representada mentalmente.

Deirdre Wilson (2012) observa que esse infinito progressivo de Grice pode ser resolvido se a intenção for concebida não apenas a partir da sua função informativa (constituída pelo conjunto de pressupostos que formam o conteúdo do significado do comunicador), mas também por uma intenção de reconhecimento de compartilhamento de informação, ou seja, de uma intenção comunicativa. A hipótese é a de que, quando a intenção comunicativa torna-se mutuamente manifesta,

apenas as pressuposições envolvidas serão representadas mentalmente, e não toda a infinidade de metarrepresentações disponíveis.

Esse é um raciocínio que implica em algumas constatações: a de que as habilidades de leitura da mente não se caracterizam por um módulo único (metacomunicativo), mas por um conjunto de mecanismos (também de ordem metapsicológica) dedicados, por exemplo, à comunicação ostensiva, uma vez que a comunicação intencional se centra no significado **pretendido** pelo comunicador. Além disso, no fato de que para que a compreensão ocorra não basta identificar uma intenção comunicativa, é preciso satisfazê-la cognitivamente, segundo as implicações sociais da manifestabilidade mútua.

Mas como funciona essa atitude ostensiva na comunicação intencional? De que maneira diferentes ambientes cognitivos são concatenados no arranjo da manifestabilidade mútua que origina a comunicação? Como o aparato cognitivo da linguagem estrutura a interpretação de uma intenção comunicativa e seus desdobramentos entre falante e ouvinte?

Indivíduos não realizam metarrepresentações infinitas nem representam toda a sorte de estímulos que os cercam. Portanto, partindo do princípio de que seres humanos são cognitivamente orientados pela relevância – terceira máxima de Grice que permaneceu inacabada sob a justificativa de que “esconde” problemas complexos –, Sperber e Wilson (2001) procuram respostas às lacunas deixadas na abordagem griceana, concentrando-se, especialmente, na evidência de que a relevância é importante para a comunicação linguística. Nesse panorama é que surge a Teoria da Relevância, na obra *Relevance: Communication and cognition* (1995 [1989]) cujos tópicos são apresentados a seguir.

2.2 METARREPRESENTAÇÃO, COGNIÇÃO E RELEVÂNCIA

Na tentativa de repensar, em termos psicologicamente aceitáveis e pertinentes sobre como a informação partilhada é disponível aos seres humanos; de que forma é explorada; o que é relevância e como é conseguida; e, além disso, o papel que a comunicação verbal desempenha em busca de relevância, Sperber e Wilson (2001)¹³ iniciam os pressupostos da Teoria da Relevância (doravante TR)

¹³ De aqui em diante, a obra referida trata-se da edição do ano de 2001, traduzida para a língua portuguesa de Portugal por Helen Santos Alves. Dados completos nas referências bibliográficas.

discutindo o funcionamento de ambientes cognitivos estabelecidos pela existência de uma manifestação mental mútua entre interlocutores, no ato comunicativo.

2.2.1 Ambientes cognitivos e a manifestação mútua

O conceito de “conhecimento mútuo” originário do modelo semiótico de comunicação consiste no fato de que, para que o ouvinte se assegure da interpretação pretendida pelo falante, os detalhes da informação contextual do enunciado devem ser conhecidos mutuamente (SCHIFFER, 1972). Esse é um raciocínio especulativo que parece simples e óbvio, contudo Sperber e Wilson (2001) observam que é uma concepção sem contrapartida na realidade. Para os pesquisadores, seja qual for o caso comunicativo e a afinidade, sintonia, entre os pensamentos dos interlocutores, não é possível ter certeza da existência de um conhecimento mútuo. “O conhecimento mútuo tem de ser sentido como certo, ou então não existe; e como nunca pode ser sentido como certo, nunca poderá existir” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 51).

Mesmo que a hipótese de um conhecimento mútuo fosse substituída por uma hipótese de suposições probabilísticas mútuas, a própria suposição, no sentido estrito, seria problemática. A ausência natural de provas fortes no fator cascata de “supor que o outro sabe e supor que sei que o outro sabe” coloca a própria suposição em uma posição de probabilidade fraca. Além disso, esse é um ponto de vista que não indica, por exemplo, como crenças mútuas são ativadas ou escolhidas, muito menos como esse tipo de indicação é feita.

Entretanto, não se pode negar a existência de certa partilha de informações. Afinal, isso é fundamental aos processos comunicativos. Qualquer abordagem científica em favor de uma teoria da comunicação precisa incorporar alguma noção de informação partilhada. Mas, para que isso se sustente, é necessário analisar a maneira pela qual a partilha mútua acontece e até que ponto seres humanos partilham informações sobre as informações que partilham. A respeito disso, os investigadores da relevância observam que:

Todos os seres humanos vivem dentro do mesmo mundo físico. Encontramo-nos todos envolvidos num empreendimento de uma vida inteira e derivamos informações desse ambiente comum e construímos sobre ele as melhores representações mentais possíveis. Não construímos todos a

mesma representação; por um lado, devido às diferenças dos nossos ambientes físicos mais reduzidos e, por outro, devido às nossas capacidades cognitivas. As capacidades perceptuais variam em eficácia de um indivíduo para o outro. As capacidades inferenciais também variam, e não apenas em sua eficácia. As pessoas falam em línguas diferentes, acabam por dominar conceitos diferentes; como resultado, podem construir representações diferentes e chegar a inferências diferentes. Têm também memórias diferentes, teorias diferentes que aplicam às suas experiências de maneiras diferentes. Por isso, nem que todos partilhassem o mesmo estreito ambiente físico, aquilo que propomos chamar os seus *ambientes cognitivos* seria mesmo assim diferente. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 79).

Nessa perspectiva, o ambiente cognitivo de um indivíduo é, segundo a TR, um conjunto de fatores que lhe são manifestos, e um fato é manifesto a um indivíduo em dado momento se, e somente se, ele for capaz nesse dado momento de representá-lo mentalmente e aceitar a sua representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira.

Para entender o que é manifesto, explica-se na teoria que ao mesmo tempo que o ambiente cognitivo fornece uma evidência satisfatória, qualquer suposição, seja ela verdadeira, seja ela falsa, pode ser manifesta. Quando um estado de coisas é notado, algumas suposições tornam-se mais facilmente acessíveis do que outras, de forma que todas as suposições reais do indivíduo lhe são manifestas, inclusive um número maior de outras suposições ainda não realmente feitas. Em sentido forte, no conhecimento de um fato existe uma representação mental; em sentido fraco, o indivíduo conhecer um fato não significa que ele alguma vez elaborou uma representação mental sobre aquilo.

À medida que dois organismos tenham capacidades cognitivas conceituais aproximadas, os mesmos fatos e suposições aproximadas podem ser manifestos nos ambientes cognitivos de duas pessoas. Os ambientes cognitivos são interceptados (um pelo outro no cruzamento entre os dois ambientes cognitivos totais) e essa interceptação é um ambiente cognitivo partilhado¹⁴ pelos interlocutores. Qualquer ambiente cognitivo partilhado em que seja manifesto quais pessoas o estão partilhando é chamado, por Sperber e Wilson (2001), como ambiente cognitivo mútuo.

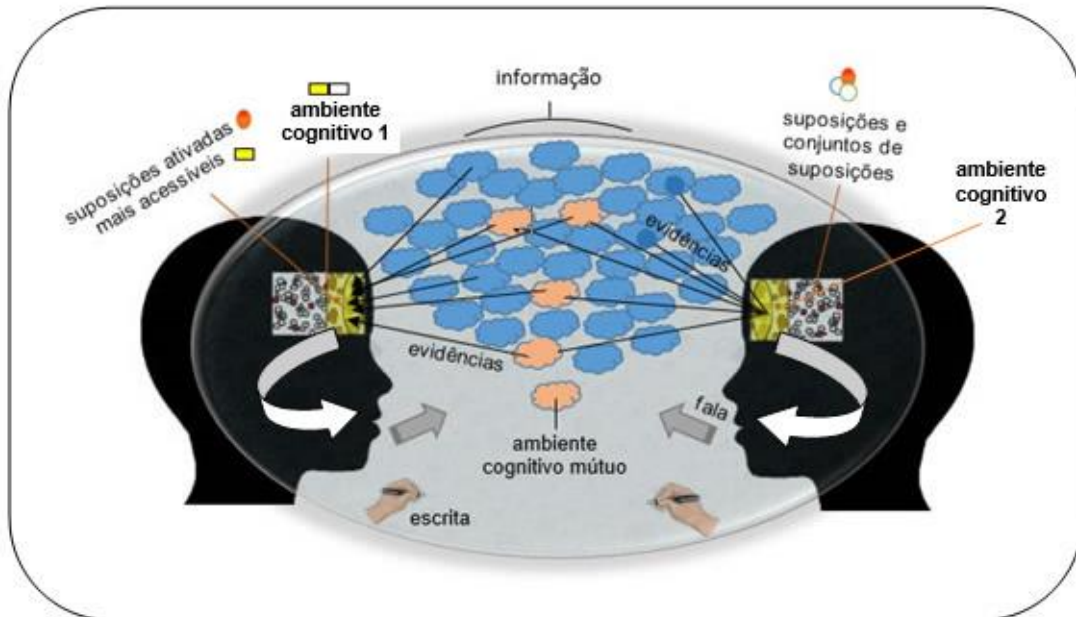
¹⁴ O ambiente cognitivo totalmente partilhado por duas pessoas seria o cruzamento entre os seus dois ambientes cognitivos totais, que é o conjunto de todos os fatores que a ambas são manifestos. Como as informações armazenadas diferem de indivíduo para indivíduo, pessoas nunca compartilham entre si os seus ambientes cognitivos totais. Isso é completamente impossível. Essa é a razão da distinção entre os verbos *partilhar* e *compartilhar*, utilizadas ao longo desta pesquisa. É uma das observações feitas pelo prof. Sebastião Santos, cuja abordagem teórica é apresentada no capítulo quatro.

Membros de uma mesma comunidade linguística podem convergir em suas capacidades inferenciais, mas isso não é regra com as suposições que cada um gera. Os seres humanos são determinados por capacidades cognitivas específicas da espécie, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de suas representações do estado de coisas do mundo. É também realidade que todos os membros de um mesmo grupo cultural partilham alguma quantidade de experiências, perspectivas e ensinamentos.

Entretanto, mesmo existindo uma estrutura comum, o indivíduo possui a tendência natural de ser idiossincrático. As diferenças na história de vida particular de cada um moldam, necessariamente, as diferenças nas informações memorizadas. Além disso, as relações humanas demonstram que é completamente possível que duas pessoas presenciem um mesmo acontecimento e construam sobre ele representações radicalmente diferentes. Essa é a razão pela qual nem sempre existe a possibilidade de que suposições sejam sempre as mesmas. Portanto, na TR destaca-se que, em um ambiente cognitivo mútuo, toda suposição manifesta tem de ser mutuamente manifesta.

Sperber e Wilson (2001) ressaltam ainda que o ato de partilhar os ambientes cognitivos de forma manifesta a outros indivíduos promove evidências diretas sobre o que é manifesto aos outros (ouvinte) e o que é manifesto a todos (falante e ouvinte). Mas cabe reconhecer que evidências não são conclusivas porque não existem algoritmos capazes de determinar com precisão as fronteiras entre ambientes cognitivos. É baseado nas suposições feitas sobre o que é manifesto para outra pessoa – principalmente as suposições que são fortemente manifestas – que se abre caminho à derivação de outras suposições e sobre quais suposições, ainda que necessariamente mais fracas, a outra pessoa está realmente a fazer. De modo semelhante, as suposições mutuamente manifestas a todos também possibilitam a derivação de ainda outras suposições, relativamente mais fracas, sobre as suposições anteriores. A figura a seguir, ilustra o funcionamento de um ambiente cognitivo mútuo:

FIGURA 1 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO



FONTE: A autora (2015)

A figura ilustra um ato de interlocução. Ambos os interlocutores (apontados como ambiente cognitivo 1 e ambiente cognitivo 2) estão ali expostos a inúmeras evidências (nuvens azuis) acerca da identificação e interpretação de uma informação, seja ela dada pelo interlocutor via fala ou escrita, seja ela percebida no ambiente físico a que estão inseridos. Cada interlocutor, na condição de indivíduo, possui suposições e conjuntos de suposições em seu ambiente cognitivo (retângulo amarelo e branco), cujas algumas, as mais acessíveis (na circunferência do campo amarelo), são ativadas diante de uma informação. Essa ativação é decorrente das evidências da informação. Quando essas evidências, construídas por fatos e suposições aproximadas, são manifestas a ambos os ambientes cognitivos, e partilhada entre eles, há, portanto, o estabelecimento de um ambiente cognitivo mútuo (núvem laranja, detentora de vetores dos dois lados).

Isso quer dizer que há uma infinidade de evidências, suposições e conjuntos de suposições que um indivíduo é capaz de formular acerca dos estados de coisas do mundo, entretanto, apenas uma pequena parte disso é manifesta entre duas ou mais pessoas em um ato comunicativo.

Essencialmente, o princípio geral na TR é o de que indivíduos conseguem se comunicar em situações que muito se supõe acerca do que é mutuamente

manifesto para os outros, ou para si próprio e para os outros, mas nada se supõe ser suposto mutuamente ou verdadeiramente conhecido entre todos.

Apesar de as noções de ambiente cognitivo e manifestação mútua serem psicologicamente realistas (logo, pertinentes nesse aspecto), ainda não é aqui explicado o que se passa no interior das mentes humanas. Afinal, quais suposições o indivíduo realmente fará? Sperber e Wilson (2001) alegam que a intenção com aquilo que se comunica é a de alterar o ambiente cognitivo do outro e, conseqüentemente, suscitar expectativas de que os processos de pensamento do interlocutor sejam afetados.

No tópico seguinte, a cognição humana é apresentada pela propriedade da relevância, baseada na hipótese de que, quando uma pessoa conhece o ambiente cognitivo de outra, ela se torna capaz de inferir quais suposições poderão ser ativadas e alargadas para que o resultado da comunicação seja bem-sucedido.

2.2.2 A comunicação inferencial ostensiva e a maximização da relevância

A comunicação verbal é razão fundamental da diferença de complexidade entre humanos em relação a outros organismos vivos e à inteligência artificial. Isso ocorre porque a meta no processo é aprimorar o conhecimento de mundo de maneira a retroalimentar informações, tornando-as mais corretas, mais facilmente recuperáveis e desenvolvidas em maior extensão com relação à preocupação e interesse maior do indivíduo naquele momento. Assim, segundo a TR, os recursos totais mentais tornam-se mutáveis e, por isso, flexíveis, orientados por um efeito de multiplicação. Sperber e Wilson (2001) explicam as diferenças entre informações, a partir da concepção de que algumas são antigas e se encontram presentes na representação de mundo do indivíduo, outras informações são novas mas completamente desligadas das representações existentes. Contudo, existem informações novas que estabelecem conexão com informações antigas, de forma que:

[...] esses itens interligados de informações novas e antigas são utilizados em conjunto como premissas num processo inferencial, podem ser derivadas mais informações novas: informações que não podiam ter sido inferidas sem essa combinação das premissas antigas com as novas. Quando o processamento de informações novas dá origem a um tal efeito de multiplicação, chamamos-lhe *relevante*. Quanto maior for o efeito da

multiplicação, maior é a relevância. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 92, grifo dos autores).

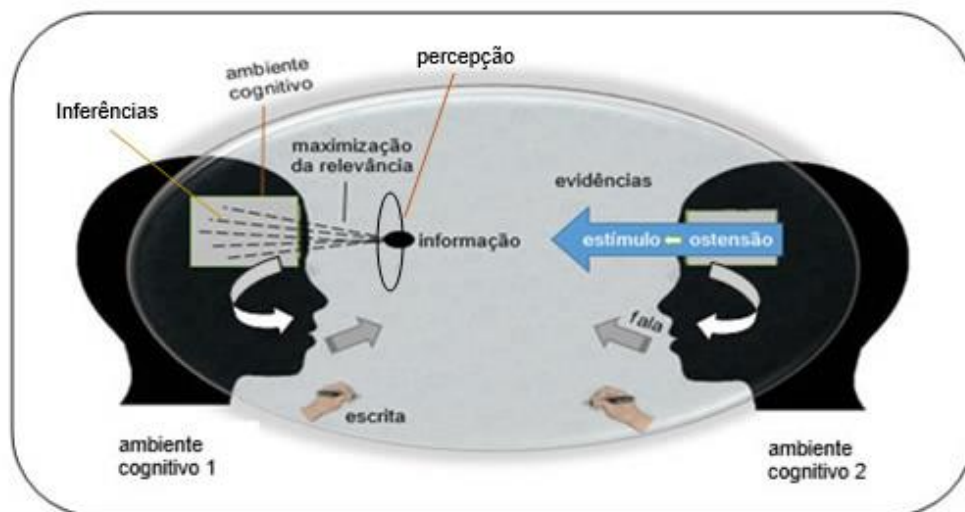
Nessa perspectiva, há uma meta inerente à cognição, que é a de conseguir maior eficiência no processamento de informações a um mínimo dispêndio cognitivo. Assim, a relevância atua pelo seguinte princípio de custo e benefício:

- a) quanto maior é a multiplicação de efeitos cognitivos, maior é a relevância;
- b) quanto menor o esforço de processamento, maior é a relevância.

Uma informação relevante é aquela que modifica e aperfeiçoa uma representação total do mundo, e a relevância é obtida quando o falante fornece ao ouvinte evidências suficientes que sejam capazes de influenciar uma suposição qualquer, gravada na memória. O **comportamento ostensivo** é o responsável por fornecer as evidências dos pensamentos de alguém, com o objetivo de ter como resultado uma garantia de relevância. Assim, na TR, a interação humana é guiada pelo princípio geral de relevância.

Princípio cognitivo de relevância: a cognição humana possui a tendência de se dirigir para a **maximização da relevância** da informação processada:

FIGURA 2 – COMUNICAÇÃO INFERENCIAL OSTENSIVA



FONTE: A autora (2015)

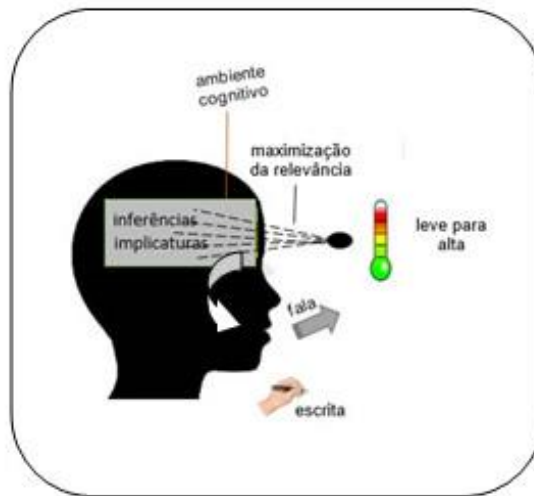
A figura aponta, em síntese, que o comportamento ostensivo dado pelo estímulo da (e vinculado pela) informação, falada ou escrita, é captado a partir da tendência de maximização da relevância. Alí estão ilustrados ambiente cognitivo 1 e

2, mas essa é sempre uma relação cíclica. Essa tendência cognitiva humana de maximizar a relevância é a responsável por tornar manifesta a intenção por trás da ostensão. Afinal, se um indivíduo falhar nesse reconhecimento, corre o risco de não captar perceptualmente informações que para ele são realmente relevantes. Desse modo, a comunicação inferencial e a ostensão tornam-se o mesmo processo, mas com pontos de vistas diferentes: o do falante/escritor envolvido na ostensão e a do ouvinte/leitor envolvido na inferência. A comunicação ostensiva consiste, portanto, em tornar manifesto ao ouvinte uma intenção, que segundo os termos da TR, pode ser informativa ou comunicativa.

A intenção informativa é o ato de tornar manifesto ou mais manifesto um conjunto de suposições {I} ao ouvinte. Tem como função causar modificação direta nos processos mentais do ambiente cognitivo. Em parte, os efeitos cognitivos são previsíveis e os interlocutores formulam suas intenções a partir de algum tipo de controle: podem ter algum efeito controlável sobre o ambiente cognitivo do ouvinte, porém menos sobre os seus pensamentos reais (que podem ou não ser evidenciados). A intenção comunicativa é a intenção informativa de segunda ordem, isto é, tem como meta tornar mutuamente manifesto ao ouvinte e ao falante que ele, o falante, tem essa intenção informativa.

Com base nessas descrições, uma intenção é definida em TR como um estado psicológico no qual o conteúdo precisa estar representado mentalmente. Isso serve para compreender que, em vez de tratar uma suposição como comunicada ou não, há um conjunto delas que, como resultado da comunicação, torna-se manifesto ou mais manifesto em graus variados, como na figura a seguir:

FIGURA 3 – GRAUS DE MAXIMIZAÇÃO DA RELEVÂNCIA

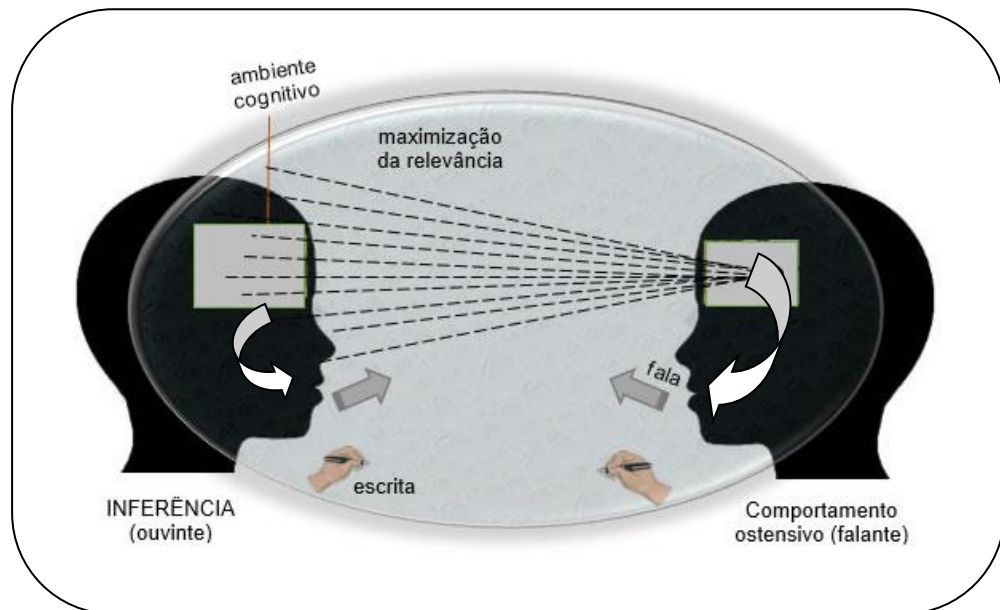


FONTE: A autora (2015)

Nesse sentido, Sperber e Wilson concebem “[...] a própria comunicação como uma questão de **grau**” (2001, p. 107, grifo nosso). Quando a intenção informativa do falante tem como pretensão tornar fortemente manifesta uma suposição em especial, então ela é comunicada de maneira forte. Nesse tipo de comunicação, o falante possui expectativas acerca de alguns pensamentos que o ouvinte possivelmente terá. Por outro lado, se for ao contrário, cuja intenção é aumentar marginalmente a manifestação de um leque de suposições, cada uma delas é comunicada levemente. Na comunicação fraca, a preocupação do falante é conduzir os pensamentos do ouvinte a uma certa direção. O implícito, por exemplo, é legítimo a essa circunstância. Por essa razão, a comunicação humana guiada pelo princípio de relevância prevê a existência da intenção informativa de segunda ordem, cujo sucesso interpretativo depende, dentre outros fatores, da ostensão nela aplicada.

Em definição, a comunicação inferencial ostensiva é o ato em que o falante produz um estímulo que se torna mutuamente manifesto entre ele e o ouvinte, e por meio desse estímulo o propósito de tornar manifesto ou mais manifesto um conjunto de suposições {I} no qual ele tem a intenção de comunicar. Em síntese, na figura a seguir:

FIGURA 4 – A SELETIVIDADE DE ESTÍMULOS OSTENSIVOS



FONTE: A autora (2015).

Conforme ilustrado na figura, o falante possui um comportamento ostensivo na formulação da sua informação para a comunicação verbal (falada ou escrita) e o ouvinte, por meio de seus processos inferenciais, seleciona os estímulos ostensivos a que vai captar, segundo a adaptabilidade de seu próprio ambiente cognitivo. Como já dito anteriormente, essa é uma atividade cíclica e dinâmica entre os interlocutores para a retroalimentação das suas suposições acerca dos estados de coisas do mundo.

Sobre o funcionamento da comunicação por ostensão na TR, apesar das inferências aparentemente terem apelo demonstrativo na maioria das abordagens teóricas da lógica, não se pode descartar o fato de que a comunicação pode falhar, ainda que nas condições mais adequadas possíveis. Pelo contrário, segundo a perspectiva, é justamente a falta de garantias na comunicação que direciona o leme da compreensão do processamento inferencial. Afinal, tudo o que o ouvinte parece ter em mãos, na comunicação via inferências, é a criação de uma suposição com base nas evidências do comportamento ostensivo do falante, resultando em confirmações, mas em nenhuma prova da dedução da intenção.

2.2.3 Representação, forma lógica e suposição

Baseada na teoria modularista de Fodor (1983), a mente humana, segundo a TR, é composta por sistemas especializados, cada qual com seu método de representação e computação. Os *inputs* denominam os sistemas de entrada de dados responsáveis pelo processamento das informações visuais, auditivas, olfativas, linguísticas e outras de caráter perceptual/sensorial; e os sistemas centrais são os responsáveis pela integração dessas informações e da memória.

Nessa definição, é função dos *inputs* transformar representações sensoriais (nível inferior) em representações conceituais (nível superior), enquadrando-as em modalidade neutral, para que os processadores/sistemas centrais façam a integração e comparação das informações derivadas e então as relacione entre si. Consecutivamente, a função dos sistemas centrais é transformar a informação captada pelos *inputs* em linguagem mental (representação) que, por sua vez, torna-se armazenada na memória. O que a mente registra e armazena é a **representação dos estímulos** apreendidos. Essa representação mental sobre o estado de coisas do mundo é denominada “conceito”. Na TR, a representação de um conceito é uma representação conceitual.

Em virtude de muitos processos centrais serem inferenciais, existe a imposição de um constrangimento sobre o sistema das representações conceituais: elas precisam ter propriedades lógicas, mas por outro lado também devem ser mutáveis, capazes de fazer implicações, contradizerem-se e sofrerem regras de dedução, umas em relação às outras. Mas o fato é que nem todas as propriedades de uma representação conceitual são, necessariamente, lógicas. Sendo assim, uma representação torna-se tanto um estado mental (que possui propriedades não lógicas, como felicidade e tristeza) como também um estado cerebral (que possui propriedades não lógicas como localização, tempo e período no cérebro). Se abstraídas de uma representação conceitual todas essas propriedades não lógicas, cerebrais e de estados mentais, o conteúdo restante é, portanto, a forma lógica.

De maneira objetiva, uma forma lógica é, para a TR, um conjunto bem formado e estruturado por constituintes que se submetem às operações determinadas pela sua própria estrutura. Diferentemente de outras operações formais, as de cunho lógico observam e preservam a verdade, de modo que uma representação verdadeira *P* origina uma representação verdadeira *Q*, resultando na

representação de um estado de coisas realmente ou possivelmente existentes.

Como não se pode desconsiderar que uma estrutura incompleta seja formada e, conseqüentemente, também habilitada a processamentos lógicos, define-se na TR a forma lógica proposicional como aquela que possui a condição de ser semanticamente completa e capaz de ser verdadeira ou falsa, cuja função, nesse sentido, é a de ser responsável pela formação do conhecimento enciclopédico do indivíduo e da sua representação total do mundo, uma vez que carrega em si a descrição de um estado de coisas real, desejável ou de alguma outra representação.

Diante dessas relações formais, segundo os termos relevantistas, a mente humana possui uma memória enciclopédica cuja função não se limita a de “depósito” de memórias conceituais (como é geralmente tratada em outras teorias cognitivistas), mas é também o lugar em que representações com formas lógicas proposicionais e não proposicionais são tratadas como objetos de diferentes atitudes, assim como as de crença e desejo. Isso ocorre justamente porque elocuições transmitem atitudes diferentes com relação às representações que exprimem.

A partir desses encadeamentos, nota-se que na mente humana há um armazenamento de memórias em que qualquer representação (proposicional e não proposicional) é dada como uma descrição do mundo. Isso implica naturalmente que uma atitude de crença ou de suposição esteja pré-instalada e ali enraizada, na própria arquitetura mental. Como consequência, uma representação é tratada como suposição, sem que necessariamente seja uma suposição explícita. Na TR, essas suposições incipientes, consideradas como descrições verdadeiras do mundo mas não encontradas como explicitamente representadas, são as suposições factuais.

As suposições factuais inspiram graus de confiabilidade: uma representação adequada é aquela que corresponde harmoniosamente com as suposições consideradas como confirmadas e as que realmente são bem confirmadas. Os aperfeiçoamentos da representação de mundo do indivíduo são conseguidos pela soma de novas suposições e, também, pelo aumento ou diminuição da confirmação sobre elas.

Intuições conscientes sobre a força das suposições fornecem espécies de juízo. A mais recorrente é a ideia de juízo absoluto, afinal uma suposição certa é dada como verdadeira de maneira muito forte (muito bem confirmada), forte (bem confirmada) e fraca (mal confirmada). Contudo, pela randomização das

representações de mundo, essas fronteiras tornam-se geralmente pouco nítidas e a consequência disso é a de que, no processo intuitivo, surjam mais juízos comparativos do que qualquer outro. É o que acontece quando avaliamos o sabor de uma cerveja, por exemplo. Não há uma maneira óbvia de medirmos o sabor de uma cerveja em relação à outra, mas existem processos conceituais de harmonização palatar entre uma e outra que podem ser tomados em consideração para elaborar preferências. Portanto, é central para a TR que os êxitos da inferência não demonstrativa sejam concebidos não a partir dos processos puramente lógicos de confirmação das suposições, mas diante do processamento entre a formação e a exploração das suposições.

As suposições factuais são originárias de algumas fontes. Na TR estão relacionadas à percepção sensorial, que tem como função atribuir uma identificação conceitual a um estímulo sensorial; a decodificação linguística, em que o código gera uma forma lógica proposicional; a memória conceitual, que integra a forma lógica proposicional a um esquema de suposições; e os processos dedutivos, que derivam outras suposições, aperfeiçoadas pela regra:

Se P então Q

Se não P então não Q

Se Q então Q porque P

Na inferência demonstrativa, a formação das suposições por dedução mostra-se como processo-chave. O fundamental é saber como as suposições novas herdam a força das suposições utilizadas na derivação, que será explicado a seguir.

2.2.4 As regras de dedução

Na TR, o processo dedutivo de informações é relacionado à qualidade espontânea da decodificação linguística e outros processos de entrada de dados. Por esse motivo, na descrição do sistema, a acomodação das suposições às regras de dedução parte de uma concepção **econômica** de armazenamento, em vista de três fatores: o de que um conjunto de suposições é recuperável e não necessita ser mantido em separado (evitando, portanto, buscas exaustivas e acessibilidade desorientada); prevê aperfeiçoamento, isto é, soma de uma nova suposição a uma

representação do mundo (e não o acúmulo de várias suposições velhas sobre a mesma representação); e, juntamente ao aperfeiçoamento, a correção de suposições, ocorrida ao longo da vida por incompatibilidades e inexatidões que passam (ou não) a serem existentes nas representações.

Adiante desse princípio econômico, Sperber e Wilson (2001) explicam que as regras de dedução são imputadas aos conceitos. Uma suposição é um conjunto estruturado de conceitos que, por sua vez, são objetos psicológicos de nível abstrato. Cada conceito executa duas funções diferentes, mas complementares: aparece como um endereço na memória, no qual informações podem ser recuperadas e outras novas armazenadas; e, em momento oportuno, desponta como constituinte de uma forma lógica, sensível às regras. Quando o endereço de um dado conceito é requerido, abrem-se as portas de acesso aos diversos tipos de informação nele armazenados, que são originárias de diferentes fontes.

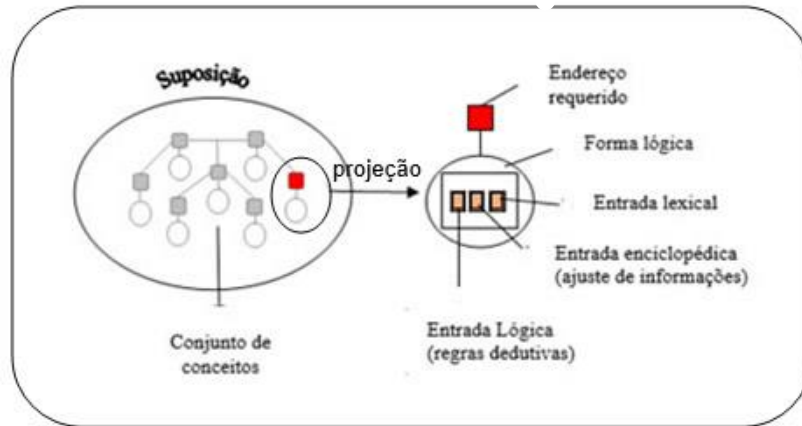
Entrada lógica: é a responsável pelas instruções sobre como processar um conceito. Por exemplo: *carambola*: fruta; comestível; amarela; agri-doce; semiácida.

Entrada enciclopédica: detém informações sobre a extensão do conceito, em forma de acontecimentos, objetos e/ou propriedades que o representam. Nela são descritas as ideias sobre o referente, compostas por uma lista aberta de traços que podem variar de indivíduo para indivíduo. No exemplo *carambola*: é rara em algumas regiões do país; quando cortada horizontalmente possui formato de estrela; rica em vitamina C; estimula o apetite; é a fruta preferida de um parente específico, e assim por diante.

Entrada lexical: contém informações sobre o que o conceito corresponde na linguagem natural, isto é, informa a natureza gramatical da palavra que expressa tal conceito. *Carambola* [ka.rẽ.b'õ.lã]; substantivo feminino singular.

Na figura a seguir, a ilustração do funcionamento dessas três entradas:

FIGURA 5 – DEFINIÇÃO DE SUPOSIÇÃO



FONTE: A autora (2015).

Uma entrada lógica é constituída por regras dedutivas em que cada qual descreve formalmente um conjunto composto por premissas e conclusões. As regras de dedução de um conceito são as de eliminação, aplicam-se aos conjuntos de premissas que ocorrem do conceito e que fornecem conclusões da eliminação dessa ocorrência. Desse modo, considera-se como entrada de dados uma única premissa e resulta em apenas uma das suas conjuntas constituintes:

Eliminação – e

1. *Input*: (P e Q)

Resultado (*output*): P

2. *Input*: (P e Q)

Resultado (*output*): Q

Outra regra é a *modus ponens*¹⁵, cuja entrada de dados é um par de premissas, uma condicional e outra antecedente à condicional, tendo como resultado a consequência da condicional.

Aplica-se na ocorrência de “se/então” no conceito e resulta nas conclusões da ocorrência retirada:

¹⁵ A regra *modus tollens* é a terceira abordada na TR, mas como não é utilizada nas análises do capítulo quatro, não há necessidade de ser aqui apresentada.

Input: 1. P

2. (Se P então Q)

Output: Q

Quando um conjunto de suposições é inserido na memória do mecanismo de dedução, todas as regras das entradas lógicas que se encontram ligadas aos seus constituintes são acionadas. As regras analíticas escolhem uma única suposição como entrada de dados, e a sintética, duas. A regra *modus ponens* é, portanto, uma regra sintética.

A partir dessas regras, a ideia proposta na TR é, em síntese, de que as informações a serem processadas são divididas em unidades menores para o armazenamento na memória conceitual, de maneira que as suposições são recolhidas não como unidades, mas divididas em conjuntos constituintes, assim tendo viabilidade de direcionamento às diferentes entradas enciclopédicas. Qualquer indivíduo interessado em aperfeiçoar a sua representação de mundo precisa estar motivado a atuar na recuperação de tantas quantas implicações sintéticas forem possíveis de realizar, partindo do conjunto de suposições encontrado no momento do processamento.

Em sentido intuitivo, as suposições recuperadas ou derivadas da entrada enciclopédica são informações antigas, enquanto as suposições originárias da percepção ou decodificação linguística são informações novamente apresentadas e tornam-se antigas no curso do processo. A preocupação da TR, nesse caso, é acerca do **efeito** das informações novamente apresentadas, e como elas se ajustam às suposições derivadas das entradas linguísticas com as informações antigas de uma representação de mundo existente. A hipótese levantada, nos termos da teoria, é que esse ajuste se dá por uma via de **implicação contextual**, em que um conjunto de suposições $\{P\}$ implica contextualmente uma suposição Q no contexto $\{C\}$. Assim, uma informação nova torna-se a síntese de uma informação antiga e de uma nova, isto é, o resultado da interação entre as duas.

A função central do mecanismo humano de dedução na TR é, portanto, a de promover a derivação espontânea, automática e inconsciente das implicações contextuais de qualquer informação que é apresentada novamente dentro de um contexto de informações antigas, tendo como princípio o fato de que quanto maior

for o número de implicações contextuais, mais a nova informação aperfeiçoará a representação de mundo existente. Assim sendo, o mecanismo dedutivo torna-se matriz das inferências, e seus processos os responsáveis por afetar a força das teses iniciais e finais dos raciocínios desempenhados.

Com base nesses argumentos, nota-se que a implicação contextual é caso especial de fortalecimento contextual. A questão é saber como a força de uma suposição presente na memória do mecanismo de dedução deverá ser afetada quando o mecanismo encontrar outra ocorrência da mesma suposição, só que derivada de premissas diferentes.

2.2.5 Os efeitos contextuais

Se a união da informação nova {P} com a informação antiga {C} é uma contextualização de {P} em {C}, é natural que um **efeito contextual** seja originado e torne-se conseqüentemente responsável por promover alteração no mundo cognitivo do indivíduo. Assim sendo, o modelo de comunicação proposto na TR é que o ouvinte, guiado pelo princípio de relevância, passe a gerar expectativas de que a informação comunicada pelo falante seja importante, interessante e significativa ao contexto de processamento de ambos e, assim, articule um efeito contextual substancial a baixo custo de processamento.

Sperber e Wilson (2001) postulam, portanto, que a relevância é a propriedade psicológica dos processos cognitivos (sendo eles as elocuições, memórias, ações, pensamentos, sons, cheiros, entre outros) responsável por fazer com que uma entrada de dados valha a pena ser processada, em termos de efeito cognitivo e esforço de processamento, uma vez que transforma e remodela as suposições disponíveis. Nessa perspectiva, uma suposição, para ser relevante em um contexto, precisa necessariamente estar associada de alguma forma a esse mesmo contexto.

Então é que, novamente, entra em jogo uma relação de grau: quanto mais fracos forem os efeitos contextuais de uma suposição, menos disposto o indivíduo estará para considerá-la relevante. Assim, uma suposição torna-se relevante se, e somente se, possuir algum efeito contextual no contexto relacionado, conforme o seguinte princípio:

Relevância:

- a) uma suposição torna-se relevante em um contexto quando são grandes os seus efeitos contextuais em tal contexto;
- b) uma suposição torna-se relevante em um contexto quando o esforço de processamento requerido é pequeno no processamento desse contexto.

Na TR, a avaliação da relevância, assim como a da produtividade, é uma questão de equilíbrio entre o rendimento (*output*) e o investimento (*input*). Esses dois fatores da “balança” da relevância são dimensões não representacionais dos processos mentais. Isso quer dizer que esses fatores existem, independentemente do indivíduo querer avaliá-los conscientemente ou representá-los conceitualmente. Como os efeitos mentais e esforço de processamento são propriedades não representacionais, a relevância também o é. Isso quer dizer que a relevância não precisa estar representada ou computada nos processos mentais para ser conseguida, mas, quando representada, assume a forma de juízos comparativos: não relevante, fracamente relevante ou muito relevante.

É consenso generalizado nos estudos da pragmática que as informações enciclopédicas inseridas na memória de longo prazo são organizadas em porções **totais** do mesmo gênero, geralmente denominadas *scripts*, *frames*, cenário e protótipo. Entretanto, na investigação relevantista, essa organização é **parcial**: as entradas enciclopédicas são porções de informações que podem ser maiores ou menores. As menores estão sujeitas à transferência da memória enciclopédica para a memória do mecanismo dedutivo que, por sua vez, são porções de suposições e não “suposições individualizadas” (assim como aludem as denominações apresentadas).

Nem todas as porções de informações enciclopédicas são igualmente acessíveis a qualquer momento. Podem ter acessibilidade rápida, demorada ou simplesmente não ser acessível. Esse processo depende estritamente do armazém de memórias e da plausibilidade de acesso com relação ao processamento da informação nova. Em outras palavras, as suposições são escolhidas segundo os conjuntos de suposições acessíveis e disponíveis. Essas suposições que se encontram disponíveis geram resultados de efeito cognitivo em sua reorganização ou modificação:

- a) fortalecimento: quando são fornecidas mais evidências para as suposições evidentes;

- b) contradição: quando são fornecidas evidências contrárias às suposições existentes;
- c) combinação: quando são fornecidas evidências capazes de gerar implicação contextual.

Efeitos cognitivos: quanto maiores são os efeitos cognitivos atingidos no processamento de uma entrada de dados, maior é a relevância.

Do ponto de vista metapsicológico da TR, a relevância não se torna a meta do processo de compreensão, mas um meio para o fim, sendo o fim maximizar a relevância de qualquer informação a ser processada. Afinal, indivíduos esperam que a suposição processada seja relevante (se não fosse não estariam a processar) e tentam selecioná-la a um contexto justificável.

Para cada um dos contextos acessíveis, a relevância conseguida é diversificada. Segundo a teoria, isso faz com que a atribuição da relevância de uma suposição seja instituída em termos de conjunto de valores, um para cada uma das maneiras possíveis de realizar o processamento e que possibilite o melhor equilíbrio entre esforço e efeito. Quando o equilíbrio é conseguido, é sinal de que a suposição foi processada otimamente. Assim, a definição de relevância para um indivíduo possui duas condições de extensão:

Relevância ótima: uma elocução é otimamente relevante se, e apenas se:

- a) é relevante o suficiente para que valha a pena ser processada;
- b) é a mais relevante possível compatível às capacidades e preferências do interlocutor.

Ainda que interlocutores possuam a tendência natural de serem otimamente relevantes, a comunicação é um fenômeno que oferece riscos e às vezes falha. Nem sempre os envolvidos contam com tais falhas. Mas o pensamento, segundo a TR, é o de que vale a pena correr o risco na expectativa de atingir um grau elevado de relevância.

2.2.6 Uso descritivo e uso interpretativo das representações

Como visto até aqui, o processo interpretativo (pensamento → elocução) é concebido em termos de atitudes e suposições. Na interlocução, o pensamento que se tem a intenção de manifestar é considerado a partir de uma atitude proeminente, servindo de base para que o ouvinte seja conduzido a formular um pensamento com

uma atitude semelhante. A partir disso, na comunicação verbal, o falante produz uma elocução que representa uma interpretação pública do seu pensamento e o ouvinte passa a construir uma interpretação mental dessa elocução para atingir o pensamento original. Na TR, uma elocução é, portanto, uma expressão interpretativa de um pensamento do falante, em que o ouvinte formula uma suposição interpretativa acerca da intenção informativa expressada.

Especificamente sobre essa atribuição de pensamentos e/ou previsão de estados mentais no ato comunicativo, Sperber e Wilson (2001) descrevem, em sua teoria, que uma representação mental pode ser utilizada descritivamente ou interpretativamente no processamento cognitivo. No uso descritivo, a representação relaciona-se à descrição de um estado de coisas do mundo (real/fictício) ou de um estado de coisas desejável. No uso interpretativo, a representação pode ser a interpretação de um pensamento originário/não originário de elocução, ou a interpretação de algum pensamento que se deseja considerar daquela maneira. São casos em que a forma proposicional de uma elocução e o pensamento que ela representa se relacionam em diferentes instâncias de significado, assim como a ironia, metáfora, declarações exclamativas, interrogativas, entre outros, que serão vistos em detalhes no próximo capítulo.

2.3 A MULTIPLICIDADE METARREPRESENTATIVA

No início do capítulo, a ToM é descrita como a capacidade humana responsável por manter e concatenar diferentes representações do/e sobre o mundo, no desenvolvimento de hipóteses sobre estados mentais particulares e alheios, com o objetivo de formular previsibilidades de comportamentos individuais e entre seres sociais. Desse modo, em um ato comunicativo, interlocutores são constantemente engajados no desenvolvimento da ToM, que é a metarrepresentação: o falante metarrepresenta os pensamentos que têm a intenção de comunicar e o ouvinte metarrepresenta as intenções do falante. Assim, a capacidade metacomunicativa nada mais é do que uma especialização da ToM, desenvolvida na área da comunicação (ORIGGI; SPERBER, 2000).

Como a linguagem humana é um mecanismo de/em operação, e em sua composição central há conexão entre significados e articulações, representações de baixa e alta ordem sobre estados de coisas, aquisição, aprendizagem e

reconhecimento desses estados (DIAS, 2014, p. 1131), parece pertinente estabelecer que a ToM – logo, a metarrepresentação –, em termos de conceituação, passe a exigir muito mais do que definições e abordagens evolutivas de sua origem: precisa, necessariamente, ser relacionada a princípios que regem o mecanismo interpretativo humano para que o seu papel seja visualizado (ou até, legitimado) na comunicação linguística.

Diante da necessidade do preenchimento dessa aparente lacuna conceitual na metarrepresentação, recorre-se nesta pesquisa à proposta da TR que, com base na ideia de que indivíduos interpretam as estruturas linguísticas enquanto *inputs* ostensivos da interação na comunicação intencional, passa a servir de estrutura para o mecanismo interpretativo cuja base é a ToM/metarrepresentação.

Conforme visto no desenvolvimento dos tópicos anteriores, no contexto da comunicação humana o princípio de relevância contribui à medida que se caracteriza como o mecanismo dedutivo-inferencial responsável pela seleção e restrição de informações, que ao serem utilizadas na compreensão visam à construção de uma interpretação ótima, coerente com a situação comunicativa. Para que esse processo ocorra, foi visto que primeiramente há o envolvimento dos ambientes cognitivos e a manifestação mútua entre os interlocutores, que é retroalimentado pela comunicação inferencial ostensiva e a maximização da relevância. Nesse ínterim, estão envolvidas as representações, constituição de formas lógicas e as suposições e conjuntos de suposições que, submetidas a regras de dedução, geram os efeitos contextuais esperados na interlocução por meio de dois usos: o descritivo e o comunicativo. Portanto, é pertinente concluir que a linguagem “[...] é uma ferramenta sofisticada mas não a única a ser utilizada pelos seres humanos em seus atos comunicativos ordinários” (DIAS, 2014, p. 1133).

2.3.1 A metarrepresentação na escrita

Na interlocução presencial (*face to face*), a modificação dos ambientes cognitivos na captação de intenções é dada diante da possibilidade de confirmação imediata de hipóteses. Já na comunicação entre autor e leitor, o cenário comunicativo é inevitavelmente peculiar: lacunas interpretativas tornam-se favoráveis pela ausência de elementos contextuais observáveis, como a entoação da voz, expressões faciais, gestuais e outros comportamentos que somados aos

verbais (ou não verbais como o próprio silêncio) possam servir de evidências mais claras para a comunicação. Diante disso, a relação entre autor, leitor e o texto é a de que entre autor e leitor existe o texto e do texto se extrai a significação relevante ao indivíduo no contexto da leitura.

Em obras literárias, por exemplo, o contexto de leitura varia infinitamente e o ambiente cognitivo vai além de alguma tentativa de controle e conhecimento do autor. Os fatores “quem”, “quando” e “onde” exercem consequências diretas sobre como a leitura funciona nas atividades de inferência, uma vez que a comunicação é constituída de ambiguidades, atribuições de referência, resolução de indeterminância de significado, recuperação de atitudes implícitas, interpretação de humor, ironia, metáforas, e assim por diante.

Roger Sell aponta, em sua obra *Literature as communication* (2000), que uma das consequências mais evidentes da disparidade entre o conteúdo da escrita e a significação da leitura é que, durante os processos de inferência do leitor, os ambientes cognitivos (do autor e do leitor) tendem ao confronto. Segundo ele, isso ocorre em razão dos sentidos que são alargados, e que por serem próprios da dimensão emotiva, exortam a maneira com que o leitor se relaciona com o texto na atribuição de valores e afetos. Esse ponto de vista, de que o leitor (indivíduo) torna-se o responsável pelo resultado de sua leitura, colabora para que vertentes da crítica literária tenham a concepção de que textos literários são, portanto, divorciados dos contextos e das intenções que os produziram.

Entretanto, a partir da pragmática, Sell (2000) enfatiza que os seres humanos, ainda que nos diferentes “mundos” da vida, possuem coisas em comum e são suficientemente hábeis para imaginarem-se em cenários variados a fim de se comunicar. O próprio conteúdo implícito de um texto na leitura é exemplo claro disso: da existência de algum grau de captação de intencionalidade do autor pelo leitor. Afinal, é inerente a realização de inferências no intuito de se identificar com o efeito comunicativo e, assim, dispender certo esforço cognitivo para chegar a uma leitura compatível.

Na obra *Pragmática para o discurso literário* (1996), Dominique Maingueneau retoma o conceito de *leitor modelo* de Umberto Eco (1985, p. 80), definido como o leitor de êxito, cujo texto torna-se atualizado plenamente em seu conteúdo potencial. Tal conceito, para Maingueneau, serve para formular a concepção de que o objetivo do analista (indivíduo que observa as relações entre

autor, texto e leitor) é estudar a **atividade cooperativa**, que leva o leitor “[...] a tirar do texto o que o texto não diz, mas pressupõe, promete, implica, a preencher espaços vazios, a ligar o que existe nesse texto com o restante da intertextualidade, de onde ele nasce e onde irá se fundir” (MAINGUENEAU, 1996, p. 39). Nesse sentido, segundo o pesquisador, o texto impõe ao leitor um conjunto de convenções responsável pela sua legibilidade e que faz com que ele (o leitor) produza **efeitos pragmáticos** para que o próprio ato de linguagem seja adequadamente sucedido.

Na perspectiva da pragmática cognitiva, Bueno e Godoy (2012) destacam que, na comunicação literária, a atribuição de significado não é restrita ao discurso social, tampouco vem embalada em um pacote evolutivo, predisposto na mente. Em razão disso, e diante do aparente caos que a produção literária apresenta à pesquisa linguística, a alternativa é priorizar os mecanismos que propiciam as interpretações literárias (principalmente em termos de esforço de processamento), em vez das interpretações em si.

Segundo os pesquisadores, nesse tipo de fruição o leitor significa a obra por atribuição de relevância, de acordo com seus próprios valores e motivações. Isso quer dizer que, diante das ostensões apresentadas por um autor em sua obra, a tarefa do leitor é a de construir hipóteses interpretativas viáveis sobre aquele conjunto de conteúdo e escolher a hipótese mais coerente. Um dos fatores que torna algumas interpretações mais relevantes do que outras é o seu menor esforço de processamento. Dessa maneira, a efetividade da interpretação apenas será possível se as informações disponibilizadas pelo autor forem compatíveis com a memória enciclopédica do leitor e se as informações forem manifestas a ambos.

Outro fator importante é que a apreciação literária exige alto investimento cognitivo na medida em que carrega a exploração de figuras de linguagem, ambiguidade, polissemia, vagueza e ausência referencial. Essa infração inerente das propriedades semânticas é o que reforça o fato de a tarefa interpretativa literária ser condicionada pelo esforço de processamento, que é o responsável por satisfazer as expectativas de relevância sobre o que a obra exige. Contudo, Bueno e Godoy (2012, p. 167) ressaltam que “[...] embora o conteúdo semântico não encerre as possíveis interpretações literárias, ele determina quais interpretações não são compatíveis com a obra, impondo as devidas restrições aos cálculos cognitivos”.

Do ponto de vista específico da intencionalidade entre autor e leitor/tradutor no processo metarrepresentativo da comunicação literária, o linguista e teórico da

tradução José Luiz Vila Real Gonçalves¹⁶ (em comunicação pessoal, 2016), explica que o que se estabelece diante da intencionalidade e o discurso literário, nesse caso com relação à tradução, é que a intenção do autor (ou a de qualquer outra pessoa que não seja a do indivíduo) é, de fato, totalmente inacessível. Entretanto, a intenção é metarrepresentada pelo leitor/tradutor, que também metarrepresenta o ambiente cognitivo (no plural, é claro) do seu público-alvo. Portanto, isso não significa que a intenção do autor não seja considerada; ela é metarrepresentada e, em alguma medida, vai ser considerada pelo tradutor na construção do texto, a fim de produzir os esperados efeitos cognitivos no público-alvo.

De forma semelhante acontece entre autor/leitor: a intenção do autor é inacessível, mas é, em alguma medida, metarrepresentada pelo leitor no contato com o texto, e isso é o que faz com que ele construa parte dos seus efeitos cognitivos. O que se pretende explicitar é, portanto, que a captação de intenções é inerente à comunicação.

2.3.2 Interseção de ambientes cognitivos: o caso da tradução

Em termos de ambientes cognitivos e mutualidade, é visto que na TR (tópico 2.2.1) são consideradas apenas as relações de manifestabilidade de intenções entre falante e ouvinte, podendo, não dificilmente, atribuí-las a autor e leitor. Entretanto, a comunicação humana nem sempre é binária. Fenômenos comunicativos podem demandar a interseção de dois ou mais ambientes cognitivos. Esse é o caso da tradução, que, além disso, ainda possui a condição própria dos indivíduos envolvidos disporem de mutualidade e outros não, na mesma sequência de contexto comunicativo.

No ato tradutório, as configurações dos ambientes cognitivos e as possíveis relações metarrepresentativas podem se tornar intrincadas: assim como comunicador (falante/autor) e público-alvo (ouvinte/leitor) podem utilizar informações contextuais semelhantes, para então derivar interpretações semelhantes, ambos são suscetíveis a dispor de diferentes informações contextuais e o processo interpretativo ser conduzido a conclusões divergentes daquelas imaginadas pelo comunicador original.

¹⁶ Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atua na área de Linguística, com ênfase em Ensino de Tradução.

Por muitas vezes, o tradutor não consegue se satisfazer com o conteúdo do seu próprio ambiente cognitivo na interpretação do texto-fonte; muito pelo contrário, ele é envolvido em uma rede de metarrepresentações, tendo que metarrepresentar o ambiente cognitivo mútuo partilhado entre o comunicador e público original, em busca de reconstituir para si o contexto e a interpretação pretendida ao seu público-alvo, que por sua vez exige também uma relação metarrepresentativa, ora em maior, ora em menor grau.

A tradução, assim como qualquer outro tipo de comunicação, não é um ato estrito, isto é, para além da decodificação linguística depende de fatores sociais, culturais, comportamentais, históricos, ideológicos, entre uma variedade de outros que compõem o contexto mental dos envolvidos e que são considerados e computados pelos mecanismos interpretativos. O tradutor, ao metarrepresentar o autor e o público – e, por muitas vezes, ter que metarrepresentar outros tradutores anteriores – torna-se capaz de formular suposições sobre esses elementos e suas interações com o texto, a fim de comunicar em sua tradução os efeitos contextuais apreendidos com sua leitura e interpretação.

É certo que a maior evidência, nesse caso, é a de que não existam garantias de que a captação desses elementos e como eles se relacionam em mentes alheias seja possível ao olhar tradutor. Porém, a TR propõe algo importante que é a geração de suposições com base em uma perspectiva de **grau**: as suposições fortes podem ser confirmadas e assim possibilitarem a derivação de outras, ao mesmo tempo em que as fracas podem ser fortalecidas e isso pode explicar parte do dispêndio cognitivo em uma tradução.

Como a tradução é um fenômeno comunicativo que envolve todo o tipo de enunciado, é pertinente relacionar as possíveis variações de informações originárias das múltiplas interseções de ambientes cognitivos, às variações inerentes da própria metarrepresentação. Sobre esse segundo tipo de variação, o que se supõe é que, tendo em vista o uso interpretativo¹⁷, os processos metarrepresentativos devem ser concebidos de maneira a contemplar, no mínimo, duas ordens: a metarrepresentação do mundo real e a metarrepresentação que detêm situações imaginárias.

¹⁷ Em que a forma proposicional de uma elocução e o pensamento que ela representa se relaciona em diferentes instâncias de significado, assim como o humor, metáfora, ironia, entre outros.

Em condições de interlocução padrão, esse tipo de metarrepresentação – apesar de ser peculiar e ter riscos de fracasso interpretativo – não é efetivamente um problema, já que faz parte da capacidade interpretativa humana a atribuição de estados mentais para o reconhecimento de intenções implícitas. Contudo, essa é uma circunstância que ganha proporções maiores quando observada no ato tradutório, pois se trata de uma tarefa dupla de metarrepresentar metarrepresentações.

A tradução é um processo que, naturalmente, envolve metarrepresentações de diferentes ambientes cognitivos. Enunciados capazes de caracterizar o mundo real com base em fatos que detêm situações imaginárias (é o caso do humor) envolvem metarrepresentações complexas, de alta ordem. Sobre essa relação metarrepresentativa elevada é que será a continuidade desta pesquisa, partindo da hipótese de que a tradução de enunciados não sérios, a saber, o humor, é um fenômeno comunicativo em que a metarrepresentação pode ser observada em formato ainda superior ao de alta ordem, declarada nos estudos elencados neste capítulo. Essa é a razão pela qual a tradução é um fenômeno comunicativo profícuo para observar a ToM e a disseminação da metarrepresentação que, diante dessa hipótese, torna-se envolvida em diferentes cadeias, de forma simultânea.

Assim sendo, os desenvolvimentos seguintes consistem em apresentar abordagens que exploram níveis metarrepresentativos; como (e se?) esses níveis se estabelecem na atitude dissociativa na interpretação de enunciados não sérios; e, a partir da demonstração da metarrepresentação em tradução, introduzir hipóteses de como abarcar a condição metarrepresentativa desse tipo de comunicação peculiar.

3 METARREPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO

Apesar de discorrerem largamente sobre a capacidade humana de atribuição de estados mentais próprios e alheios durante a argumentação teórica da relevância, Sperber e Wilson (1989) não se posicionaram especificamente sobre a ToM e suas relações com a cognição e a comunicação na obra em que a TR foi postulada¹⁸. Essa lacuna teórica permaneceu por duas décadas de desenvolvimento de pesquisas relacionadas a TR, até que nos anos 2000 Sperber organizou a coletânea *Metarepresentations: a multidisciplinary perspective* (2000) e promoveu uma ampla visão dessa capacidade humana, principalmente com relação à abordagem evolutiva e linguística. Portanto, neste capítulo são apresentados alguns estudos dessa fonte, com o objetivo de aprimorar a metarrepresentação à perspectiva linguística e explicar que tipo de arquitetura cognitiva sustenta a formulação de crenças e julgamentos sobre estados mentais que não são diretamente observáveis, principalmente aqueles que envolvem enunciados não sérios. Em seguida, é feita a correlação entre níveis metarrepresentativos desse tipo de interpretação com os níveis metarrepresentativos inerentes do próprio fenômeno da tradução.

3.1 A METARREPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA EM ORDENS E CAMADAS

Para Wilson (2012), a linguagem é repleta de dispositivos metarrepresentativos que, por muitas vezes, podem ser incompletos ou fragmentários, fornecendo apenas gatilhos para os processos metacomunicativos espontâneos pelos quais o significado do falante é inferido. Isso não quer dizer que a metarrepresentação seja subjacente a qualquer processo cognitivo dessa origem. Pelo contrário: a relevância surge nesse cenário não como uma proposta geral de teoria da mente, mas como base para uma capacidade metacomunicativa modularizada, na condição de subparte de uma capacidade metapsicológica mais geral, que é a ToM.

Com essa concepção, Wilson (2012) define a metarrepresentação na comunicação linguística como o fenômeno cognitivo que envolve representação de

¹⁸ Apresentada no tópico 2.2

ordem superior, que são os pensamentos ou enunciados, com uma representação de ordem inferior inserida, que são as sentenças (independem de valor de verdade) e proposições (verificação de valor de verdade)¹⁹. A partir dessa definição, são consideradas três variedades metarrepresentativas: a de representações mentais, que ocorrem na forma de pensamentos atribuídos; a de representações públicas, que são as declarações atribuídas; e a abstrata, que são as representações não atribuídas. As metarrepresentações construídas e processadas no decorrer da interpretação são, de fato, uma questão empírica, entretanto a pesquisadora argumenta que essas variedades podem ser analisadas unificadamente, desde que a noção de representação por semelhança seja adotada.

Nos termos da TR, a semelhança interpretativa indica semelhança em conteúdo, isto é, partilha de implicações. Em um dado contexto, duas representações são semelhantes na medida em que partilham propriedades lógicas e contextuais: quanto maior o número de implicações em comum, maior a semelhança. Wilson (2012) descreve que a interpretação na metarrepresentação linguística, o ouvinte, guiado pela maximização da relevância, não espera uma identidade estrita entre a representação e o pensamento/conteúdo original, mas segue um caminho de menor esforço que se inicia na hipótese mais saliente sobre as semelhanças disponíveis e, a partir disso, calcula suficientemente as implicações até satisfazer a sua expectativa de relevância e, então, parar.

Como, obviamente, a comunicação humana não é um fenômeno de interpretação literal ao código, Wilson (2012) lembra que, segundo a concepção descrita na TR em 1995, a hipótese era a de que enunciados figurativos, como a metáfora e a ironia, não incidiriam em qualquer afastamento de norma, transgressão de regra, convenção ou máxima e que por isso não seriam diferentes das outras espécies de elocução não figurativa com relação a dispêndio cognitivo.

Contudo, neste estudo de 2000 (revisado e reimpresso em 2012), ela passa a reconhecer a existência de uma espécie de **variação metarrepresentativa** nos enunciados ecoicos (ironia e *topos* relacionados), que por carregarem um nível mais

¹⁹ Isto é, quando um enunciado como “O café vai esfriar!” é dito por uma pessoa à outra, o ouvinte, para inferir traços de evidências sobre o significado do falante, realiza metarrepresentação de primeira ordem e, em seguida, ao considerar os fatores contextuais, gera um pensamento conclusivo, interpretativamente aproximado de algo como: ele(a) está comunicando que gostaria de que eu fosse (que é melhor que eu vá) tomar o café agora, portanto desenvolvendo metarrepresentação de ordem superior, em que, a partir da evidência comunicada e inferida, o significado é também inferido.

elevado de significação implícita, somado a representação conjunta à atitude dissociativa do comunicador, são casos que demandam uma **camada extra de metarrepresentação**, a partir de um processamento mental sofisticado.

Esse ponto de vista de interpretação sofisticada, adotado por Wilson (2012 [2000]), é derivado de uma argumentação de Sperber (1994) sobre estratégias interpretativas no estágio do desenvolvimento pragmático na interpretação. A primeira estratégia é a do otimismo ingênuo, em que o ouvinte/leitor²⁰ parte do pressuposto de que o falante/autor é competente o suficiente para tentar evitar mal-entendidos e benevolente o bastante para não conduzi-lo ao engano. Nesse sentido, o direcionamento da metarrepresentação do ouvinte/leitor segue de forma direta para a conclusão aparentemente pretendida pelo falante/autor, sem estender à verificação de algum outro tipo de significação.

A segunda estratégia postulada por Sperber (1994) é a do otimismo cauteloso, cuja existência de uma camada extra de metarrepresentação é o que permite que ouvintes/leitores lidem com situações comunicativas em que a primeira impressão interpretativa não é suficientemente clara. Nesse caso, a tendência do ouvinte/leitor é a de considerar o falante/autor benevolente, mas não necessariamente competente. Assim, em troca de acatar a informação aparente, o ouvinte/leitor reflete sobre os estados mentais do falante acerca da informação e, com isso, implanta a possibilidade de preenchimento de eventuais lacunas interpretativas. Essa é a maneira de lidar, por exemplo, com casos em que o falante/autor tenta ser relevante o suficiente, mas que de alguma forma não o é.

Em estudo posterior sobre essa dimensão cognitiva de verificação de intenções, Sperber et al. (2010) advogam em favor de um conjunto de mecanismos de vigilância epistêmica, em virtude de que o risco da má informação acidental ou intencional é fato inerente à comunicação. Para preservar a vantagem de um ato comunicativo com relação a esses “enganos”, a justificativa dada por esses cientistas cognitivos é a existência de um raciocínio especializado, ancorada no fato de que a confiabilidade nas pessoas nem sempre é cega.

As habilidades cognitivas e a grande variedade de informações comunicadas por outros são elementos interligados: não é possível depender da comunicação na ausência da linguagem e ToM e, por outro lado, essas habilidades seriam inúteis se

²⁰ Apresentado o funcionamento da metarrepresentação na escrita, de aqui em diante o falante será considerado como falante/autor, e o ouvinte, ouvinte/leitor.

não fossem as ferramentas conceituais e o conhecimento de fundo adquirido pelo indivíduo em sociedade. Diante disso, a competência do falante/autor abordada no conceito de interpretação sofisticada (otimismo ingênuo/cauteloso) passa a ser análoga a honestidade, tendo em vista que raramente os interesses alheios coincidem adequadamente aos nossos próprios e, em uma diversidade de situações, são alcançados a partir de atitudes enganosas.

Presumivelmente a comunicação é honesta, mas não se pode omitir que existe uma tendência à verificação porque, pelo menos em parte, limitaria o leque de circunstâncias em que a desonestidade é alocada nos “melhores” interesses dos comunicadores. Assim, Sperber et al. (2010) enfatizam que a compreensão adota uma postura hesitante e estável de confiança, que leva à aceitação apenas se a vigilância epistêmica – desencadeada pelos mesmos atos comunicativos que a compreensão – não levantar razões para se ter dúvida do conteúdo da informação.

Nessa concepção, a importância não está na detecção de mentiras, mas em como a confiança e a desconfiança são calibradas para a comunicação. Competência e honestidade são condições para credibilidade, que é o que rege a fiabilidade do conteúdo. Portanto, em termos de definição, segundo Sperber et al. (2010), o papel da vigilância epistêmica pressupõe o envolvimento de um custo de processamento suscetível de ser mantido menor quando a informação não é relevante, com relação a quando indivíduos se colocam vigilantes diante de dúvidas de confiança mútua e/ou em outras circunstâncias especiais.

Nas situações de risco de engano, a habilidade vigilante exige a compreensão não apenas dos estados epistêmicos do falante/autor, mas de suas intenções, principalmente as responsáveis pela indução a falsas crenças. Para Sperber et al. (2010) a metarrepresentação possui papel central nesse sentido, pois há a exigência de leitura mental sofisticada (o falante acredita que não-P, mas quer acreditar que P) que é constituída da combinação de uma atribuição de primeira ordem de crença com a atribuição da segunda ordem da intenção.

Sperber et al., dentro desse estudo de 2010, citam o experimento de Mascaro e Sperber (2009) que identifica a idade dos quatro anos como o momento fronteiro em que crianças passam a apresentar maior seletividade na confiança e disposição em manipular crenças alheias. O estudo mostra que é em razão de um **nível metarrepresentativo elevado** que essas crianças conseguem perceber tentativas de estarem sendo enganadas, e também que o desenvolvimento dessa

capacidade é o que promove a habilidade de prever comportamentos alheios. Ao longo da infância, esse processo é o que forma base para a vigilância epistêmica adulta, capaz de relacionar a observação do estado de crenças à possibilidade de ser vítima de engano. Dessa maneira, foi constatado que esse fenômeno constitui-se por mecanismos cognitivos com trajetórias de desenvolvimento distintas, incluindo o senso moral envolvido no reconhecimento de potenciais parceiros para a cooperação e ToM.

Sendo assim, tornam-se muitos os fenômenos comunicativos com que a vigilância epistêmica é capaz de lançar luz em termos explicativos. Manuel Padilla (2012) destaca que o humor sobressai diante dessa perspectiva pois se trata de um ato de comunicação que tem por objetivo enganar intencionalmente, à medida que conduz o ouvinte a alcançar uma determinada interpretação que parece otimamente relevante (devido à impressão de que é facilmente acessível), e depois exige retorno cognitivo para a reinterpretação da informação.

Enunciados humorísticos enganam porque exploram a ambivalência pragmática por possuírem, potencialmente, uma variedade de interpretações capazes de se ajustar com a informação codificada. O falante/autor, ao utilizar esse recurso como estratégia, está ciente sobre o módulo de compreensão que o ouvinte/leitor, em primeira mão, não irá acessar ou que fará “malabarismos” com vários módulos ao mesmo tempo em busca do arranjo cognitivo adequado. Assim, com base em considerações de esforço cognitivo e recompensa, o ouvinte/leitor, em busca de relevância ótima, seleciona uma interpretação e exclui as concorrentes.

Ao realizar diversas análises de textos humorísticos a partir dessa concepção teórica, Padilla (2012) descreve que a vigilância epistêmica nesse tipo de interpretação possui uma série de funções: serve como uma espécie de gatilho para a percepção de que há alteração de significado; é responsável por sinalizar ao módulo da compreensão que a informação superficial do enunciado é inadequada; instrui esse módulo na ativação da compreensão sofisticada a fim de atribuir a referência satisfatória ao humor da situação; guia o acesso a (outros) referentes possíveis; considera sentidos alternativos e hipóteses alternativas sobre implicaturas e explicaturas; corrige e ajusta a significação das palavras no contexto proposto pelo falante; avalia premissas e suposições; e, todos os outros processos mentais que, de alguma forma, demandam verificação no plano das inferências.

As análises e as descrições dessas funções, realizadas por Padilla (2012), possibilitaram uma constatação importante: a de que a vigilância epistêmica não entra em cena depois do produto final de compreensão quando a interpretação é atingida, assim como postulado em sua definição. Ao contrário. É atuante em cada tarefa executada pelo módulo de compreensão, e para além da concepção de módulo de teste final sobressai como um módulo independente que trabalha com rendimentos.

Em termos de metarrepresentação, Padilla (2012) ressalta que tanto a situação de superação do engano como a apreensão dos efeitos humorísticos são possíveis em virtude de um **segundo, terceiro ou quarto nível (ou ordem) metarrepresentativa**. Além disso, o pesquisador se posiciona a favor de que o mesmo argumento poderia ser estendido a outros fenômenos semelhantes, como trocadilhos²¹ e também interpretações que diferem radicalmente do conteúdo explícito, como é o caso da ironia.

Portanto, a relação dos estudos de Sperber (1994), Wilson (2012), Mascaro e Sperber (2009), Sperber et al. (2010) e Padilla (2012) confirmam a hipótese de que enunciados ecoicos e humorísticos possuem variação metarrepresentativa, de condição elevada para mais elevada, em razão de que a interpretação sofisticada e o otimismo cauteloso – atrelado à vigilância epistêmica empregada na interpretação desses tipos de comunicação – demandam uma camada extra (no caso da ironia) ou níveis (no caso do humor) de metarrepresentação.

Mas, afinal, de que maneira a metarrepresentação desses enunciados não sérios pode ser esboçada na arquitetura da mente?

Partindo de uma concepção mais aprofundada de enunciado ecoico (já introduzido no início deste capítulo), duas abordagens serão apresentadas no tópico seguinte. A de François Recanati (2000), que explica de que maneira um enunciado não sério é cognitivamente processado em termos de representação e iconicidade mental, e a de Raymond Gibbs (2000, 2010), que, a partir de uma proposta experimental, estrutura o processo interpretativo de *atos comunicativos encenados* em termos de níveis e camadas de metarrepresentação, conforme o que se segue.

²¹ Também em TANAKA, K. The pun in advertising: a pragmatic approach. Elsevier: *Lingua* 87: 91-102, 1992.

3.1.1 A variação metarrepresentativa na interpretação de enunciados não sérios

Com base no conceito de uso descritivo e interpretativo, Sperber e Wilson (2001) observam quatro relações possíveis entre um pensamento e o que ele representa. Em uma *declaração* existe uma relação descritiva entre o pensamento do falante e o estado de coisas do mundo; em interrogativas e exclamativas há uma relação interpretativa entre os pensamentos do falante e os pensamentos desejáveis; na metáfora existe uma relação interpretativa entre a forma proposicional de uma elocução e o pensamento que ela representa; e na ironia há uma relação interpretativa entre o pensamento do falante e os pensamentos ou elocuições atribuídas.

Entre os casos citados, a ironia assume, segundo a TR, uma quantidade maior de especificidades interpretativas em razão de que joga com o pensamento alheio, por ecoar um pensamento tacitamente atribuído a uma atitude dissociativa. Nos exemplos:

- 1) ²²a) Ele: Nossa, que pessoa mais desajeitada para se expressar.
b) Ela: Fale mais alto, querido. Lá da esquina ainda não dá para ouvir.
- 2) “Bem, a vaidade é um de seus quatro calcanhares de aquiles” (FREUD, 2006 [1905], p. 18).
- 3) “Moça linda, bem tratada, três séculos de família, burra como uma porta: um amor” (ANDRADE, 1993 [1955]).

Tanto na situação entre falante/ouvinte em (1 a/b) como na de autor/leitor em (2) existe alusão ecoica a ser apreendida. Apesar de as atitudes comunicativas serem diferentes, o padrão dos enunciados são semelhantes: têm o objetivo de comunicar opiniões contrárias daquilo que foi dito, ecoando desaprovação (1b) ou rejeição (2) a partir de deboche ou censura. Nesse sentido é que o uso ecoico torna-se enganoso, com probabilidades de causar ao ouvinte/leitor dificuldades momentâneas de processamento que, mais tarde, tornam-se compensadas

²² No desenvolvimento deste trabalho, os exemplos foram numerados segundo cada tópico, em razão de que não são retomados nos capítulos posteriores.

apropriadamente (SPERBER E WILSON, 2001 [1995], p. 354).

Apesar de o enunciado ecoico ser indireto e, por isso, altamente variável em termos de significação, isso não pressupõe a inexistência de um escopo de interpretação: primeiramente é lido como declaração vulgar; o ouvinte/leitor é conduzido a uma conclusão absurda; e então retorna a interpretar ecoicamente. Na perspectiva da relevância, a recuperação das implicaturas desse retorno interpretativo depende do reconhecimento da existência do eco; da identificação da origem da opinião que fez eco; e do reconhecimento de que a atitude do falante/autor com relação à opinião que reverberou é crítica.

Segundo Sperber e Wilson (2001), do ponto de vista pragmático, o que importa é o fato de o falante/autor poder utilizar um enunciado ecoico para expressar um leque de emoções e atitudes. O que há não é um subconjunto definido de atitudes ecoicas, mas um *continuum* com diferentes matizes de origem metapsicológica, que se encontra marcado e evidente nesse tipo de comunicação. No caso da leitura, por exemplo, o autor ao deixar o eco implícito consegue sugerir que partilha com os seus leitores uma visão cínica, que até então é ausente na versão explícita.

Tendo como elemento central dos enunciados ecoicos o engano provocado por uma atitude dissociativa, qual é, afinal, o arranjo desse tipo de metarrepresentação no aparato cognitivo?

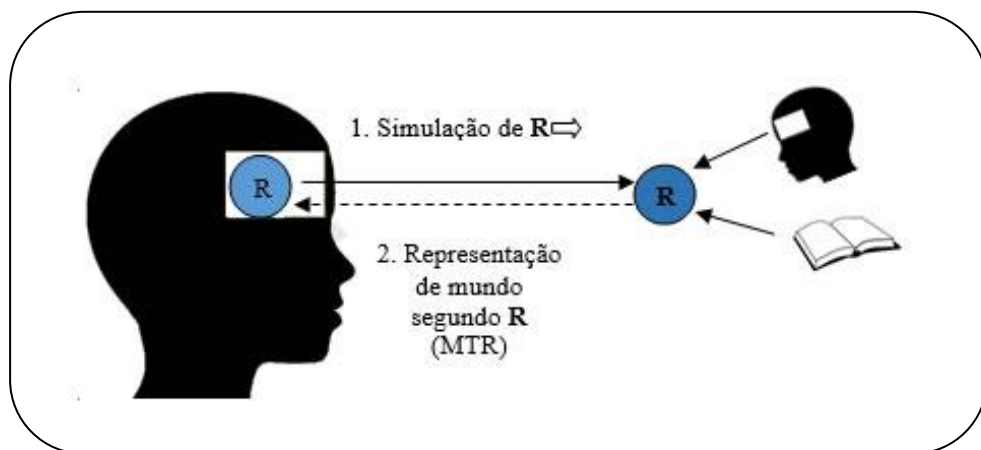
François Recanati (2000) define que a metarrepresentação é um ícone na medida em que mostra o conteúdo do objeto da representação e, assim, replica-o. A característica icônica é responsável, segundo ele, pela classificação de duas perspectivas: a modal, em que há diferença entre o conteúdo da metarrepresentação e o conteúdo do objeto da representação, cuja submissão inerente de valor de verdade alimenta pensamentos sobre o real estado de coisas do mundo; e a da simulação, que livre dessa distinção, refere-se à representação que atua a nível fictício de interpretação.

No caso modal, as constatações sobre as informações disponíveis ocorrem com base em evidências comunicativas relativamente simples. Na simulação, a captação das evidências e a formulação de conclusões demandam raciocínios mais flexíveis e, por muitas vezes, mais sofisticados. É o caso da comunicação *não séria* que, na metarrepresentação linguística, envolve humor, ironia, metáfora, discurso indireto livre, e outros enunciados/textos em que se a afirmação da situação

hipotética (constituída de “fingimento”) for devidamente interpretada e aceita para o contexto dado, os interlocutores visualizam um cenário imaginário paradoxalmente correspondente aos valores de crença, tornando desnecessária a tarefa de submissão de valores de verdade.

Ao focar a perspectiva da simulação, Recanati (2000) descreve que essa não é uma dimensão interpretativa inteiramente fictícia, isto é, como dito anteriormente, nesse tipo de metarrepresentação caracteriza-se a sério o mundo real, mas mencionam-se fatos que detêm situações imaginárias. Nesse ponto de vista, o ato de simulação mental é uma projeção inerente, em que atribuir conteúdo é entreter simulativamente uma representação e assegurá-la assertivamente. Logo, a capacidade de compreensão das representações é, segundo o pesquisador, uma capacidade para simulação reconstrutiva, conforme figura a seguir:

FIGURA 6 – METARREPRESENTAÇÃO E ICONICIDADE



FONTE: A autora (2015).

O princípio icônico existe devido ao fato de que o conteúdo de uma representação só pode ser acessado via simulação. Como pode ser visto simplificada na figura, a metarrepresentação, para Recanati (2000), constitui-se do conteúdo de uma representação **R** já existente e que correspondente ao real estado de coisas do mundo (dado pelo vetor superior linear), que simula **R** da fonte de informação (falante, autor) a despeito da dimensão fictícia proposta, e representa o mundo como **R** representa para si, no âmbito de uma afirmação sobre **R** (dado pelo vetor inferior tracejado). Dessa maneira é que o pesquisador explica como um enunciado não sério é cognitivamente processado em termos de representação e

iconicidade mental.

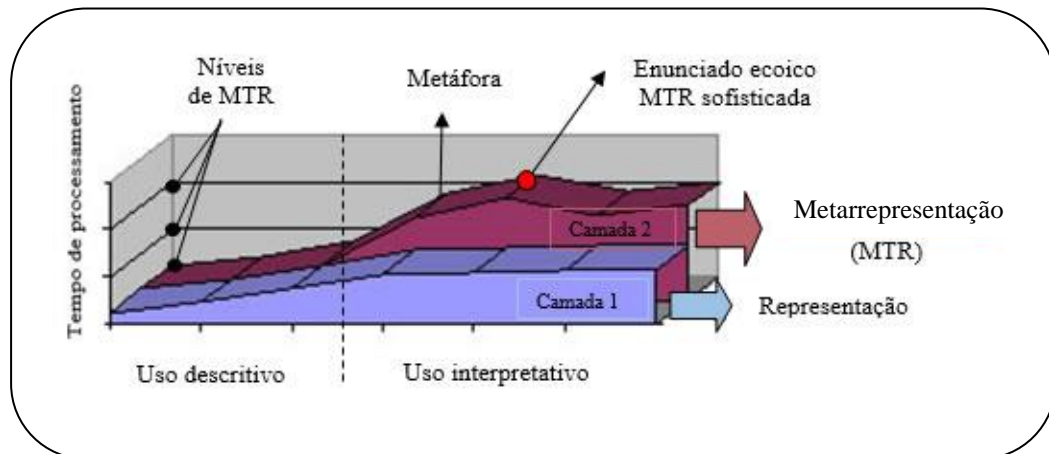
Em investigação correlata, Raymond Gibbs (2000, 2012) se preocupa com a estrutura interpretativa desses enunciados e busca saber se existem diferenças de processamento entre eles e como a metarrepresentação se comporta, especificamente. Com essa proposta, Gibbs (2000) define a comunicação não séria por *atos comunicativos encenados*, cujo objetivo entre os interlocutores é estrito a expressar estrategicamente intenções indiretas, sem deixar de cumprir o papel de comunicar proposicionalmente à medida que atitudes e crenças são manipuladas.

Para o pesquisador, esses enunciados demandam que a metarrepresentação seja concebida a partir de **camadas** de significado, sendo elas a camada um, em nível de representação, em que o conteúdo implícito de um cenário hipotético envolve crenças de primeira ordem; e a camada dois, em nível de metarrepresentação, em que se ecoa algum pensamento ou afirmação atribuída de outra pessoa, portanto, crenças de segunda ordem.

Como visto anteriormente, segundo os pressupostos teóricos da TR, enunciados figurativos como a metáfora, ironia e seus *tropos* até então não eram relacionados a processos interpretativos diferenciados:

A metáfora, assim, não requer quaisquer capacidades ou processos interpretativos especiais: é um resultado natural que provém de algumas capacidades e processos muito gerais utilizados na comunicação verbal. [...] demonstraremos que **o mesmo acontece com a ironia**. (SPERBER E WILSON, 2001 [1995], p. 349, grifo nosso).

Com base na hipótese contrária, Sperber (1996) suscita a existência de interpretação sofisticada, Wilson (2000) endossa em termos metarrepresentativos, e Gibbs (2000) comprova experimentalmente que atos comunicativos encenados, realmente possuem **níveis** de complexidade metarrepresentativa. Os resultados das suas investigações – cujo critério principal é a mensuração do tempo de processamento – mostram a existência de variações nesse quesito entre os tipos de atos encenados, uma vez que a ironia, por exemplo, destaca-se com relação à metáfora porque apresenta performance mais elevada em termos de esforço cognitivo na interpretação entre o pensamento atribuído (camada 1), da atitude dissociativa (camada 2). Assim confirma-se a demanda de sofisticação metarrepresentativa, como ilustrado a seguir:

FIGURA 7 – A METARREPRESENTAÇÃO EM ATOS COMUNICATIVOS ENCENADOS²³

FONTE: A autora (2015).

Na circunstância comunicativa que envolve ironia, os participantes da conversação inferem crenças de segunda ordem e constroem juntos um ambiente interpretativo de fingimento, em que as metarrepresentações inferidas são (ou pelo menos deveriam ser) necessariamente transcendidas, visto que, criticamente, distorcem a verdade em algum grau. O estudo de Gibbs (2000) mostra, portanto, que nesse tipo de interpretação o ouvinte reconhece e infere camadas de significado segundo as expectativas metarrepresentativas do falante, no sentido de aludir a um pensamento hipotético que se pretende adotar apenas momentaneamente. Esse contraste interpretativo de representações de primeira e segunda ordem é o que exige maior dispêndio cognitivo com relação a esforço de processamento.

Apesar do estudo de Gibbs (2000, 2012) englobar o uso ecoico, ele não faz menção específica a enunciados de humor. Porém, na ironia, o percurso metarrepresentativo muito se assemelha com o que demanda a interpretação humorística: parte de uma atitude dissociativa; distorce a verdade em algum grau; alude pensamento hipotético adotado momentaneamente e, a partir disso, um esforço cognitivo extra é realizado. Portanto, os experimentos de Gibbs (2000) também endossam a observação de Padilla (2012) quando esse último diz que o mesmo argumento poderia ser estendido a outros fenômenos semelhantes.

²³ Os dados coletados por Gibbs (2000) não foram inseridos no gráfico. Por esse motivo, a legenda não foi denominada “gráfico”. Trata-se apenas de uma ilustração cujo propósito é o de projetar a concepção teórica de maneira que possibilitasse uma visualização mais clara dos fenômenos, apenas.

3.2 METARREPRESENTAÇÃO EM TRADUÇÃO

Tradutor de textos bíblicos, Ernest-August Gutt foi pioneiro em investigar os processos cognitivos do ato tradutório na perspectiva da TR. O seu trabalho de doutorado (1989) foi desenvolvido sob supervisão de Deirdre Wilson e, desde então, é utilizado como referência central para embasar pesquisas sobre tradução e relevância. As abordagens principais de Gutt são apresentadas a seguir.

3.2.1 Tradução e semelhança interpretativa

Entre os vários conceitos teóricos da relevância, Gutt (2000) salienta a importância da semelhança interpretativa entre os conteúdos representativos, tendo em vista que esse é um mecanismo lógico central para o desenvolvimento da tradução. A partir da concepção de que os processos interpretativos geram formas proposicionais distintas que podem compartilhar propriedades lógicas entre si, o pesquisador explica que:

Uma propriedade essencial das formas proposicionais é que possuem propriedades lógicas: e é em virtude dessas propriedades lógicas que elas podem se contradizer, implicar uma na outra e apresentarem outras relações lógicas entre si. Uma vez que todas as formas proposicionais possuem propriedades lógicas, duas formas proposicionais compartilham propriedades e *assemelham-se* em virtude dessas propriedades lógicas compartilhadas. Essa semelhança entre formas proposicionais é chamada de *semelhança interpretativa*. (GUTT, 2000, p. 36, tradução nossa, itálicos no original).²⁴

Traçando um paralelo com as abordagens teóricas vistas até o momento²⁵, pode-se estabelecer que, quando o processamento interpretativo de uma mensagem verbal qualquer é realizado, passa a ser configurado como representação. Essa representação mental de propriedades lógicas torna-se forma proposicional. Para que a forma (lógica) proposicional seja atingida, a mente humana, em resposta a um estímulo ostensivo, realiza uma trajetória cognitiva a fim de elaborar suposições que

²⁴ Nossa tradução para: An essential property of propositional forms is that they have logical properties: it is in virtue of this logical properties that they can contradict each other, imply each other and enter into other logical relationships with each other. Since all propositional forms have logical properties, two propositional forms may have logical properties in common. Accordingly, we can say that mental representations whose propositional forms share logical properties resemble each other in virtue of these shared logical properties. Such resemblance between propositional forms is called *interpretative resemblance*.

²⁵ Ênfase para Sperber e Wilson (2001) e Wilson (2012). Dados completos dos estudos nas referências bibliográficas.

sustentem a intenção comunicada no enunciado. Assim, uma semelhança interpretativa decorre entre duas representações mentais que, em um ato comunicativo, são passíveis de partilhar propriedades lógicas entre si.

Entretanto, esse é um percurso que recai não em um processo descritivo (de verificação de condições de verdade, objeto da lógica) como aparenta ser, mas em um processo de ordem interpretativa, que envolve outras ações mentais em nível pragmático de enriquecimento. Nesse sentido, Gutt (2000) utiliza essa argumentação para atribuir o uso interpretativo à tradução direta que, em termos de definição, é a circunstância que um enunciado da língua de chegada supõe se assemelhar interpretativamente ao original e completamente ao contexto pensado para o original.

Por essa razão é que um efeito contextual resulta das interfaces entre duas formas proposicionais que partilham (algumas) propriedades. Contudo, a existência de formas proposicionais é condição necessária, mas não satisfatória para o desenvolvimento do processo da tradução, por ocorrerem dentro de um contexto em que as suposições derivadas das implicaturas exercem influência dominante nos processos gerais. Diante dessa circunstância, Gutt amplia o conceito de semelhança interpretativa, de maneira que:

Considerando ainda que o principal objetivo dos enunciados é veicular um conjunto de suposições pretendidas pelo o comunicador, parece razoável definir semelhança interpretativa entre enunciados em termos de suposições compartilhadas pelas interpretações pretendidas nesses enunciados. Uma vez que o conjunto de suposições que um enunciado pretende veicular consiste de explicaturas e/ou implicaturas, podemos dizer que dois enunciados ou, ainda mais generalizadamente, dois estímulos ostensivos, assemelham-se interpretativamente na extensão das explicaturas e/ou implicaturas que compartilham (GUTT, 2000, p. 46, tradução nossa²⁶).

Nessa perspectiva, a relevância, apoiada pelo conceito de semelhança interpretativa, seria capaz de orientar tanto a configuração do contexto como a produção de implicaturas. Logo, a razão do processo tradutório do ponto de vista cognitivo é, segundo Gutt (2000), a busca de semelhança interpretativa entre duas

²⁶ Nossa tradução para: Considering further that the main purpose of utterances is to convey the set of assumptions, which the communicator intends to convey, it seems reasonable to define interpretative resemblance between utterances in terms of assumptions shared between the intended interpretations of these utterances. Since the set of assumptions an utterance is intended to convey consists of explicatures and/or implicatures, we can say that two utterances, or even more generally, two ostensive stimuli, interpretively resemble one another to the extent that they share explicatures and/or implicatures.

representações derivadas de dois sistemas linguísticos (e suas relações contextuais) distintos. Nessa busca, o tradutor deve considerar, por um lado, a informação originária das codificações conceituais e procedimentais, e, do outro, a informação tencionada na implicatura. A essa relação que – seguindo o princípio de custo e benefício da relevância – preza por atingir o maior efeito contextual com o menor esforço processual, Gutt chama de *uso interpretativo interlingual*.

Um agravante é que o uso interpretativo interlingual nem sempre acontece em contextos simultâneos, assim como na conversação espontânea, objeto da TR. A tradução, na maioria dos casos, demanda contato com contextos distantes com relação a elementos espaciais, temporais, culturais do texto-fonte para o texto-alvo. São principalmente os casos em que o público não possui acesso direto às características gerais do contexto de produção, por exemplo, os escritos bíblicos, as obras literárias clássicas de décadas e séculos passados, os textos de domínio informativo desconhecido pelo tradutor devido ao conteúdo cultural, político e/ou religioso altamente específico, entre outros. Denominado por Gutt (2000) por *contexto artificial*, a não observação desses elementos nele contidos compromete, consideravelmente, o grau de semelhança interpretativa a ser alcançado na tradução.

Para Gutt (2000), nos contextos artificiais o tradutor orienta o processamento interpretativo do texto-fonte por um trabalho mental que pode ser intuitivo ou analítico. A questão da existência dessas duas possibilidades é a de que, se existem intuições naturais acerca da relevância em nosso contexto existente, como então emergiria do tradutor um contexto artificial com relação às suas próprias intuições?

O argumento é o de que, quando o tradutor parte de um ambiente cognitivo mutuamente manifesto, a interpretação é simplificada no sentido de seguir uma intuição na geração de semelhança interpretativa. Ao contrário, se o ambiente cognitivo for incongruente, esforços adicionais são necessários para suprir a lacuna da falta de partilha, de modo que a constituição (ou reconstrução) de um ambiente cognitivo entre comunicador original e audiência torna-se necessário para a captação de elementos para a tradução. A busca por semelhança interpretativa em contextos distanciados do tradutor e novo público é aspecto fundamental (e, até mesmo, inerente) da tradução. Em razão da tomada de consciência dessa circunstância é que o tradutor pode antecipar problemas de conhecimento contextual

no novo público e, assim, procurar evitá-los no processamento inferencial dispendido no conteúdo da sua tradução.

Com base nessas considerações, em trabalho posterior, Gutt (2004) destaca que o percurso a ser traçado (especificamente) na relação entre semelhança interpretativa e contexto artificial na tradução envolve, ao menos, o cumprimento de três atos. São eles:

- a) a interpretação atenta dos elementos do contexto de produção do texto-fonte, que sejam pertinentes e colaborem para alguma tomada de atitude na tradução do texto-alvo;
- b) a verificação da possibilidade de acesso dessa interpretação pelo público do texto-fonte, considerando os efeitos contextuais (salientes) pretendidos pelo autor, a serem atingidos pelo leitor;
- c) a busca da adequada semelhança interpretativa, para que a formulação das explicaturas e implicaturas na tradução sejam análogas e promovam, no novo público, uma interpretação acessível e semelhante àquela que está evidenciada no original.

Nas duas abordagens, Gutt (2000, 2004) estrutura elementos lógico-cognitivos e postula os conceitos de uso interpretativo interlingual e contexto artificial com base em duas capacidades: a metapsicológica, em razão de que o mecanismo tradutório envolve a captação de evidências e, delas, intenções informativas; e a capacidade metacomunicativa, em razão de que, na tradução, as semelhanças interpretativas são consideradas não apenas quanto à compreensão entre falante/ouvinte e/ou autor/leitor, mas também entre elementos de uma língua para a outra. Nesse cenário, a metarrepresentação assume papel fundamental, como Gutt (2004) expõe, conforme descrição no próximo tópico.

3.2.2 Ambientes cognitivos na metarrepresentação tradutória

Dadas as circunstâncias de que seres humanos são dotados da capacidade de se comunicar em outras línguas, Gutt (2004) parte de que a tradução é orientada por competência e desenvolve argumentos acerca do que essa capacidade consiste e como ela funciona. Para ele, esses são conhecimentos que contribuem não apenas para o fazer científico, mas também para a melhoria do alcance da comunicação via tradução, se as faculdades mentais e processos inferenciais

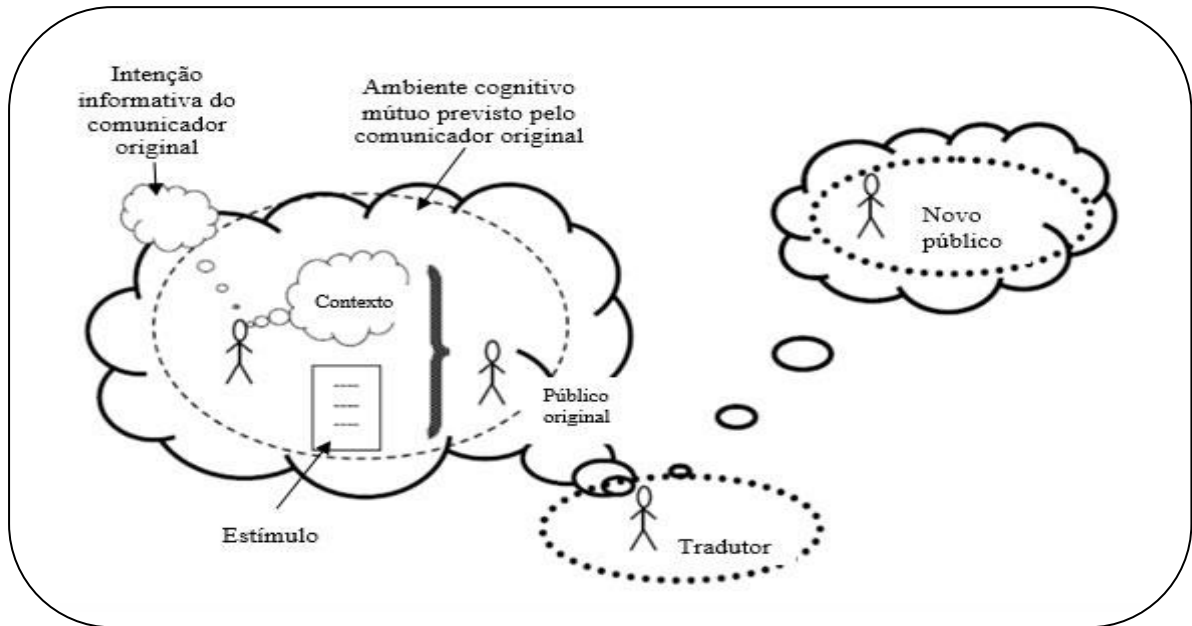
envolvidos no processo tornam-se compreendidos pelo tradutor prático.

Considerando, portanto, o envolvimento das capacidades metacomunicativas e metapsicológicas nos processamentos inferenciais, Gutt (2004) analisa a metarrepresentação na tradução ao descrever que, em um ato de comunicação, o autor/tradutor inicia a informação com a intenção de manifestar um corpo de pensamento para o seu público. Para atingir esse objetivo, o autor/tradutor produz um estímulo que suscita no novo público a inferência sobre a intenção e o que a intenção é. Em mensagens, trechos, enunciados, textos em que não são evidenciadas ambivalências pragmáticas, o processo interpretativo tende a transcorrer obedecendo a uma espécie de constante metarrepresentativa.

Entretanto, Gutt (2004) tem a consciência de que casos comunicativos em que são evidenciadas dissonâncias interpretativas (cuja significação pretendida contradiz aquilo que foi codificado linguisticamente), como é o que acontece nos enunciados ecoicos e no humor, um trabalho inferencial diferenciado se faz necessário. Tendo em vista que, por essas e outras razões, a comunicação verbal **não consiste** em enunciados que, convencionalmente, são chamados de literais, Gutt descreve que no ato tradutório, as suposições do autor e do tradutor são formuladas diante da verificação de que o público possua peças de informações disponíveis, que sejam semelhantes com as que ele tem a intenção de tornar manifesto. Além disso, ambos devem buscar evidências de que o público saiba fazer uso dessas informações na interpretação do conteúdo.

Nesse contexto de atribuição de estados mentais é que a metarrepresentação sobressai, pois é o que capacita o autor/tradutor à escolha e aplicação do conteúdo do texto diante das expectativas do público, devido ao fato do tradutor possuir ambiente cognitivo diferente daquele imaginado na construção do texto-fonte e que precisa ser previsto para o texto-alvo. De acordo com Gutt (2004), a metarrepresentação em tradução ocorre da seguinte maneira:

FIGURA 8 – METARREPRESENTAÇÃO EM TRADUÇÃO



FONTE: Adaptado de GUTT (2004, p. 6).

No modelo de Gutt (2004), no cenário comunicativo, para partilhar a intenção informativa com o público (ouvinte/leitor), o comunicador (falante/autor/tradutor) produz um estímulo. À medida que esse estímulo é identificado e enriquecido com informações contextuais do ambiente cognitivo mutuamente partilhado, o público é então guiado pela informação que o comunicador pensa ter em comum, isto é, realiza seus processos inferenciais acerca dos pensamentos que o comunicador pretende comunicar.

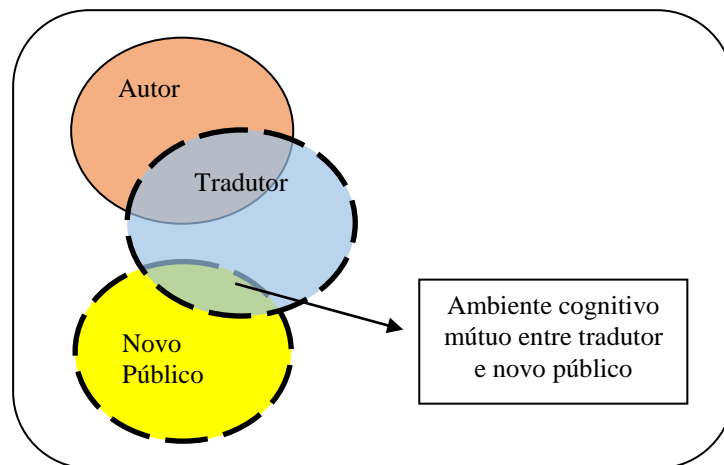
No entanto, como visto anteriormente, interlocutores podem ou não partilhar um ambiente cognitivo, principalmente nas situações interpretativas que demandam processos inferenciais mais sofisticados (casos ambivalentes, incongruentes, dissonantes). Quando a premissa é negativa, ocorre o que Gutt (2000, 2004) chama de *situação de comunicação secundária*, cuja circunstância é a de que ambos, autor e tradutor, dispõem de diferentes informações contextuais e o processo interpretativo torna-se ainda mais suscetível a conclusões diferentes daquelas imaginadas no original. Para esses casos, o pesquisador identifica como solução a existência da aplicação da estratégia apresentada por Sperber (1994), do otimismo cauteloso.

Apesar de parecer atrativa a ideia de que a metarrepresentação na tradução ocorre perante a uma tarefa dupla de metarrepresentar o ambiente cognitivo do

público-alvo do autor (uma vez que o tradutor também é leitor), e também o ambiente cognitivo do público para que se está traduzindo, essa circunstância não é regra. Existem outras associações entre ambientes cognitivos que podem ocorrer, segundo Gutt (2004), em cinco configurações possíveis, de maneira que, nas ilustrações, o tracejado indica partilha e a linha contínua uma ligação pela obra:

Circunstância 1 – Tradutor e novo público partilham um ambiente cognitivo mútuo que é diferente daquele do comunicador original (autor): é o caso em que o tradutor e o novo público são membros da mesma comunidade linguística e possuem informações contextuais semelhantes, contudo não são aquelas pensadas pelo autor do original.

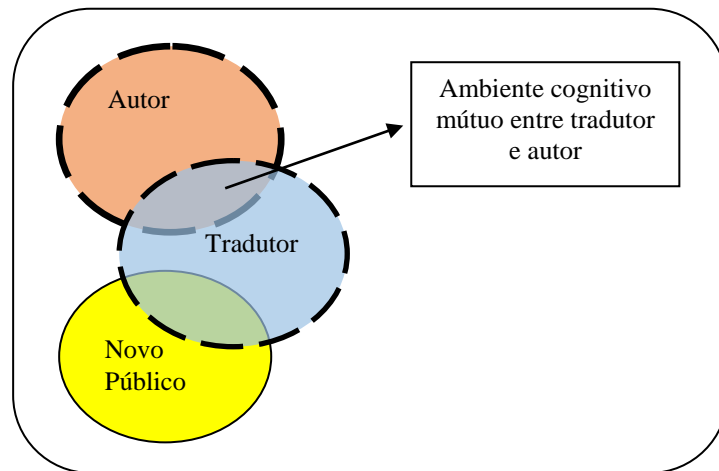
FIGURA 9 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO: TRADUTOR E NOVO PÚBLICO



FONTE: A autora (2015).

Circunstância 2 – Comunicador original (autor) e tradutor partilham um ambiente cognitivo mútuo, porém diferente daquele que é o do novo público: ocorre quando um membro bilíngue da comunidade linguística do texto original traduz para uma cultura diferente.

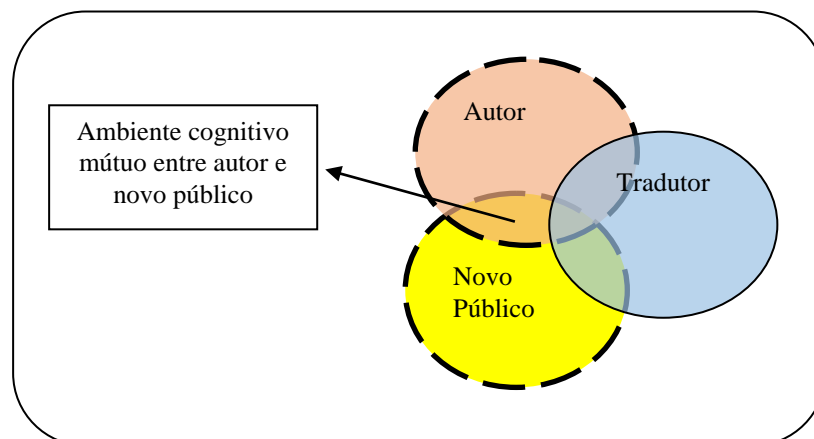
FIGURA 10 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO: TRADUTOR E AUTOR



FONTE: A autora (2015).

Circunstância 3 – Comunicador original (autor) e novo público partilham um ambiente cognitivo mútuo, diferente daquele que é o do tradutor: é o caso das conferências em que o intérprete que não é versado no assunto traduz a arguição de um trabalho técnico para uma comunidade de peritos.

FIGURA 11 – AMBIENTE COGNITIVO MÚTUO: AUTOR E NOVO PÚBLICO

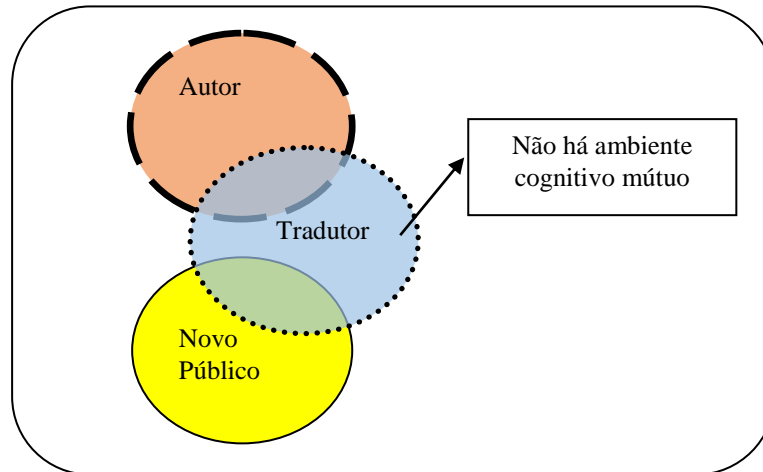


FONTE: A autora (2015).

Circunstância 4 – Nenhum ambiente cognitivo é partilhado: constitui o pior cenário possível, em que nenhum dos participantes envolvidos na ação de comunicação partilham um ambiente cognitivo mútuo. Ocorre em situações que o tradutor não pertence à cultura do texto original nem do novo público, embora tenha

conhecimento linguístico de ambos. É o caso da tradução bíblica (do grego para uma comunidade indígena, por exemplo); tradução de materiais didáticos, entre outros.

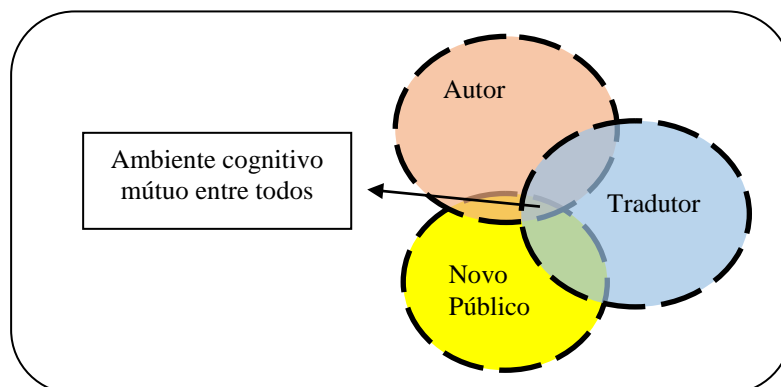
FIGURA 12 – ISENÇÃO DE MUTUALIDADE ENTRE OS AMBIENTES COGNITIVOS



FONTE: A autora (2015).

Circunstância 5 – Comunicador original (autor), tradutor e novo público partilham todos o mesmo ambiente cognitivo: acontece quando um dos membros de uma comunidade de expertos, de um dado ramo científico, domina mais de uma língua e executa a tarefa tradutória para aqueles que não entendem a língua em questão.

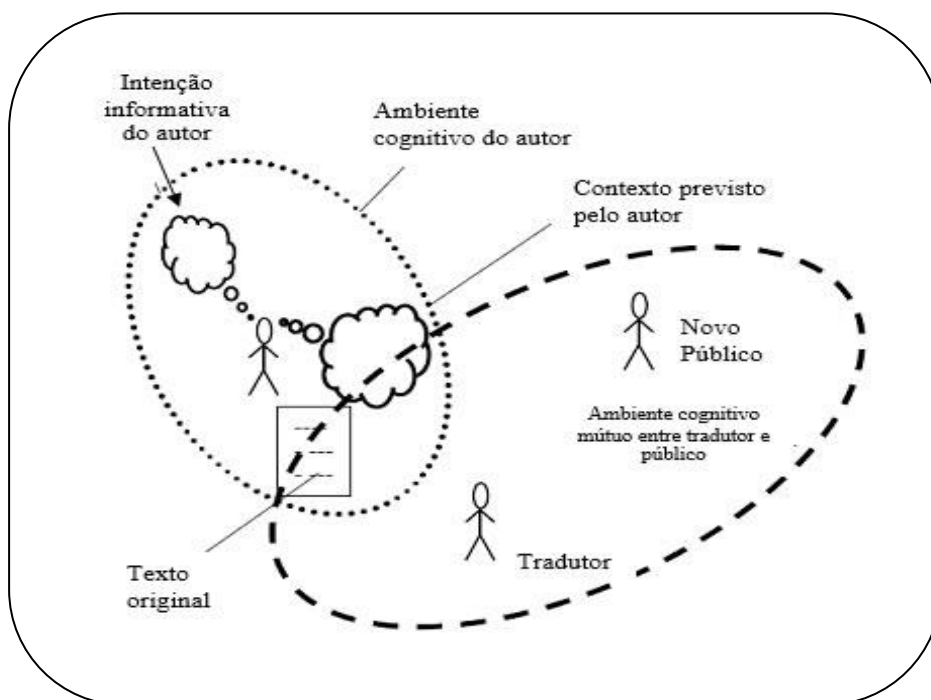
FIGURA 13 – MUTUALIDADE ENTRE TODOS OS AMBIENTES COGNITIVOS



FONTE: A autora (2015)

Com base nessas descrições configurativas, Gutt (2004) se atém à primeira circunstância, em que tradutor e novo público partilham um ambiente cognitivo mútuo, que é diferente daquele do comunicador original (autor). Segundo o pesquisador, se forem observados os envoltórios da intenção informativa do autor – seu ambiente cognitivo, contexto, texto original, tradutor, novo público e ambiente cognitivo entre tradutor e novo público –, o cenário tradutório teria a seguinte disposição:

FIGURA 14 – CONFIGURAÇÃO PADRÃO DOS AMBIENTES COGNITIVOS



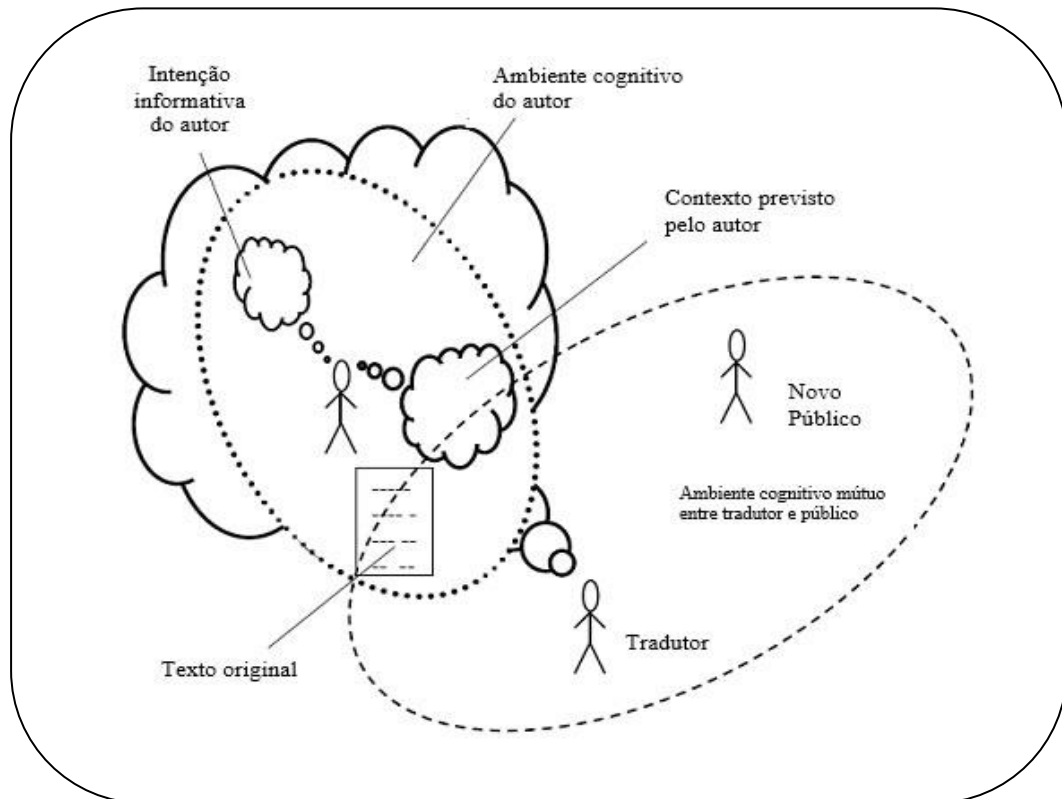
FONTE: Adaptado de GUTT (2004, p. 9).

Esse é um processo mental em que o tradutor, para compreender o texto original de maneira adequada, precisa constituir (reconstruir) e metarrepresentar, para si próprio, a interpretação contextual planejada pelo autor. Gutt (2004) explica que isso depende, em grande parte, das intuições de relevância. A não ser que as diferenças entre o conteúdo do original em relação ao ambiente cognitivo do novo público voltem a ser consideradas por motivos de ajuste ou adaptação das relações de semelhança.

Entretanto, qualquer uma dessas etapas exige que o tradutor primeiro identifique as diferenças entre o conhecimento de fundo do texto original e o

conhecimento de fundo do novo público, cuja tarefa requer novamente um percurso metarrepresentativo, como ilustrado na figura a seguir:

FIGURA 15 – CONFIGURAÇÃO PADRÃO: METARREPRESENTAÇÃO



FONTE: Adaptado de GUTT (2004, p. 10).

Como a compreensão envolve metarrepresentação e no fenômeno tradutório isso precisa ser visto na prática, Gutt (2004) parte de um exemplo extraído da obra *O sol também se levanta*, de Hemingway (1927 [1993]), traduzido da língua inglesa para a língua espanhola por Joaquín Adsuar (1993), na extração do trecho:

- 1) “No topo da montanha, nós vimos as luzes do forte²⁷” (1993, p. 152).
- 2) “En su cumbre [la de la montaña] vimos las luces del castillo” (1993, p. 214)

²⁷ Tradução nossa para “Up on the top of the mountain we saw the lights of the fort”. Apesar de fazer parte de uma análise específica de Gutt (2004), o trecho foi traduzido com o objetivo de manter ao máximo a metodologia de padronização da língua, em conformidade com a orientação adotada no manual de normalização da universidade.

No contexto em questão, os protagonistas Brett e Jake estão no muro da cidade de Pamplona e de lá olham em direção a uma montanha. Os termos “forte” (em inglês “*fort*”) e “castelo” (“*castillo*”, em espanhol) referem-se ao *Fuerte de San Cristóbal* que, localizado no topo do Monte de *San Cristóbal*, dá vista para a frente da cidade de Pamplona. Gutt (2004) levanta as duas hipóteses sobre a atitude tradutória de Adsuar: a de um desvio de atenção na escrita, ou uma mudança proposital.

O texto original evidencia que Hemingway pretendeu comunicar que as luzes pertenciam ao forte. Afinal, se o escritor quisesse se referir a um castelo qualquer, teria escrito “*castle*”. Mas se o contexto do tradutor, que é espanhol, for considerado, existe possibilidade de as luzes mencionadas serem originárias dos castelos espanhóis, localizados no topo das montanhas, que são construções típicas da região. Portanto, não é difícil cogitar que a aposta do tradutor foi a de que o autor americano poderia não saber a diferença entre castelo e fortaleza, pertencente aos costumes arquitetônicos espanhóis e, assim, optou por fazer tal escolha no texto. Esse é o tipo de ação tradutória em que o tradutor mostra confiar em seu ambiente cognitivo baseado em suas próprias crenças e, com isso, coloca à margem o ambiente cognitivo previsto pelo autor original.

Gutt (2004) pretende mostrar que as diferenças no ambiente cognitivo (competência) não necessariamente coincidem com as diferenças linguísticas e culturais. Isso é perceptível nesse exemplo porque, com relação ao conhecimento cultural geral, o tradutor espanhol estava em vantagem, pois uma parte do romance se desenvolve em seu próprio país. Porém, se a hipótese de descuido for contemplada (fator competência), o conhecimento do tradutor, no que confere Pamplona e arredores, teria sido menos preciso do que o de Hemingway. Logo, parece pertinente questionar se a construção imaginada por Hemingway fosse realmente a de um castelo e não a de uma fortaleza, a adaptação de Adsuar seria então justificada?

Por natureza, o processo tradutório carrega em si a camada metarrepresentativa do texto original, tendo em vista que o tradutor é consciente de que não está diante de um texto de sua autoria. Com isso, compromete-se, inerentemente, em comunicar não as suas próprias ideias, mas as do autor com relação ao desenvolvimento do conjunto da obra. Nessa concepção, o foco do tradutor não recai naquilo que um estado de coisas diretamente representa, mas

tende a se direccionar à forma com que **o autor** representa esses estados de coisas, pois seu objetivo **é ser imperceptível** a fim de que o leitor tenha a sensação de estar em contato com o “mesmo” conteúdo e estilo do original.

Essa é a razão crucial pela qual a tradução em si é, **legitimamente**, a capacidade metarrepresentativa exercida. No exemplo dado por Gutt (2004), a tomada de decisão do tradutor indica que a intenção operou apenas ao nível representacional, uma vez que atribui às suas próprias crenças o real estado de coisas e, assim, deixando de lado o compromisso metarrepresentativo das intenções de Hemingway.

Para Gutt (2004), a metarrepresentação em tradução pode ser examinada em duas dimensões: uma de nível inferior, que é a verificação das condições de verdade da representação; e outra de nível superior, em que ocorre a verificação de que se a representação foi metarrepresentada com precisão. Em termos de tradução, o nível superior corresponde à avaliação de fidelidade, conforme tabela a seguir:

TABELA 1 – A VERIFICAÇÃO METARREPRESENTATIVA

Condições de verdade		Verificação da metarrepresentação	
Representação	Metarrepresentação	Representação	Metarrepresentação
Verdadeiro	Fiel	Fiel	Verdadeiro
	Infiel		Falso
Falso	Fiel	Infiel	Verdadeiro
	Infiel		Falso

FONTE: Adaptado de GUTT (2004, p. 12).

A tabela mostra que a verificação das condições de verdade e a verificação da precisão da metarrepresentação são independentes uma da outra: uma tradução que é representativamente verdadeira não é, necessariamente, metarrepresentativamente fiel, assim como uma tradução considerada metarrepresentativamente fiel não tem que ser factualmente verdadeira. Obviamente, existem casos em que os dois valores são positivos. Mas isso não é

regra. Gutt (2004) ilustra o raciocínio das condições de verdade ao argumentar que uma obra antiga de medicina, por exemplo, ao ser traduzida nos dias atuais, a qualidade da tradução não se torna inferior pelo fato de que os procedimentos cirúrgicos nela descritos não existem mais ou são considerados inapropriados segundo as técnicas contemporâneas.

Por outro lado, com relação a verificação da metarrepresentação, se o exemplo de Adsuar for retomado e a sua tradução for, de fato, correta, o resultado da tradução é, antes de tudo, infiel na metarrepresentação e falso na representação. Gutt (2004) ressalta que essas são razões para compreender que, do ponto de vista comunicativo, é fundamental definir o contexto em termos cognitivos e não apenas em termos de fatores externos. A comunicação de um indivíduo depende, fundamentalmente, do ambiente cognitivo que pode ou não estar em sintonia com o ambiente externo.

Em síntese, com base nesses desenvolvimentos, Gutt (2004) constata que no processo tradutório a superfície é ocupada pela metarrepresentação do corpo de pensamento do autor, de maneira que a relevância da tradução concentra-se (ou pelo menos deveria se concentrar) no ambiente cognitivo das partes envolvidas. A ideia central é a de que, a partir do momento em que se reconhece a necessidade de trabalhar com esses diferentes ambientes cognitivos, torna-se bastante claro ao tradutor que as habilidades metarrepresentativas são elementos fundamentais e indispensáveis da competência tradutória.

3.2.3 A abordagem de níveis de processamento da mente em fenômenos comunicativos complexos

A questão central que o desenvolvimento deste capítulo sugere é: como a teoria cognitiva de tradução, postulada por Gutt (2000, 2004), pode ser submetida à perspectiva linguística de metarrepresentação posterior aos seus estudos e também aos modelos mentais epistêmicos apresentados? Como esse complemento, na concepção de tradução, explicaria o processo tradutório de enunciados não sérios?

Apesar de a investigação de Gutt (2000, 2004) ser amparada nos conceitos da TR, notam-se arestas explicativas. Afinal, que tipo de capacidade (e não de mecanismo) faz o tradutor a se dedicar no encontro de uma semelhança interpretativa entre o conteúdo do texto-fonte em relação ao texto-alvo?

O estudo de Sperber et al. (2010) mostra que a existência de uma predisposição natural para verificação de informações, ou seja, capacidade de vigilância epistêmica, é o que justifica a motivação na busca de semelhança interpretativa. A tradução é um processo totalmente constituído de verificações na medida em que demanda a tomada de atitude do tradutor diante dos termos linguísticos, das realidades culturais²⁸ e do reconhecimento de efeitos cognitivos do conteúdo do original, que precisam ser transportados, sem enganos (erros), para um novo público.

Isso possibilita constatar que o processo de encontro da semelhança interpretativa não é relacionado apenas ao conjunto de atribuições cognitivas obrigatórias que convencionam a atividade profissional do tradutor, mas que se trata de uma capacidade inata para verificações interpretativas, aqui sob a hipótese de que é elevada a um grau maior durante o processamento tradutório. Supostamente, o mesmo aconteceria com as estratégias de interpretação sofisticada e otimismo cauteloso, em virtude de que operam em condições metarrepresentativas superiores com relação aos outros fenômenos de linguagem espontâneos, tendo em vista que na tradução se acentua ainda mais, por se relacionar com múltiplos ambientes cognitivos.

Adiante dessa questão da semelhança interpretativa, outro aspecto que pode ser observado no modelo de Gutt (2004) – nesse caso com relação à disposição de ambientes cognitivos para a metarrepresentação – é que parece inflexível considerar que o tradutor realmente não possua ambiente cognitivo comum ao do autor, em algumas das circunstâncias de um a cinco. Além disso, existe o fato de que não se pode omitir a possibilidade de envolvimento do tradutor com as outras versões da tradução, que por algumas vezes também são consultadas para as suas tomadas de decisão. O que deve ser observado aqui, a esse respeito, é que a

²⁸ Dadas essas circunstâncias conceituais individuais, Sperber et al. (2010) levantam hipóteses sobre como a vigilância epistêmica é exercida em escala populacional, isto é, conteúdos culturalmente transmitidos. Do ponto de vista epistêmico, afirma-se que uma ideia amplamente partilhada não seria por ela mesma razão de aceitação, a não ser que indivíduos a considerem independentemente. Entretanto, por muitas vezes, algumas ideias são partilhadas culturalmente sem razões independentes. Isso ocorre quando informações são disseminadas a partir de uma única fonte, cujo conteúdo é aceito ao longo da cadeia de transmissão em virtude da confiabilidade nela creditada, e não necessariamente por evidências marcadas ou argumentos com relação ao conteúdo. Segundo os teóricos, esse fato supõe a existência de uma predisposição para a aceitação de informações culturalmente transmitidas, sem necessariamente exercer vigilância epistemológica sobre cada uma delas. Informações partilhadas ajudam a definir identidades de grupo e talvez isso privilegie mais a partilha em si do que o próprio conteúdo da informação.

própria condição *per se* do tradutor já o qualifica a possuir ambiente cognitivo mútuo com o autor, em maior ou menor **grau**.

Uma outra questão importante que pode ser colocada é sobre o que Gutt (2000, 2004) atribui como contexto artificial. Segundo os pressupostos da TR, o tradutor atua cognitivamente – e de forma constante – em busca da maximização da relevância. Caso ele não seja conhecedor de algum elemento distanciado espacial, temporal e culturalmente, ele parte em busca da identificação desses elementos por vias externas, como a pesquisa, por exemplo. Ao obter a informação necessária, o processamento dessa informação nova é a sua combinação com o conjunto selecionado das suposições de fundo, que é o que constitui o contexto atual dentro da memória do mecanismo dedutivo, mesmo que o produto da informação seja de um contexto externo passado ou desconhecido.

Nesse momento, parece pertinente observar que o que se tem, na verdade, não é a recriação de um contexto hipotético “artificial”, mas a complementação de elementos (via derivação de suposições) para informações contextuais já existentes na cognição do tradutor. Sem adentrar às teorias tradutórias que muito debatem sobre a questão de algum tipo de relativismo contextual, o recorte do viés cognitivo desta pesquisa permite uma alternativa que é a de que o contexto tradutório não é atual nem artificial: existem **graus** de contexto a serem empregados em cada situação comunicativa da tradução.

O humor geralmente integra esse tipo de circunstância. Em uma obra temporalmente distanciada, o conteúdo cômico possui alto risco de perder o efeito, em virtude de que sua elaboração quase sempre está atrelada às informações que serviam de estímulo humorístico para aquela determinada época. Com o objetivo de atingir as nuances de efeito humorístico pensadas pelo autor, o tradutor (experto) considera a composicionalidade da obra e do enunciado de um lado (de pensamento icônico/artificial), mas de outro busca empregar estratégias de adaptação (atuais) para que o humor seja interpretado satisfatoriamente pelo novo público.

No curso deste capítulo, pretendeu-se, portanto, mostrar que a metarrepresentação é base da comunicação humana e a tradução é um fenômeno de linguagem completamente capaz de salientar as variedades da ocorrência metarrepresentativa na comunicação, principalmente pelo fato de lidar com ambientes cognitivos que demandam atos metarrepresentativos ainda mais superiores do que o próprio ato já carrega em si. Além disso, endossar a hipótese de

que os enunciados não sérios acrescentam um trabalho metarrepresentativo extra. Dadas essas circunstâncias teóricas, a pergunta que se faz nesse momento é: como esses olhares teóricos sobre metarrepresentação de enunciados não sérios se conformam, rearranjam em termos de tradução humorística?

Esse será o tema do capítulo a seguir.

4 A METARREPRESENTAÇÃO ENTRE INCONGRUÊNCIAS, PARADOXOS E INDETERMINÂNCIA DE SIGNIFICADO

A complexidade dos processos metarrepresentativos do ato tradutório é evidente em razão de três causas fundamentais. A primeira delas é que a tradução é originária de uma multiplicidade de ambientes cognitivos que, no melhor dos cenários, é composta por autor, público, tradutor e novo público. A segunda é que exige um esforço mental adicional no alcance dos níveis metarrepresentativos variáveis frente às características e especificidades de cada um desses ambientes cognitivos. A terceira causa é o tradutor ter que desenvolver a semelhança interpretativa na língua-alvo (LA) para o conteúdo da língua-fonte (LF), considerando os elementos culturais, semânticos e pragmáticos em busca de realizar uma comunicação compatível.

Recanati (2000), Wilson (2012) e Gibbs (2000, 2010) demonstram que, cognitivamente, a sistematização metarrepresentativa em enunciados não sérios é uma atividade que ocorre em níveis processuais mais elevados, porque demanda o alargamento da significação de uma intenção que é encoberta, subentendida e implícita comunicada pelo falante/autor. Ainda que os três pesquisadores não tenham tratado especificamente do humor, esse também é um tipo de comunicação que se destaca pela incompatibilidade entre representações. Contudo, se diferencia dos outros tipos de linguagem verbal – a saber, as que são convencionalmente chamadas de figurativas – pelo motivo de que promove maior concatenação de comportamentos cognitivos, em decorrência da incongruência e, em alguns casos, pela proposta de uma criação imaginária de um estado de coisas de um mundo paralelo que, incongruentemente, recebe na interpretação do ouvinte/leitor a força de verdade do estado de coisas do mundo real.

Sebastião Santos²⁹ (2009, 2014) define o humor (especificamente o da piada) como uma espécie de *jogo de creditação*, cujos interlocutores cooperam na interpretação de uma informação absurda, em troca do benefício do entretenimento humorístico. Nesse jogo, a capacidade da ToM e o seu submódulo, que é a

²⁹ Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vice-líder do Programa de Pesquisa Linguagem e Cultura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e autor do livro **O enigma da piada: convergências teóricas e emergência pragmática**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

metarrepresentação, atuam em conformidade com a seguinte estrutura interpretativa:

- a) a partir de um determinado contexto, o falante/autor estabelece uma ordem de crenças no conteúdo do enunciado à medida que possui expectativas que o ouvinte/leitor partilhe dessa (segunda) ordem de crenças comunicadas no conteúdo;
- b) por sua vez, o ouvinte/leitor, com base em verificações interpretativas, passa a acreditar que é esse mesmo o conteúdo, discrepante e absurdo, que o falante/autor espera que ele (ouvinte/leitor) acredite; ou seja, o ouvinte/leitor realiza uma metarrepresentação particular de segunda ordem: “vou fazer de conta que acredito nesse mundo paralelo da piada”;
- c) com isso, o falante/autor metarrepresenta o ouvinte/leitor quando faz atribuições de estados mentais alheios sobre a crença em um mundo paralelo da piada: “eu acredito que ele acredita nesse mundo paralelo da piada”; e,
- d) o ouvinte/leitor metarrepresenta o falante/autor acerca de uma metarrepresentação de si próprio, em relação a mutualidade dessa crença: “ambos acreditamos nesse mundo paralelo proposto pela piada”.

É uma sobreposição metarrepresentativa que envolve, corroborando Wilson (2012), metarrepresentação de ordem superior: eu penso que ele pensa (metarrepresentação) tal coisa sobre o que eu penso (metarrepresentação de segunda ordem). Isso significa que o humor da piada carrega a necessidade de metarrepresentação de nível superior, no que tange a estrutura de sua manifestação na interpretação e comunicação.

O objetivo neste capítulo é, portanto, propor uma interface entre as investigações capazes de explicar como ocorre o processamento cognitivo da interpretação humorística. Em seguida, abordar a tradução do humor sob a perspectiva da teoria da relevância, para demonstrar, em termos de *operação*, a construção dos níveis metarrepresentativos e como eles se reorganizam na arquitetura da mente diante desse fenômeno comunicativo.

4.1 A INCONGRUÊNCIA NA SIGNIFICAÇÃO HUMORÍSTICA

Nos desenvolvimentos anteriores, foi apresentada a descrição de Wilson (2012) sobre a metarrepresentação na comunicação linguística, dando ênfase à argumentação da autora sobre a interpretação de enunciados figurativos, cujos envolvem, obrigatoriamente, uma ordem superior de habilidade de atribuição de estados mentais (ToM). Com base no conceito de enunciado ecoico (postulado na TR desde 1995 [1989]), a pesquisadora explicou as relações intencionais entre ambientes cognitivos mútuos e também que na comunicação existem determinadas atitudes estratégicas, intrínsecas das capacidades metacomunicativa e metapsicológica. Ao explicar enunciados irônicos, Wilson (2012) afirma que o humor é semelhante a esse tipo de processamento interpretativo e cita os estudos de Carmen Curcó³⁰ para uma análise mais aprofundada, em termos de relevância.

Os estudos de Curcó (1995, 1996, 1997, 1998) embasaram e desencadearam uma variedade de outros³¹ que – assim como em qualquer fazer científico – foram se afunilando até que a interpretação do humor fosse amplamente analisada. Para os propósitos deste capítulo, duas investigações foram selecionadas: a de Francisco Yus (1997, 2004, 2008, 2013) em virtude de que desenvolveu argumentos específicos sobre a metarrepresentação humorística; e a teoria de Santos (2009, 2014) que, além de apresentar uma questão lacunar da relevância em relação à interferência da capacidade metapsicológica, faz uma descrição detalhada da sistematização dedutivo-inferencial na interpretação do humor de piadas, propondo um ajuste de hipóteses cognitivas sobre esse tipo de linguagem, considerada por ambos os pesquisadores como altamente complexa. As abordagens de Yus e Santos, apesar de possuírem diferenças de aprofundamento, são convergentes e complementárias, portanto serão aqui apresentadas a partir de seus pontos de encontro.

³⁰ Membro do instituto de investigações filosóficas da Universidade Autônoma do México.

³¹ Para o acervo completo de pesquisas científicas já realizadas sobre humor e relevância, consultar: <personal.ua.es/francisco.yus/rt.html>.

4.1.1 A proposta teórica de Yus (2013): levantamento de hipóteses para o plano conceitual e o desenvolvimento estrutural do humor

Para Francisco Yus³² (1997, 2004, 2008, 2013), textos humorísticos promovem um ideal campo observável das intenções implícitas e seus processos de interpretação. Segundo ele, isso acontece porque há uma cascata de eventos cognitivos relacionados: o ouvinte/leitor tende a intensificar os seus enriquecimentos inferenciais, principalmente acerca dos elementos culturais da língua; transforma-os em proposições; combina tais proposições à informação contextual; para o alcance de um efeito originário de uma dissonância cognitiva.

Esses seguimentos da interpretação do humor co-ocorrem. De um lado, pela maneira com que o falante/autor formula e prevê que determinado conteúdo cômico é relevante para a derivação de efeitos humorísticos esperados; e, do outro, pelo ouvinte/leitor que mostra-se ingênuamente engajado à interpretação até a percepção abrupta do engano. Diante do “tombo” cognitivo provocado pela incongruência, é que então o ouvinte/leitor encontra uma necessidade de suprir lacunas entre o conteúdo codificado e o conteúdo comunicado, que se ajustam em **níveis** maiores ou menores de semelhança interpretativa.

Nessa perspectiva, Yus (2013) concebe a semelhança interpretativa a partir de níveis, considerando o fato de que não existem maneiras de controlar os caminhos inferenciais previstos para o ouvinte/leitor. O que ocorre são previsões de domínio especulativo, mas que são suficientes para fazer da comunicação um ato possível. Nesse sentido, Yus (2008, 2013) afirma que é em virtude da capacidade evoluída da ToM que o falante/autor torna-se capaz de antecipar certos *backgrounds* de informação da memória do ouvinte/leitor, suscetíveis de recuperação e utilização no processamento do ato comunicativo humorístico.

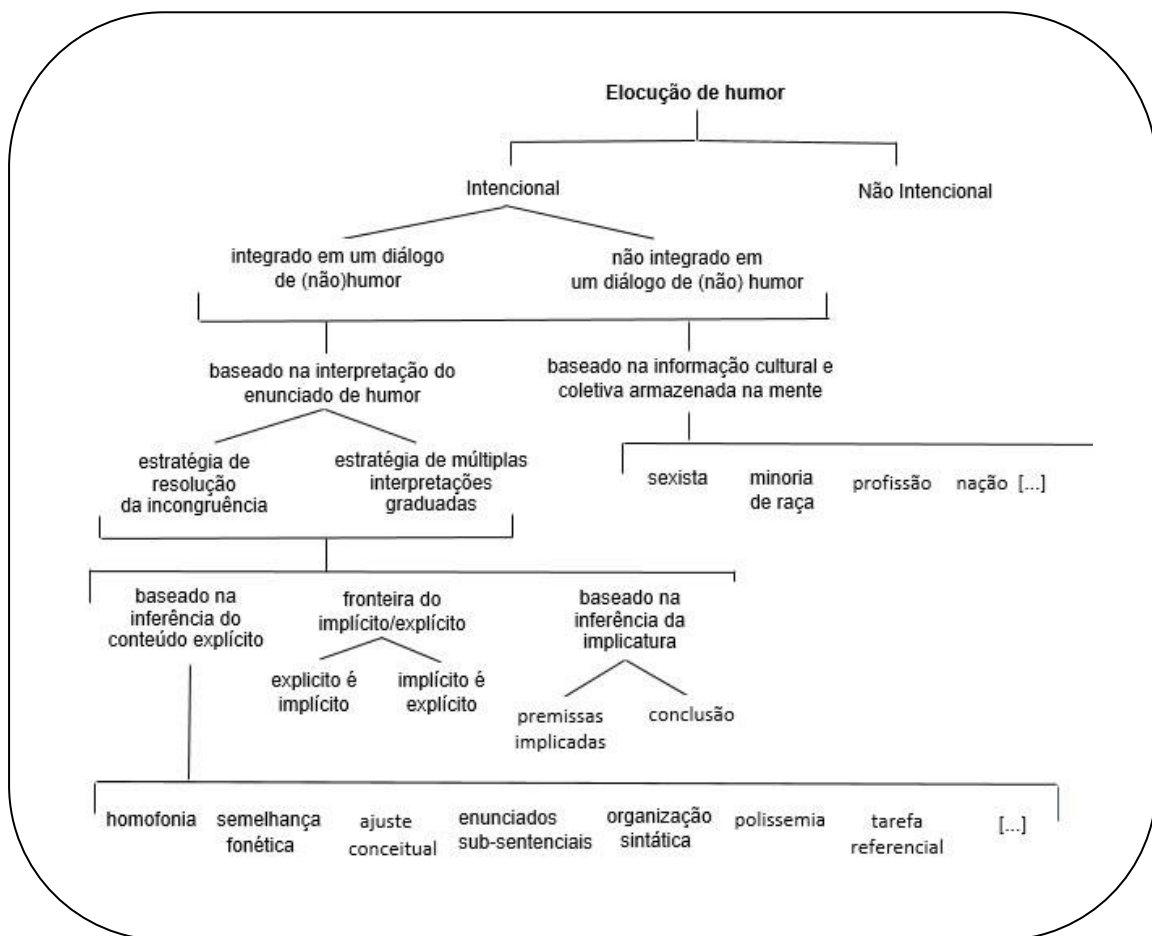
No capítulo dois, foi visto em TR que existe um subconjunto de previsões do falante/autor que é composto por suposições sobre o ambiente cognitivo do ouvinte/leitor. Em razão de possíveis diferenças entre sistemas de crenças, o humor pode causar efeito positivo em um público e negativo em outro porque carrega, muitas vezes, conteúdos racistas, sexistas e incidem em estereótipos que, em sociedades/comunidades mais conservadoras, recebem posicionamento crítico de

³² Professor da Universidade de Alicante, na Espanha, ministra aulas de linguística e pragmática. Possui diversas pesquisas em pragmática cognitiva, especificamente em Teoria da Relevância.

censura e não se tornam facilmente aceitos e difundidos. É dessa maneira, portanto, que o falante/autor deve supor/prever a aceitabilidade do ouvinte/leitor segundo as convenções daquela determinada cultura, para então planejar a possibilidade de derivação de efeitos humorísticos.

Yus (2004, 2008, 2013) descreve que existem tipos básicos de humor (no caso, de piadas), sendo que cada um deles detém um procedimento inferencial particular:

DIAGRAMA 1 – DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DE PIADAS



FONTE: Adaptado de YUS (2013).

Apesar de ser um diagrama de separação por tipificações, os vetores apontam que tipos de humor podem ser interligados para a causação do efeito

humorístico. Encadeamentos que podem ser observados na seguinte piada, em língua portuguesa³³:

1) Todos os domingos a família de James Joyce, muito católica, ia à missa em Dublin. Mas o jovem artista passava a noite em claro praticando a velha arte do cinquentismo e, quando chegava na igreja completamente cansadíssimo, dormia a sonolência. O padre, preocupado com seu rebanho, fazia perguntas à queima-roupa para testar a fé dos fiéis dorminhocos. Quando avistou o jovem Joyce cochilando, o padre atacou:

– Jovem James, quem é o nosso pai?

A irmã, Suellen Joyce, percebendo que o irmão dormia, cutucou a bunda do jovem com a chave e ele gritou:

– Deus!

– Muito bem! – parabenizou o padre a contragosto, e seguiu com a missa. Pouco depois, percebendo que o jovem novamente roncochilava, o padre voltou à carga.

– Jovem James, qual o nome do “homem” que morreu na cruz?

Suellen cutucou de novo o traseiro do irmão com a chave e Joyce gritou:

– Jesus Cristo!

– Muito bem! – disse o padre, todavia resabiado.

E ficou de olho no punhetinho. Quando percebeu um novo cochilo, atacou de novo:

– Jovem James, o que Eva disse pra Adão quando ambos descobriram o pecado original?

Suellen Joyce usou a chave mais uma vez e James Joyce gritou:

– Se você enfiar esse troço no meu rabo de novo eu te arrevento a fuça!³⁴

³³ Os estudos de Yus (2013) carecem de exemplos que permitam compreender o conceito de interpretação graduada, melhor visualizado em piadas que tenham o envolvimento de dois ou mais efeitos de humor. Portanto, essa piada, em língua portuguesa, foi escolhida para exemplificar essa argumentação específica do pesquisador, tendo em vista que o encadeamento de efeitos remete ao aspecto nível/grau é importante ser destacado por sua correlação à proposta de metarrepresentação graduada.

³⁴ Piada extraída da *Página da cultura: piadas para gente muito sofisticada*. Postado em 2011, com acesso em dezembro de 2015. Informações completas, vide referências.

Com base na proposta analítica de Yus (2013), nessa piada um conceito A [pecado original] provoca B [atitude de Suellen] de modo que X [a resposta de Joyce] seja conceitualmente ajustada para duas situações diferentes: em forma de comentário reativo à atitude da irmã; e uma resposta (não) intencional à pergunta do padre. Esse jogo de significação revela que são algumas as fontes possíveis como causa de efeito de humor. Uma delas é que a expressão *pecado original* é polissêmica. De acordo com a sistematização de crenças do senso comum de alguns países ocidentais, a expressão pode ser atribuída à referência bíblica, como o fruto da árvore do bem e do mal, e/ou referir-se a paródia culturalmente convencionalizada, de que o “pecado original” seria, na verdade, o tipo de relação sexual bíblicamente proibida.

No processo interpretativo, ambas hipóteses passam por cadeias de inferência (dos mecanismos dedutivo-inferenciais) a fim de serem alargadas ou estreitadas ao contexto. Além do macroefeito dado pelo desfecho da piada, outros microefeitos humorísticos compõem a interpretação, que são as composições de palavras (aproximadas a trocadilhos) presentes ao longo da narrativa. Em termos de conhecimento enciclopédico, para aqueles que conhecem a obra *Ulisses*, de James Joyce, é sabido que esse é um recurso comunicativo estratégico recorrentemente utilizado na obra, tornando-se parte do conjunto das principais características do seu texto. Esse “microefeito” que evolui para o “macroefeito” na combinação de estratégias humorísticas a fim de instituir processos de semelhança interpretativa corrobora com o que Yus (2013) atribui à interpretação **graduada**.

A partir dessa variedade de causas para possíveis efeitos é que Yus (1997, 2013) elabora o esquema para demonstrar, primeiramente, a diferenciação entre piadas propositais das não propositais. São exemplos não propositais:

- 2) A taxa para se inscrever no curso de oração e jejum inclui todas as refeições.

Anúncio de uma paróquia³⁵.

- 3) Não se mate no jardim. Nós fazemos isso por você.

Anúncio publicitário de uma empresa de jardinagem³⁶.

³⁵ Tradução nossa para “The fee to register for the course on praying and fasting includes all the meals” (YUS, 2013, p. 3).

³⁶ Tradução nossa para “Don’t kill yourself in the garden. Let us do it for you” (YUS, 2013, p. 03).

Já no humor proposital, há uma bifurcação conceitual: existem aqueles que seguem o curso de uma conversa espontânea e, por pegarem o ouvinte desavisado, causam uma “solapada” interpretativa e as hipóteses cognitivas tornam-se ajustadas somente *a posteriori*. E existem os que possuem marcadores de pretensão, que em dado momento da conversa o falante introduz uma atitude humorística, a partir de algo como “[...] você conhece aquela do fofoqueiro?” “Sabe aquela do papagaio?”. Essas chamadas piadas, conhecidas como “enlatadas”, a interpretação ocorre de forma que o ouvinte suspende o contexto inicial, busca e reformula outro contexto mais adequado, e então alarga o discurso para formular suas conclusões. Independentemente do caso, se espontânea ou de marcação, as piadas dividem-se entre as que o humor é baseado em etapas inferenciais que convertem a forma lógica em interpretação relevante e aquelas que possuem conotação cultural mais definida (sendo possível ambos os casos juntos).

A partir dessa divisão, são dois os modelos teóricos considerados no esquema apresentado: o padrão de resolução da incongruência de Suls (1972) e o modelo de múltiplas interpretações graduadas de Yus (1997, 2004, 2008, 2013). O modelo de Suls (apud YUS, 1997) consiste na observação de que a quebra de expectativa ocorrida no fim da piada é responsável por revelar o *punchline*³⁷. O ouvinte, a partir dessa percepção, engaja-se interpretativamente na resolução do “choque”, com o objetivo de encontrar uma regra cognitiva que ajuste o conteúdo central do humor ao propósito da incongruência.

Entretanto, Yus (2013) apresenta um modelo mais restritivo, explicando que o humor envolve a identificação de duas áreas: a inicial, responsável pelas possibilidades interpretativas que, à medida que os elementos de humor vão sendo reconhecidos, tornam-se graduais; e a interpretação propriamente dita, que se encaixa no contexto global da proposta humorística. A causa da caracterização do humor como fenômeno interpretativo bipartido é a incongruência, cuja percepção do engano desencadeia uma nova interpretação em busca do efeito do humor desejado.

A convergência entre esses dois modelos teóricos concentra-se na **fonte** do humor. Em termos de relevância, uma fonte pode surgir a partir de três ocorrências

³⁷ É a “zona de confronto”, de discrepância interpretativa, natural da incongruência.

inferenciais: do desenvolvimento da forma lógica até atingir a explicatura; da fronteira entre a interpretação explícita e implícita; ou da acessibilidade da informação contextual na obtenção de premissas e conclusões implicadas. A primeira ocorrência, em especial, propõe um maior número de fontes pois são algumas as maneiras com que uma forma lógica pode ser enriquecida e transformada em explicatura em um determinado contexto. No processo de enriquecimento, existem estratégias que o falante/autor escolhe para comunicar ao ouvinte/leitor a conclusão que desemboca no efeito de humor.

Segundo Yus (2013), as estratégias que compõem a construção da incongruência envolvem, geralmente, semelhança fonética (encenada por um suposto engano de pronúncia de palavras); ajustes conceituais (encadeamento de ideias dado no início e provocam o desfecho da piada); declarações subsentenciais (um termo específico dado no início da piada, que à primeira vista parece irrelevante, contudo sobressai inesperadamente como constituinte principal da incongruência); organização sintática (encenado por um suposto engano na ordem das palavras); polissemia (alargamento de sentidos que um mesmo termo permite no contexto proposto); atribuição de referência (em que o humor está atrelado a determinado conhecimento enciclopédico e o ouvinte, se não tiver, não realiza a interpretação adequada); e, homofonia (suposto engano provocado por palavras de grafia igual, mas que possuem sentido e pronúncia diferente).

Como na comunicação humorística os elementos linguísticos são especialmente atrelados aos contextuais, Yus (2013) dá enfoque ao processamento inferencial relacionado a informação contextual no desenvolvimento da interpretação, como na seguinte piada:

4) Uma mulher está na cama com um homem. De repente, o celular dela toca e ela atende.

– Oi, querido... sim... tudo bem... Até depois então...

O homem pergunta:

– Quem era?

– O meu marido. Ele disse que vai voltar pra casa muito tarde hoje porque está em uma reunião importante com você³⁸.

Esse é um tipo de humor que permite observar claramente que informações são extraídas do contexto para o processamento inferencial da interpretação, uma vez que:

- a) o homem e a mulher do diálogo são amantes;
- b) o marido da mulher também tem uma amante;
- c) a esposa acaba de desconfiar ou inferir que o seu marido também tem uma amante;
- d) o homem conhece o marido da sua amante e, possivelmente, sejam “amigos”;
- e) o marido não sabe que o seu “amigo” é amante da sua esposa.

Com relação aos elementos culturais do humor, o lado direito do diagrama aponta construções de estereótipos. É um exemplo:

- 5) Recentemente, cientistas revelaram que a cerveja contém vestígios de hormônios femininos. Para comprovar a teoria, eles deram à 100 homens 12 litros de cerveja para cada um: 100% deles falaram excessivamente e sem fazer sentido, tornaram-se emocionais, não podiam dirigir e se recusaram a pedir desculpas quando estavam errados. Nenhum teste adicional foi considerado necessário.³⁹

A proposta de Yus (2013), aqui muito resumidamente apresentada, tem como objetivo evidenciar que existe diferença entre o humor proposital e não proposital; que há possibilidade de encadeamento de diferentes tipos de humor em um único ato humorístico; que o momento inicial do humor envolve múltiplas interpretações ocorridas em diferentes graus (com evidência, claro, para o momento

³⁸ Tradução nossa para: A woman in bed with a man. The phone rings and she answers it. “Yes darling... No problem... OK... See you later”. The man: “Who was it?” The woman: “It was my husband. He said he’s going to come home very late today because he is in an important meeting with you (YUS, 2013, p. 5).

³⁹ Tradução nossa para: Recently scientists revealed that beer contains traces of female hormones. To prove their theory, the scientists fed 100 men 12 pints of beer and 100% of them talked excessively without making sense, became emotional, couldn’t drive, and refused to apologize when wrong. No further testing is planned (YUS, 2013, p. 5).

da incongruência); os tipos de elementos linguísticos capazes de promover incongruência e como ela se comporta no processamento explicatura/implicatura; e, por fim, o papel dos estereótipos e outros elementos culturais nesse tipo de comunicação.

Entretanto, a contribuição de Yus (1997, 2004, 2008, 2013) se dá não apenas pela descrição do desenvolvimento estrutural dos elementos (culturais, linguísticos e interpretativos) do humor, mas, principalmente, na argumentação em favor de uma perspectiva de nível/grau na interpretação humorística, o que muito contribui para a correlação ao conceito de metarrepresentação apresentado até o momento. Apesar de ser uma proposta amparada na TR, o teórico deixa em aberto algumas questões, entre elas a explanação do funcionamento cognitivo nesse tipo de interpretação. Afinal, se a cognição envolve mecanismos dedutivo-inferenciais, **como** o humor pode ser descrito nesses termos operacionais? Ou ainda: de que maneira a mente humana processa a resolução da incongruência a partir desse mecanismo?

4.1.2 A proposta teórica de Santos (2014): o ajuste das hipóteses

A proposta teórica de Santos (2009, 2014) divide-se em duas etapas: uma de metodologia teórico-argumentativa, e outra de enfoque analítico, voltado à descrição do funcionamento do aparato dedutivo-inferencial do processamento interpretativo do humor de piadas.

A primeira etapa é desenvolvida pelo pesquisador com base em cinco observações:

- a) a piada é um texto, e assim como todo texto é construída por elementos estruturais, que nesse caso são mais ou menos estáveis e instituem uma fórmula basicamente arquetipa⁴⁰;
- b) a percepção da incongruência não é fator completamente satisfatório para a criação do efeito humorístico;
- c) a incongruência sendo percebida, a mente é ativada para a busca de uma readequação;

⁴⁰ Arquetipa no sentido de servir como exemplo, e não arquetípica que se refere àquilo que já se serve de exemplo.

- d) a não adequação da incongruência à uma fonte de congruência acarreta efeito reverso, ou seja, o ouvinte/leitor não ri; e,
- e) a representação mental da piada depende, estritamente, de fatores psicocognitivos e socioculturais e não apenas dos aspectos linguísticos e discursivos envolvidos.

O primeiro fator da lista consiste na categorização da piada como sendo apenas **um** dos vários gêneros comunicativos humorísticos existentes. Isto é, a piada é um gênero específico de humor, que se diferencia dos quadrinhos, charges, adivinhas, “causos”, ditos populares, pegadinhas, entre outros. Partindo de uma demarcação prototípica, a piada oral ou escrita é definida por Santos (2009, 2014) como um complexo textual (do gênero linguístico⁴¹) tanto do ponto de vista de sua própria organização interna: estrutura, tema, personagens, intenção, coesão, coerência, textualidade como do ponto de vista de sua regularidade discursiva.

A partir da linguística textual de Wander Emediato (2004) sobre narrativa clássica, Santos (2009, 2014) mostra que a piada possui quatro componentes estruturais: a *exposição*, que é a apresentação dos personagens e suas inter-relações; a *complicação*, que consiste no surgimento de modificadores linguísticos responsáveis por criar conflitos entre os interlocutores imaginários; o *clímax*, que é a informação que requer conclusão, parte em que o gatilho da expectativa é acionado para o fim; e o *desfecho*, que é a informação que surge inesperadamente e sinaliza o alívio das tensões e expectativas psicológicas, isto é, o momento em que se faz a conexão dos elementos linguísticos com o mecanismo cognitivo-humorístico. A composição arquetípica do texto piadístico demanda a compreensão de que a estrutura narrativa seja prioritariamente analisada segundo a sua complexidade de relações, e não exclusivamente pela sequência de ações. Isso se dá em razão da incongruência que, conforme apresentado até aqui, é elemento inseparável do humor.

Sobre a segunda observação, da incongruência e causação do humor, teorias definem que a resolução interpretativa da sobreposição de *scripts*⁴² é o que gera o riso na piada. Diante dessa concepção, Santos (2009, 2014) observa que a incongruência por si só não é capaz de explicar, por exemplo, porque algumas

⁴¹ Diferente, portanto, da concepção literária de gênero textual.

⁴² Segundo Santos (2014, p. 51), um *frame* diz respeito a um fato (conhecimento) universal acerca das coisas do mundo. Um *script* remete a um conhecimento cultural e social sobre esse fato. Assim, diferentes culturas produzem diferentes *scripts* para o mesmo *frame*.

peças não riem ou riem novamente da mesma piada. Logo, o pesquisador considera pertinente afirmar que o fator responsável pelo humor da piada é o **reconhecimento** da resolução⁴³ da incongruência, que é o que possibilita a associação de um conceito a apenas um referente entre os possíveis referentes, que são evidenciados no *punchline*. Nessa perspectiva, a incongruência torna-se apenas parte do processo cognitivo interpretativo da piada.

Há uma fronteira notória entre o segundo e terceiro fator abordado por Santos (2009, 2014). De maneira sumarizada, do ponto de vista estrutural, a narrativa do *set up* (configuração textual) seria a detentora da evolução dos processos informativos e psicológicos que é o que faz com que o ouvinte/leitor crie expectativas acerca da futura incongruência a ser revelada pelo *punchline*. O *set up* contempla, portanto, os elementos da exposição, complicação e clímax. Consecutivamente, é avançada essa fronteira e alcançado o estágio do reconhecimento da ambiguidade; então a mente sinaliza o encontro com uma informação implícita concatenada à uma inversão de significados, que revela a existência da incongruência. Esse é o elemento *punchline* do *desfecho* da piada, que, de acordo com Ritchie (2004, apud Santos, 2014) incorre em um modelo de duplo estágio, que configura a necessidade do uso de uma regra cognitiva para resolver o problema criado pela incongruência.

Segundo Santos (2009, 2014), o modelo de Ritchie, quando parte de uma abordagem cognitivista, não explica como ocorrem as previsões comunicativas e também qual o tipo de regra cognitiva deve ser aplicada ao *punchline*. Tendo em vista que a TR fornece embasamento teórico para lidar com a dimensão cognitiva da interpretação, Yus (1996, 2013) e Santos (2009, 2014) propõem uma explicação para a resolução da incongruência pela perspectiva da pragmática cognitiva, assim favorecendo a observação dos fatores quatro e cinco.

Como visto no capítulo dois, a contextualização é a propriedade cognitiva responsável pelos efeitos contextuais. Um efeito contextual é produzido quando um contexto mental é modificado por uma informação nova que ao ser processada resulta no fortalecimento, combinação ou abandono das suposições prévias do ouvinte/leitor. O princípio, portanto, é o de quanto maior o número de efeitos proporcionados por uma suposição, maior é a relevância da informação.

⁴³ E não apenas o reconhecimento da incongruência, como definem as outras teorias relacionadas.

No caso do humor, um efeito contextual é geralmente originário da combinação de uma suposição prévia para a geração de novos efeitos contextuais. Santos (2009, 2014) explica que isso acontece porque o que interessa a esse tipo de interpretação é justamente a dissonância entre o conceito e o referente, em decorrência da ambiguidade.

Além disso, o pesquisador descreve que, ao contar uma piada, o falante/autor, embasado em suas expectativas de relevância em relação ao ouvinte/leitor, refina o seu plano que é o de zombá-lo. Para atingir esse objetivo, o falante/autor introduz um elemento incongruente que gera surpresa ao ouvinte/leitor, que até então estava engajado cognitivamente e psicologicamente na tarefa de dar sentido, atribuir significado e, com o suporte do seu conhecimento enciclopédico, realizar os seus processos representativos acerca da história que acreditava ser um estado concreto de coisas do mundo. Consequentemente, o ouvinte/leitor, diante da incongruência, torna-se conduzido por pistas linguísticas e contextuais para o levantamento de hipóteses de significado humorístico transmitidos pelo comportamento ostensivo do falante/autor.

Diante da surpresa, inicia-se então a busca por uma alternativa que satisfaça o dilema. Ainda que essa alternativa seja pouco provável em termos de relevância, o ouvinte/leitor percebe que foi enganado, que “caiu na armadilha”, e isso, somado à satisfação de descobrir via processos dedutivos inferenciais que finalmente a informação nova possui um sentido, insurge um efeito psicológico que seria o entretenimento humorístico.

O fato é que, se nessa fronteira entre a atribuição do significado real em relação ao significado fictício humorístico a incongruência não se adequar a fonte, isto é, se o conteúdo implícito que acarreta a significação humorística não for interpretado de maneira a estabelecer relação de sentido na sobreposição das informações reais (explicatura/implicatura), o resultado é a falência do humor, a ausência do riso, apontada como o quarto fator.

Apesar de as propostas de Yus e Santos serem correlatas na maioria de suas conclusões, há dois “terrenos áridos” a que Santos se propôs a adentrar de maneira aprofundada: os aspectos exclusivamente psicocognitivos atrelados à representação mental do humor e o enfoque metodológico voltado à descrição e análise do processamento dedutivo-inferencial da interpretação do humor da piada.

Na TR, a existência de uma capacidade de avaliação psicológica é prevista. Afinal, a própria relevância é uma propriedade psicológica cuja função é fazer com que um enunciado valha a pena a ser processado segundo seus parâmetros de balanço energético (efeitos cognitivos e esforço de processamento). Contudo, ainda que o desejo e a intenção comunicativa sejam elementos vastamente colocados sob reflexão na teoria, segundo os estudos de 1995, Santos (2009, 2014) observa que não há uma explicação ampla e concisa acerca das crenças, dos valores, das convenções e dos tabus⁴⁴ na cognição, uma vez que esses elementos são representações tanto do falante/autor como do ouvinte/leitor e que se encontram armazenadas na memória conceitual como suposições factuais e esquemas de suposições, que seguem, então, o seu curso de verificação na interpretação.

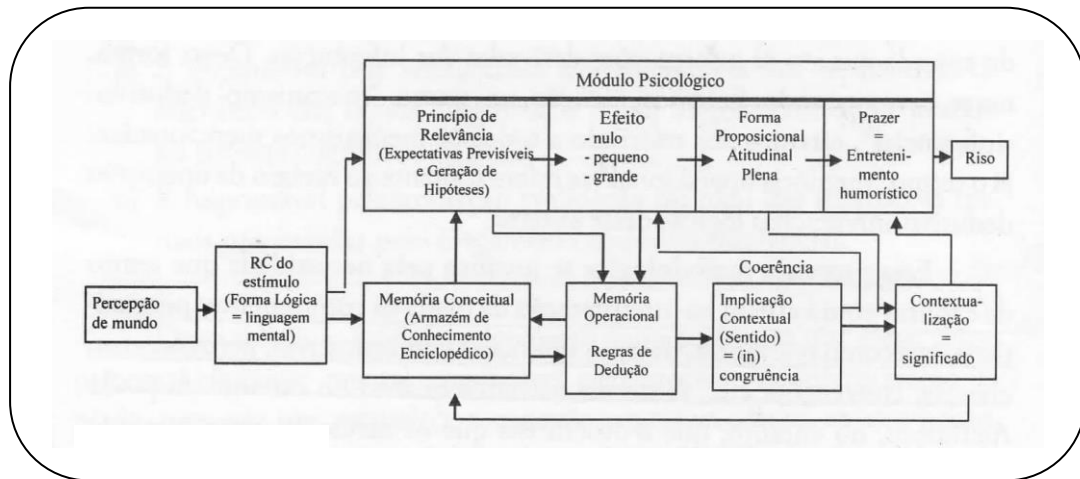
Para que o humor seja identificado e processado como suposição factual, Santos (2009, 2014) reivindica o acréscimo, ênfase e/ou reconhecimento de um módulo psicológico ao paradigma dedutivo-inferencial sugerido por Sperber e Wilson (2001 [1995]) que, segundo ele, operaria em dois níveis: seria responsável pela seleção afetivo-emotiva das expectativas de relevância dos *inputs* linguísticos (e não linguísticos) inseridos no sistema cognitivo, e também responsável pela verificação (validação ou invalidação) das suposições factuais processadas pelo aparato dedutivo inferencial. Em termos de definição, o módulo psicológico é, segundo o pesquisador, o principal constructo mental responsável pelos processos interpretativos do humor. Tem como função a conexão cognitivo-afetiva entre a ficção e a realidade do ouvinte/leitor, que é encarregado de fazer a captação do alívio da excitação psicológica que o ouvinte/leitor explicita no riso (SANTOS, 2014, p. 126).

Segundo Santos (2009, 2014), o módulo psicológico é localizado depois dos níveis de processamento da percepção sensorial, decodificação linguística e memória conceitual, contudo antes da memória operacional. Essa localização específica é justificada pela necessidade de explanar a atuação dos componentes pragmáticos na interpretação da piada, tais como a relevância, os desejos e os propósitos comunicativos, as crenças, as convenções e os pensamentos dos interlocutores. Apesar de possuir níveis anteriores e posteriores, para o pesquisador,

⁴⁴ Na instituição da TR em 1989. Entretanto, trabalhos posteriores de ambos os autores e de outros investigadores abriram precedentes para uma série de outros que contemplassem cada um desses assuntos. Mas vale ressaltar que não com relação ao objetivo específico de Santos, que é o enlace deles no fenômeno humorístico.

é importante ressaltar que a sistematização processual interpretativa não ocorre metodicamente em sequência, mas de maneira integrada e integradora. Com base nessa concepção, o seguinte diagrama:

DIAGRAMA 2 – ESTRUTURA COGNITIVA DE INTERPRETAÇÃO DA PIADA



FONTE: SANTOS (2014, p. 128).

Uma vez que Sperber e Wilson (2001) declaram que as formas proposicionais e as suposições factuais não são diretamente observáveis, a hipótese basilar é a de que o humor, ao ser considerado como suposição factual, ocorre no nível (meta)representacional. Nesse nível de linguagem, esse tipo de representação seria, portanto, tratada como suposição factual ainda que não seja expressa explicitamente como verdade. A partir dessa premissa, a arquitetura mental da interpretação humorística ocorre, segundo Santos (2014, p. 129), no envolvimento simultâneo dos seguintes processos:

- a) em dado tempo “t”, os sistemas de entrada fazem a captação do estímulo sensorial do humor (comunicado por um falante ou autor), e enviam esse estímulo ao mecanismo cognitivo de percepção sensorial;
- b) na condição de sistema especializado, o mecanismo de percepção sensorial faz a conversão do conteúdo desse estímulo para uma representação conceitual desse estímulo;
- c) o destino da representação conceitual do estímulo é o mecanismo de decodificação linguística, que pela explicatura transforma essa

representação contextual em forma lógica (doravante FL), que é uma linguagem mental para o estímulo;

- d) remetida à memória conceitual, a FL faz a combinação com outras FLs completas (suposições) e também com as incompletas (esquemas de suposições) do armazém do conhecimento enciclopédico. Esse é o estágio em que a memória conceitual parametriza, faz a seleção e categorização dos referentes de maneira que a FL é enriquecida em nível de forma proposicional (doravante FP);
- e) no ínterim, e simultaneamente ao processo, atua o módulo psicológico, que orientado pelo princípio de relevância produz expectativas de significado sobre um leque de hipóteses para a FP;
- f) as expectativas de relevância sendo favoráveis a uma hipótese contextual, a FP dessa hipótese rumo a memória operacional, que a submete às regras dedutivo-inferenciais;
- g) as inferências dedutivas não triviais possibilitam que a FP se combine com as junções de conhecimento enciclopédico de suposições, e também dos esquemas de suposições do armazém da memória conceitual, tendo como resultado uma implicação contextual, ou seja, um sentido para a FP;
- h) originária da implicação contextual a FP é então submetida à avaliação do módulo psicológico que, pelo assujeitamento aos interesses, às crenças e convenções do ouvinte/leitor, gera expectativas de uma possível força de verdade para a proposição;
- i) a força da FP, que é a sua verdade possível ou provável, é avaliada, em termos de efeito cognitivo, pelo módulo psicológico: se o estímulo não for relevante, o efeito for nulo, o módulo psicológico invalida a hipótese inicial e interrompe o processo; se o estímulo for relevante, mas o efeito pequeno, a plausibilidade de verdade da proposição é enriquecida com informações novas, que submetidas às regras de dedução, aumentam ou reduzem o efeito cognitivo; se o efeito cognitivo for grande, o módulo psicológico confirma a hipótese inicial como suposição adequada para o estímulo, atribuindo a FP uma forma proposicional atitudinal plena (doravante FPAP);

- j) em decorrência da FPAP, é que a contextualização mental do estímulo ocorre. Isto é: depois que todos os conceitos do *input* sensorial estiverem no formato proposicional atitudinal pleno é que a cognição humana realiza a interpretação do significado do *punchline* do humor;
- k) o significado contextualizado ganha dois seguimentos: se integra à memória conceitual e torna-se armazenado como representação (nova) em forma de conhecimento enciclopédico e libera o módulo psicológico para o processamento do humor da piada;
- l) com a posse do significado adequadamente contextualizado, o módulo psicológico sinaliza o alívio da excitação que foi gerada em virtude da computação das regras dedutivo-inferenciais (esforço) e destina o efeito da FPAP como forma de entretenimento humorístico que o ouvinte/leitor explicita no riso.

Tendo em vista que uma representação é composta pelo resultado do acesso ao armazém de suposições factuais da organização interna da mente, Santos (2014) destaca que a relevância sensorial de uma piada será avaliada pelo módulo psicológico apenas em termos de melhoramento ou modificação que traz à representação de mundo do ouvinte/leitor. Portanto, na interpretação da piada os conceitos destinados ao processo são objetos psicológicos abstratos armazenados no endereço da memória conceitual.

Nessa concepção, uma representação de mundo está sujeita a variantes cognitivas e psicológicas, e a interpretação da piada, além de ativar os sistemas inferenciais simples e complexos, também tem de lidar com isso. Afinal, na mente humana não há algoritmos seguros de um cenário comunicativo perfeito, sem disfunções interpretativas. Esse tipo de interpretação requer que o “momento psicológico” do ouvinte/leitor seja considerado, pois o efeito cômico é estritamente dependente disso. Para exemplificar essa observação, Santos (2014), a partir da piada abaixo, descreve o seguinte caso:

- 6) O cara fez xixi na cama toda noite. Já estava adulto e continuava a mijar na cama. Ele sonhava que vinha um anjo e perguntava:
 - Você já fez xixi? E ele respondia:
 - Não!

Não dava outra, mijava na cama.

Desolado resolveu procurar tratamento. Foi a um psicólogo e contou seu problema. O psicólogo aconselhou que ele deveria enganar o anjo.

– Quando o anjo vier e te perguntar “você já fez xixi?”, você responde “já fiz” e o teu problema fica resolvido. Ok?

– Certo.

Naquela noite o cara se preparou para enganar o anjo do sonho. E lá veio o anjo com a pergunta:

– Você já fez xixi?

E ele respondeu:

– Já!

E o anjo:

– E cocô?

Santos (2014) relata que essa foi uma piada experimental, contada ao público de pós-graduação. Alguns riram enquanto uma aluna mostrou-se indiferente. Como o objetivo era saber por que pessoas riem de uma piada e outras não, foi perguntado à garota sobre a ausência do seu riso. Então ela contou que, sozinha, cuidava da mãe cadeirante, que fazia as necessidades fisiológicas nas fraldas, pelas quais ela (a aluna), desconsoladamente, trocava duas ou três vezes por dia, além, claro, dos banhos necessários.

Nesse tipo de caso, o que ocorre é que o ouvinte/leitor realiza adequadamente todo o processo cognitivo de dedução inferencial de interpretação humorística descrito, contudo o MP reage de forma reversa às expectativas levantadas pelo falante/autor e o efeito do fictício é avaliado como discurso real e essa dupla inversão (ou reversão) tem como consequência a perda da função de entretenimento humorístico. É o momento em que o *punchline* não motiva a formulação de uma conclusão suficientemente relevante porque a combinação com crenças, convenção, valores e atitudes foram negativas e o resultado das inferências não se tornou capaz, ou adequado, a incitar o efeito humorístico. Portanto, essa é uma das razões da atribuição do MP, que é em grande parte responsável pela “morte” da piada, que seria sua invalidação pragmática.

Esse exemplo permite observar o papel decisivo das crenças na interpretação da piada, em razão de que são responsáveis por levar ao conhecimento do humor que, submetido às regras inferenciais, confirma, reforça ou refuta o conteúdo de um conceito já existente, tendo em vista que o ouvinte/leitor é exposto às variáveis da realidade que o rodeia.

Desse modo, Santos (2014) ressalta a importância do envolvimento das convenções linguísticas às que não são linguísticas adotadas entre os interlocutores, não apenas com relação à abordagem tradicional semântico-pragmática (em que a convenção é um termo que remete a um valor de verdade cujos indivíduos de uma dada cultura atribuem arbitrariamente a representação gerando um conceito), mas também como uma abstração em forma de um código que representa esse conceito culturalmente. É um exemplo dado pelo autor sobre a relação cultural no humor:

- 7) Um francês chega em casa, entra no quarto e, de repente, encontra a esposa na cama com outro homem. Apoplético, ele berra:
- Quem é esse homem?
- Então a mulher responde:
- Foi bom você perguntar!
- E virando-se para o homem ali deitado, ela diz:
- Como é mesmo seu nome, benzinho?

Partindo da definição de que a cultura seria uma representação da maneira em que se vive e se concebe as produções materiais, artísticas, literárias e institucionais constituídas em uma sociedade, assim como o próprio valor que essa sociedade atribui a si e a outras acerca daquilo que acredita, pensa e faz, configurada cotidianamente nos meios que asseguram a continuidade da transmissão dessa representação (SANTOS, 2014, p. 141), é possível levantar hipóteses sobre aspectos estereotipados (ou não) na piada em questão.

Com base no modelo estrutural da piada, na *exposição* os três personagens possuem atuações diferentes da que os brasileiros teriam na mesma situação. Pelas evidências do texto, três franceses estão em um quarto, sendo que dois estão na cama e um não. Instala-se um triângulo amoroso, que possibilita avaliar a continuação interpretativa a partir de outra(s) perspectiva(s). Na etapa seguinte, da

complicação, os modificadores “apoplético” e “berra” denunciam a indignação do marido. De maneira contrária, a mulher francesa enfrenta a situação do adultério com naturalidade. O amante, apesar de ser a causa do conflito, é o personagem menos importante. O clímax se instaura na pergunta do marido, que culmina no levantamento de hipóteses interpretativas.

Gil (1998, apud SANTOS, 2014) aponta que a demonstração de naturalidade da mulher reflete a representação estereotipada do brasileiro (na condição de indivíduo pertencente à cultura ocidental em que casamento é prática monogâmica) com relação às mulheres francesas, sobre seus “ditos” liberais sexuais. Obviamente, cometer adultério não é exclusivo aos franceses, até porque essa é uma situação recorrente na cultura brasileira. Nesse caso, o enfoque é dado à resposta que insinua indiferença. Portanto, é na crítica (intrínseca à estereotipação) da liberalidade excessiva da mulher francesa *femme fatale* que repousa o humor. Além, claro, da reação do marido que é a de berrar e, como um “bom corno que é”, não faz mais nada além disso. Nos parâmetros culturais brasileiros, o elemento de vulgaridade da mulher e o rótulo de “corno” empregado ao marido conferem sentido ao texto como gatilho para o humor.

Entretanto, ainda que Gil (1998) e Santos (2014) corroborem essa análise aqui encontra-se outra possibilidade de reflexão interpretativa, ou de aplicação contextual da piada, que seria a de que os indicativos “apoplético” e “berra” expressados pelo marido, somado à neutralidade da reação da mulher francesa, fossem justificados não pela existência da prática do adultério, mas em razão de o marido não ter sido antecipadamente convidado a participar do ato. Afinal, a expressão *ménage à trois*, de significação mundialmente difundida, refere-se a uma **convenção** de denominação de origem francesa, relacionada ao triângulo amoroso que é mutuamente aceito entre aqueles que o integram. Para o público que tem conhecimento desse elemento adicional, sendo brasileiro, europeu ou de qualquer outra cultura que possua a representação dessa informação cultural francesa, talvez o efeito do humor incidisse no choque cultural provocado pela suposta naturalidade com que alguns franceses se envolvem, em comum acordo, e lidam com essas relações “proibidas” dentro da concepção de instituição monogâmica, que é do casamento na região ocidental.

Essas são reflexões que exemplificam como a ideia de cultura pode ser explorada na piada, de maneira a compreender que as representações culturais são

elementos essenciais da interpretação humorística. Apesar desse cenário, é importante ressaltar que nem toda piada é pertencente a uma cultura específica. Muitas piadas abordam temas culturais universais e é essa a razão de que, nesta pesquisa, a posição é a defesa de que o humor é traduzível em termos de manter efeitos pragmáticos.

Feitas as considerações acerca dos cinco fatores inicialmente apresentados, Santos (2009, 2014) parte para o enfoque metodológico, voltado especificamente à descrição e análise do processamento dedutivo-inferencial da interpretação do humor da piada. Com base na abordagem relevantista, seu objetivo é o de reunir fundamentos para uma explicação desse tipo de interpretação complexa, pelo motivo de que envolve uma “[...] atividade cognitiva conjunta formada por conhecimentos enciclopédicos armazenados na memória conceitual com operações lógicas de projeção e transferência entre domínios conexos de seu pensamento” (SANTOS, 2014, p. 144).

Até o momento, foi descrito que em razão da incongruência do *punchline* as regras de relevância entram em choque com as representações da realidade do estado de coisas do mundo e esse choque incita na mente o processo cognitivo que culmina no humor.

Quais seriam, portanto, tais regras cognitivas de resolução da incongruência? Para as análises, Santos (2009, 2014) seleciona piadas capazes de proporcionarem uma visualização prática dessa descrição, como em:

8) Uma mulher e a filha de 11 anos pegam um taxi à noite. No caminho, a menina vê pela janela algumas mulheres rodando a bolsinha.

– Mãe, o que aquelas mulheres estão fazendo?

– Esperando os seus maridos saírem do trabalho, minha filha.

O taxista, rindo diz:

– Fale a verdade para a garota... Elas são prostitutas, estão esperando clientes que lhes paguem para fazer sexo!

Todos ficam calados até que a menina pergunta:

– Aquelas mulheres também têm filhos, mamãe?

– Claro, filha... Como você acha que nascem os taxistas?

(Adaptada de Santos, 2014, p. 150)

Segundo os pressupostos da TR, as pessoas são dotadas de um mecanismo dedutivo de informações que é suprassensível aos arranjos estruturais dos constituintes das formas lógicas e proposicionais de suposições. Responsável pelo processamento de informações que adentram à mente do indivíduo, esse mecanismo gera a computação processual que é capaz de analisar, avaliar, comparar, comprovar, reter ou refutar um conteúdo, a partir da relevância que atribui à informação. Dessa maneira, o ouvinte/leitor é suficientemente habilitado para identificar os constituintes, recuperar os conceitos a eles associados e aplicar regras para a interpretação do significado comunicado.

Na perspectiva de Santos (2009, 2014), para o ato interpretativo da piada há duas possibilidades: a de que o ouvinte/leitor não consiga decodificar e deduzir a intenção comunicativa do falante e, diante disso, formar suposições com base em evidências linguísticas e do comportamento ostensivo do comunicador, ou utilizar como premissa inferencial qualquer representação que esteja disponível ao acesso possível àquela informação, que poderá ser confirmada, contudo sem nenhuma prova. Nesse sentido, o processo de compreensão dedutiva possui livre acesso à memória conceitual e isso possibilita a integração das informações com outras já armazenadas. Logo, uma inferência espontânea gera **um significado psicológico** e uma suposição é aceita ou provavelmente aceita como verdadeira pela força de verdade de outras suposições. Assim é que as crenças se fixam e constituem aquilo que o ouvinte/leitor acredita.

No humor, portanto, o primeiro passo interpretativo é identificar, via processos mentais, os conceitos dos referentes, uma vez que o significado de uma palavra é fornecido pelos conceitos a ela associados. Esses processos mentais são as regras dedutivo-inferenciais que podem ser de implicação analítica (regra de *eliminação-e*, por exemplo) e de implicação sintética (*modus ponens*)⁴⁵. Disponíveis ao processamento espontâneo de informações, ambas precisam ser inferidas no curso da interpretação, a fim de gerar as conclusões não triviais implicadas logicamente por um conjunto de premissas. A função dessas regras é garantir a validade das inferências que as regem. Os itens lexicais “mãe” e “filha” podem ser representados pela regra de *eliminação-e*:

⁴⁵ Detalhadamente apresentado e descrito no capítulo dois, tópico 2.2.4.

Regra de eliminação para o item lexical “mãe”

Input: (X – mãe – Y)

Output: (X – progenitor feminino – Y)

Regra de eliminação para o item lexical “filha”

Input: (X – filha – Y)

Output: (X – descendente feminino direto – Y)

Para que a interpretação ocorra, as entradas lexicais do sistema dedutivo inferencial do ouvinte/leitor executam de maneira instantânea e automática a identificação dos referentes que correspondem às palavras associando-os aos seus conceitos. São alguns deles:

1. Mulher: pessoa adulta do sexo feminino [também sinônimo de esposa];
2. Mãe: progenitor feminino ou aquela que dispensa cuidados maternos;
3. [filha]: descendente do sexo feminino ou aquela que requer cuidados maternos;
4. [de 11 anos] [menina] [garota]: criança do sexo feminino;
5. [pegar]: pegar com a mão, segurar;
6. [pegar] [um] [táxi]: [1. expressão informal no sentido de acenar, entrar, em] [2. um (2.1 numeral singular, 2.2 qualquer, aleatório)], [3. veículo de aluguel, meio de transporte particular];
7. Noite: período escuro ou parcialmente escuro que é parte das 24 horas de um dia;
8. Caminho: local destinado ao trânsito, rumo, direção;
9. [ver] [pela] [janela]: [conhecer algo por meio do sentido da visão] [através de] [uma abertura em uma parede, que pode estar aberta ou fechada];
10. [mulheres] que [rodam a bolsinha]: [pessoa adulta do sexo feminino ou homem efeminado que tem modos, gostos e atitudes femininas] que [se prostituem];
11. Rodar a bolsinha [expressão idiomática]: atividade estar em locais estratégicos em busca de clientes;
12. [clientes]: indivíduo que paga pelo recebimento de um produto ou serviço;

13. [esperar] [o marido] [sair do trabalho]: [(mulher) que aguarda] [o companheiro de vida] [terminar a jornada de expediente no local em que presta serviços em troca de dinheiro];
14. Taxista: motorista de carro de aluguel de curto prazo;
15. Rir: manifestar o riso, assumir expressão de ser afetado por humor;
16. [falar] [a verdade]: comunicar a alguém algo com valor veritativo;
17. Prostitutas: duas ou mais mulheres que exercem atividades sexuais em troca de dinheiro;
18. [esperar] [clientes que lhes paguem] [para fazer sexo]: [aguardar ou buscar] [pessoas que deem dinheiro em troca do recebimento do serviço] [que é o da atividade sexual];
19. Todos: totalidade de membros que constituem um conjunto;
20. [Ficar] [calado]: permanecer sem mencionar palavras;
21. Claro [expressão idiomática]: transmite uma atitude de afirmação, confirmação;
22. Achar [supor]: pensar, acreditar;
23. Nascer [ser humano]: Sair do ventre materno, passar a ter vida externa.

No processo interpretativo, o ouvinte/leitor deve ser racionalmente capaz de desenvolver a identificação desses referentes⁴⁶, de maneira a associá-los ao contexto da elocução, além de exercer sua capacidade na recuperação do conceito (conteúdo) dessas palavras a fim de submetê-las às regras de dedução e depreender o significado da piada. A regra de *eliminação-e* mostra-se útil, portanto, para que a atribuição de uma implicação lógica seja possível à captação do significado desses referentes para a finalidade a que se propõe. Embora apenas alguns referentes tenham sido apresentados, essa regra é aplicada a todos os existentes até que o sistema dedutivo estabeleça relação de implicação lógica ao significado do *punchline*. Identificados os conceitos, outra regra cognitivo-dedutiva, não demonstrativa deve ser aplicada para complementar a operação de compreensão. É a regra *modus ponens* de aplicação sintética:

⁴⁶ Os símbolos empregados não fazem referência aos métodos e protocolos da sintaxe nem à lógica em si. Foram utilizados apenas para demonstrar a relação entre as expressões na seleção e recuperação do conceito dos referentes, partindo do compromisso de demonstração lexical sob a visada estritamente contextual.

Regra *modus ponens* para o conceito:

Input: a) Se P então Q

b) P

Output: Q

O ouvinte/leitor do humor possui um acesso a um conjunto de premissas que, combinadas entre si, resultam em uma conclusão cujo conteúdo é o conceito do significado do *punchline*. As premissas principais, acessíveis ao ouvinte/leitor submetidas a essa regra, são:

1. P : prostitutas possuem filhos
2. Q : os taxistas nascem dessas mulheres

Se P então Q

Input: P – se as prostitutas possuem filhos; Q – então os taxistas nascem dessas mulheres:

Output: Os taxistas nascem dessas mulheres.

O resultado do *output* não é satisfatório para atingir a interpretação da piada, uma vez que não acrescenta informação nova ao ouvinte, além do conteúdo implícito vinculado Q . Entretanto, a implicação lógica de parentesco “mãe”, “filho”, “nascer”, “ser filho” deve ser recuperada para que integre o raciocínio da interpretação. Caso contrário, a piada perde o sentido e o efeito do riso. Segundo Santos (2014), esses resultados possibilitam a apreensão de um conjunto de premissas:

3. As prostitutas são mulheres que rodam a bolsinha à noite;
4. Tais mulheres que rodam a bolsinha à noite possuem filhos;
5. Os taxistas nascem dessas mulheres (informação não dita, porém comunicada)

Para Sperber e Wilson (2001), um conjunto de regras de dedução é definido no processamento das propriedades semânticas das suposições válidas, a partir do momento que estejam sistematizadas em forma lógica. Nesse sentido, existe uma conexão entre a implicação lógica e a inferência não demonstrativa, já que a mente humana não realiza operações dedutivo-inferenciais sem que as premissas (ou

formas lógicas das suposições) estejam devidamente formadas sintaticamente e que um estado de coisas do mundo seja semanticamente correspondido. Isso mostra que a regra *modus ponens* básica não se torna eficaz para os processos interpretativos demandados por essa piada. Sabendo dessa limitação da regra, Sperber e Wilson (2001) postulam a uma derivação alternativa por meio da regra *modus ponens* conjuntivo e *modus ponens* disjuntivo:

Modus ponens conjuntivo

1. *Input*: (a) Se (P e Q) então R

(b): Q

Output: Se Q então R

2. *Input*: (a) Se (P e Q) então R

(b): Q

Output: Se Q então R

Modus ponens disjuntivo

1. *Input*: (a) Se (P ou Q) então R

(b): Q

Output: Se Q então R

2. *Input*: (a) Se (P ou Q) então R

(b): Q

Output: Se Q então R

Ambas propostas são válidas em virtude de que permitem a formação de inferências com base em uma única conjunta ou disjunta, e não exclusivamente dependente da existência de um antecedente conjuntivo ou disjuntivo inteiro. Assim, surge a possibilidade de aumento das chances probabilísticas de interação entre a representação do mundo com relação às informações apresentadas, a fim de gerar novas conclusões. Como a regra *modus ponens* conjuntivo é a que abarca as premissas de implicações dedutivas não triviais, segue-se a partir dela para a explicação da resolução da incongruência:

3. (P): As prostitutas são mulheres que rodam bolsinha à noite;

4. (Q): Tais mulheres que rodam a bolsinha à noite possuem filhos.

Modus ponens conjuntivo – Se (P e Q) então R : Se (P – as prostitutas são mulheres que rodam bolsinha à noite “e” tais mulheres que rodam a bolsinha à noite possuem filhos) então (os filhos dessas mulheres que rodam bolsinha à noite são filhos de prostitutas). Conclusão: os filhos dessas mulheres são filhos de prostitutas.

Aparentemente essa é uma conclusão que, sozinha, é insuficientemente relevante. Contudo, atinge uma inferência alternativa, que possibilita seguir com uma informação nova dada pela dedução feita:

(P): Os filhos dessas mulheres que rodam a bolsinha à noite são filhos de prostitutas.

5. (Q): Os taxistas nascem dessas mulheres.

Modus ponens conjuntivo – Se (P e Q) então R : Se (P – os filhos dessas mulheres que rodam bolsinha à noite são filhos de prostitutas “e” Q – os taxistas nascem dessas mulheres) então (os taxistas são filhos de prostitutas). Conclusão: os taxistas são filhos de prostitutas.

Partindo do princípio de que o sistema dedutivo humano, tal como afirmado por Sperber e Wilson (2001), é dotado de regras inferenciais ainda mais eficientes no sentido de que permitem a realização de deduções ainda mais complexas, Santos (2009, 2014) observa nessa sua mesma análise que há um passo inferencial apenas e inclui outro constituinte de verificação, uma vez que o princípio é o de sintetização das premissas de modo que a regra *modus ponens* conjuntiva possa ser computada uma única vez:

“Se (P e Q) e Z então R ”

Se (P – as mulheres que rodam bolsinha à noite são prostitutas “e” Q – as prostitutas têm filhos) e (os taxistas nascem dessas mulheres) então (os taxistas são filhos de prostitutas).

Em virtude do sistema dedutivo da TR ser proposto a partir de uma computação não trivial, os argumentos dedutivos incidem de uma perspectiva semântica. Assim, existiria apenas uma relação de inferência entre P e Q se, e apenas se, o estado de coisas fizesse de P e Q suposições verdadeiras ou provavelmente verdadeiras, justificadas pela implicação lógica sintático-semântica,

em que uma é dedutível da outra. Tendo em vista que cada suposição factual (nova) é combinada com um armazém de suposições existentes, o mecanismo conjuntivo opera de maneira que:

1. (*P*): As prostitutas possuem filhos;
2. (*Q*): Os taxistas nascem dessas mulheres.

Modus ponens conjuntivo – Se (*P* e *Q*) então *R*: Se (*P* – as prostitutas possuem filhos “e” *Q* – os taxistas nascem dessas mulheres) então (os taxistas são filhos de prostitutas).

Conclusão: o taxista é um “filho da puta”.

Santos (2009, 2014) assegura que, evidentemente, uma sorte de outros elementos não linguísticos compõe o cenário do processamento desse jogo inferencial, tais como crenças, valores, princípios e convenções, entre outros. Uma implicação associada ao valor, por exemplo, instaura-se na demonstração de educação da filha da passageira, com relação à educação que teve o taxista e a própria mãe. Os valores sociais atribuídos à educação dos envolvidos é o elemento pragmático que permeia no discurso e reflete diferenças. Em termos de polidez linguística de Brown e Levinson (1987, apud SANTOS, 2014) pode-se afirmar que a maneira pouco polida, grosseira, do taxista contrasta à forma com que mãe e filha se tratam. Entretanto, a estratégia de polidez da mãe, tanto para a filha como para o taxista, retrata um caso típico de ato de fala indireto e, no caso da piada, bastante perspicaz.

Dessa maneira, Santos (2009, 2014) apresenta as abordagens teóricas da interpretação do humor da piada, diante de uma prática metodológica de análise, que é realizada a partir da arquitetura mental desenvolvida na teoria da relevância. O resultado dessas conexões possibilita uma revisão consistente sobre os processos dedutivos inferenciais, principalmente com relação à regra *modus ponens* conjuntivo, cujos próprios autores da relevância declaram não possuir “nenhum conhecimento de alguma evidência experimental sobre a regra” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 164). Santos (2009, 2014) aceitou a empreitada, em uma abordagem analítica.

4.1.3 A comprovação das hipóteses na pragmática experimental

Ira Noveck⁴⁷ (2012) é, atualmente, o teórico de destaque no ramo da pragmática cognitiva experimental, área que tem como aporte o uso de tecnologias de mapeamento mental para monitorar a interpretação dos mais diversos tipos de manifestações linguísticas. Ao realizar parcerias com outros ramos do conhecimento, geralmente subáreas da psicolinguística experimental e das neurociências, Noveck et al. (2012) reuniram na coletânea *Experimental pragmatics* (2012) um elenco de trabalhos científicos que contribuíram para a consolidação e reconhecimento da pragmática cognitiva experimental como subárea da pragmática, na condição de ciência apta a comprovar ou questionar empiricamente teorias da linguagem alcunhadas na perspectiva contextual, com ênfase àquelas que envolvem a análise de enunciados de metarrepresentação de segunda ordem, como é o caso do humor, ironia e metáfora.

O objeto de estudo de Noveck não é único. Suas investigações permeiam desde a abordagem linguística de implicaturas em conversações espontâneas até a abordagem psíquica de distúrbios mentais relacionados à interpretação. Entretanto, um dos seus enfoques proeminentes foi a explanação da ironia que, analisada a partir da relevância, gerou conclusões profícuas acerca da própria TR e, conforme apontaram os seus experimentos, é uma teoria capaz de explicar coerentemente o que ocorre na mente humana durante um ato comunicativo de enunciado não sério.

Além do endosso experimental da TR, a coletânea possui uma sessão específica para questões atuais na área. Um dos capítulos é dedicado ao mapeamento cognitivo da interpretação do humor, especificamente de piadas, cuja autora é Seanna Coulson, cientista cognitivista líder na Universidade de San Diego. A orientação teórica da investigadora é a da linguística cognitiva, contudo as teorias selecionadas para a compreensão do fenômeno humorístico são, em maioria, aportadas na pragmática. Para a finalidade desta pesquisa, foi selecionada a abordagem do artigo *Looking back: Joke comprehension and the space structuring model* (COULSON et al., 2012 [2006]) porque oferece base para comprovar

⁴⁷ Diretor do Centre Nacional de la Recherche Scientifique (CNRS), em Lyon, Paris. É cientista cognitivo, doutor em psicologia cognitiva. Seus estudos se concentram, predominantemente, em Pragmática.

empiricamente algumas hipóteses vistas tanto na proposta de Yus (1997, 2004, 2008, 2013) como na de Santos (2009, 2014).

Coulson et al. (2012) iniciam seus argumentos afirmando que o fator tempo somado ao fator de ritmo de leitura durante a interpretação do deslocamento de *frame*⁴⁸ (gerado pela incongruência) sugere um evidente custo de processamento de nível superior. Em piadas mais complexas (de elevado nível de restrição interpretativa⁴⁹), a integração lexical (entre outros fatores) nesse deslocamento é um elemento em performance de desenvolvimento tardio em relação ao restante do conteúdo.

Em piadas mais simples, o deslocamento tardio da integração lexical é a única alteração. Isso significa que a incongruência realmente demanda esforços suplementares de processamento, não sendo, portanto, nivelada ao dispêndio de interpretações sem conteúdo implícito, justificada pela falsa hipótese de existência de algum tipo de capacidade inata de compreensão e interpretação de enunciados ambíguos com o mesmo dispêndio de outros convencionais. Um aspecto importante observado por Coulson é que os interpretadores mais eficazes, isto é, que tiveram média inferior na relação tempo/ritmo (400 milissegundos para a construção da representação da mensagem), são mais propensos à reanálise ou verificação semântica e pragmática em relação a demonstração de disposição em fazê-la.

O estudo confirma também que, na utilização do mapeamento ocular (via *eyetracking*), o movimento do olho indica que o custo processual não se dá no nível de reconhecimento lexical (indexado pelo comprimento da fixação inicial do leitor), mas pelo processamento de alto nível indexado pela quantidade total de tempo dispendido observando a palavra (soma do tempo decorrido durante a fixação inicial, bem como as fixações subsequentes). A mais importante descoberta de Coulson et al., nesse sentido, é que as pessoas se mostram mais propensas a movimentos oculares **regressivos** na leitura de uma piada, em comparação a terminações que não são incongruentes. Isso significa que existe disposição e necessidade de

⁴⁸ Não há consenso sobre a diferenciação entre *frame* e *script* nos estudos científicos, que geralmente sugerem que ambos tratam da mesma coisa: uma porção de conhecimento de estados de coisas do mundo.

⁴⁹ Que demandam conhecimento enciclopédico mais peculiar, de assuntos mais específicos e elementos linguísticos e culturais mais intrincados. Piadas mais e menos complexas foram categorizadas pela média entre tempo e ritmo de leitura do conjunto dos participantes.

reexaminar partes anteriores da sentença, de modo a angariar pistas para que o *frame* alternativo seja recuperado.

Essa última confirmação, bem como o resultado conjunto desses experimentos, sugere que a relação entre uma palavra e seu contexto circundante é múltipla, assim como uma espécie de relacionamento que envolve as maneiras com que as palavras se integram aos conteúdos cognitivos ativos na memória, e, sobretudo, como o conteúdo dessas palavras incitam a construção de novos modelos. O cenário cognitivo na ocasião de deslocamento de *frame* (*script*, nesse caso) é desafio para o indivíduo que o processa em razão das violações lexicais e pragmáticas. Por isso, observa-se que as representações de nível de mensagem são passíveis de mudanças substantivas ainda com entrada linguística mínima.

Naturalmente, a descoberta da influência do contexto circundante favorece também a noção de que o conhecimento contextual de fundo é essencial à constatação lexical, sentencial e de seus interníveis. Sem isso, o conteúdo sentencial pode vir com nenhuma surpresa. Portanto, Coulson et al. (2012) constata que, se a linguagem é projetada para solicitar a construção de modelos cognitivos, deve-se realmente prever que palavras, frases e grupos de frases podem e fazem rotineiramente o mesmo tipo de operações. Sendo assim, segundo os pesquisadores, é reforçada a ideia de que o uso da linguagem está firmemente enraizado na interação social e na experiência humana, uma vez que existe a demanda de conceber a construção da significação, como um conjunto de rotinas para montagem de modelos cognitivos que permitem a interpretação, ação e interação.

4.2 ABORDAGENS COGNITIVISTAS SOBRE TRADUÇÃO HUMORÍSTICA

09) En una reunión familiar le preguntan a los abuelos:

- Bueno, y ¿cómo llevan su vida sexual?
- Pues estamos en tratamiento – responde la ancianita.
- ¿Cómo que en tratamiento?
- ¡Sí hija! Él trata e yo miento.

(IGUALADA, 2006, p. 1083)

Enraizado em contextos linguísticos e culturais específicos, o humor pode causar significativos problemas à tradução. O jogo de palavras da piada em língua espanhola acima, por exemplo, demonstra que a indeterminância de significado em língua portuguesa é capaz de trazer consequências potencialmente complicadas ao trabalho do tradutor dos idiomas espanhol-português. Profissionais e teóricos da área afirmam que a tarefa é “qualitativamente diferente de ‘outros tipos’ de tradução⁵⁰” (VANDAELE, 2002, p. 150); “[...] uma operação que se revela tão desesperadora como a de traduzir poesia⁵¹” (DIOT, 1989, p. 84); ou ainda considerada como “uma espécie de processo mágico [...] de um poder criativo que requer a implementação de um longo aprendizado⁵²” (LAURIAN, 1989, p. 5).

A aparente dificuldade no desempenho desse tipo de atividade suscitou inúmeras discussões sobre a (in)traduzibilidade do gênero. Vertentes teóricas opostas à recriação ou livre adaptação insistiam em questionar se seria ou não válido, ou permitido, “o tradutor nos fazer rir de suas próprias ideias ao invés das do autor” (STACKELBERG, 1998, p. 12). Porém, ao longo dos embates teóricos, esse foi um argumento que se mostrou controverso e improdutivo, já que o tradutor, ao aceitar a intraduzibilidade em sua prática, absteria a sua capacidade de realizar estratégias e o resultado da falta de adaptações provocaria, inevitavelmente, a neutralização ou a anulação dos efeitos de humor comunicados, intencionados e esperados pelo autor em seu (novo) público-alvo.

A partir do reconhecimento das condições estratégicas e criativas como saída para a tradução humorística, a intuição e o talento tornaram-se não apenas qualidades do tradutor, mas requisitos importantes e indispensáveis, já que esses eram os únicos elementos que até então justificavam os casos de sucesso daqueles que desempenhavam o trabalho. Entretanto, na esfera dos estudos contemporâneos⁵³, nota-se uma busca contínua em observar o fator competência e, assim, analisar os processos cognitivos (em termos de dispêndio mental e esforço

⁵⁰ Tradução nossa para: “[...] in translation studies suggests that humour translation is qualitatively different from ‘other types’ of translation”.

⁵¹ Tradução nossa para: “(When it comes to translating humor), the operation proves to be as desperate as that of translating poetry”.

⁵² Tradução nossa para: “(L’humour est souvent considéré) comme une sorte de processus magique [...], un pouvoir de création ou une capacité de compréhension demandant un long apprentissage”.

⁵³ Sequeiros (2001); Antonopoulou (2002); Attardo (2002); Rosas (2002); Asimakoulas (2004); Igualada (2006); Young (2007). Como estudos atuais, Rothbart (2009), Panek (2009), Martínez-Sierra (2009), Vandaele (2010), Brunet (2012), Yus (2013).

de processamento) relacionados à tradução humorística, a fim de explicá-la de maneira correlata aos seus próprios aspectos contextuais.

4.2.1 Propostas teóricas para a tradução do humor

Salvatore Attardo⁵⁴ (2002) parte da intervenção dos aspectos pragmáticos na tradução para formular, com base na sua Teoria Geral do Humor Verbal (GTVH), um modelo teórico para a tradução do humor. A abordagem central do autor, em síntese, é a de que, se fossem considerados os elementos de linguagem (informação e função); a adequação das estratégias narrativas; as características do público-alvo; a situação (contexto); os mecanismos lógicos de interpretação; e, a sobreposição de *scripts* (compatibilidade da mensagem na língua traduzida), seria possível realizar uma tradução similar, em termos de contexto e efeito, segundo o objetivo **pragmático** comunicado pelo autor da obra. Desde então, as investigações de Attardo abriram precedentes para que, a partir da abordagem de mecanismos lógico-dedutivos (por ele realizada ao longo de sua teoria), os elementos cognitivos fossem observados com maior profundidade na tradução do humor, visto que as pesquisas nesse campo eram incipientes.

Um dos adeptos à proposta de atribuição de efeito cognitivo⁵⁵ como elemento central da tradução do humor é o linguista e teórico da tradução Jeroen Vandaele⁵⁶ (2002, 2010) que expõe que não há como estudar a tradução humorística sem se ater à intencionalidade e aos estados mentais como dispositivos explicativos dos seus efeitos. Para ele, se o humor é um estado emocional, a profundidade causal das emoções seria então a responsável pela eficácia do processo. Em outras palavras, se o humor é capaz de provocar ou desencadear outros sentimentos (alegria, diversão, ansiedade, excitação, confusão, surpresa, ameaça, etc.), o tradutor, na condição de indivíduo suscetível ao efeito de suas próprias emoções, precisa ter a habilidade suprassensível de captar a gama de estímulos emotivos que o humor a ser traduzido oferece como resposta a interpretação esperada no texto-fonte e, portanto, manifestá-la no texto-alvo.

⁵⁴ É professor Doutor da Universidade do Texas, do Departamento de Linguística e editor chefe da revista da Sociedade Internacional de Pesquisas do Humor.

⁵⁵ No sentido estrito do termo, não possui relação ao conceito de efeito cognitivo desenvolvido na TR.

⁵⁶ Professor Doutor em Linguística e em Tradução, do Departamento de Literatura, Estudos Regionais e Língua Europeia da Universidade de Oslo, na Noruega.

A partir desses (e outros) fatores de natureza psicocognitiva, Vandaele (2002, 2010) identifica e elenca parâmetros cognitivos envolvidos na produção desses efeitos, tais como a intenção interpretativa do autor (o que o autor pretende com esse humor, tendo em vista o macrotexto), os estados intencionais de interpretação (como levantamento de hipóteses do tradutor sobre o conteúdo do humor), as relações implícitas e explícitas veiculadas na comunicação humorística, os estados mentais autor/tradutor como dispositivos explicativos, as relações mútuas entre autor/tradutor/leitor de categorias interpretativas e os estímulos comportamentais, fisiológicos e emocionais esperados na tradução.

Nessa esteira cognitiva segmentada por Attardo (2002) e Vandaele (2002, 2010), e motivado a analisar o processamento tradutório em termos cognitivos, Francisco Yus (2013, 2014, ambas datas em comunicação pessoal) defende que a Teoria da Relevância seria o aporte teórico apto a construir uma intermediação entre o aspecto linguístico e cognitivo no âmbito tradutório, já que a combinação entre os modelos de código e o inferencial associada ao conceito de semelhança interpretativa forneceria sustento para explicar como as faculdades mentais processam informações e possibilitam a tradução.

4.2.2 A Teoria da Relevância na tradução do humor

Francisco Yus, em seu artigo *Relevance, humor and translation* (2013), propõe o encadeamento das três áreas a partir da realização de etapas cognitivas específicas na interpretação do humor.

Com a concepção de que a tradução é uma atividade de preenchimento de lacunas, Yus (2013) a descreve em duas vias. De um lado existe a interpretação do conteúdo, as condições de acessibilidade das informações, o estabelecimento de uma previsão sobre a mutualidade entre o autor e público segundo o contexto pretendido e a cultura que emoldura a língua de origem. Do outro, a função de transferir o elenco de todas essas informações para o novo público, valendo-se de outra codificação e, inevitavelmente, de diferentes valores, estereótipos e normas sociais.

A tradução humorística é um caso em que lacunas cognitivas tornam-se naturalmente aumentadas ou multiplicadas em termos de semelhança interpretativa. Essas lacunas originam-se de, pelo menos, quatro fontes: entre o autor e a língua-

fonte, cuja interpretação ocorre a partir do código da língua de origem (intenção e codificação); entre o humor na língua de origem e a interpretação do tradutor (intenção e interpretação do implícito); entre a interpretação do tradutor e a comunicação humorística para o novo público (comunicação da intenção humorística); e entre a interpretação do novo público com relação à tradução (interpretação da transmissão da intenção humorística). E, além disso, a semelhança interpretativa precisa ser obtida considerando também os **efeitos** humorísticos pensados para o público original, a serem obtidos em grau semelhante pelo novo público.

Citando Gutt (2000, p. 214), Yus (2013) enfatiza que o texto original carrega uma presunção interpretativa que, por muitas vezes, não atinge o novo público. Para alcançar esse objetivo, é preciso que a tradução comunique a presunção de que a interpretação (mínima) proporcionada seja semelhante a do original, nos aspectos que se apresentam mais evidentes no texto. É dessa maneira que o conhecimento que o tradutor possui do público possibilita o levantamento de suposições do ambiente cognitivo e do potencial de relevância nele inserido. Na tradução humorística, especificamente, inclui-se ainda, e primordialmente, a captação e transmissão das estratégias que conduzem aos **efeitos** humorísticos pretendidos na língua-fonte e que podem (diante das possibilidades, devem) ser preservados na língua do novo público. Ao partir dessa concepção em termos de efeito, Yus (2013) observa, portanto, a aplicabilidade de três parâmetros na formulação de uma estratégia, ou alternativa, para a tradução do humor.

O primeiro parâmetro é o cenário cultural, em que se deve considerar o ambiente cultural mútuo (SPERBER, 1996) cujas representações são distribuídas de maneira epidemiológica e suas versões armazenadas na mente dos membros da comunidade. Um exemplo claro são os espetáculos de comédia *stand up*, em que as representações mentais individuais dos estados de coisas do mundo (na forma de estereótipos e esquemas culturais) mostram-se ocorrer no campo das representações coletivas, quando o riso é causa da maioria das pessoas da plateia. Portanto, o humor carrega em si, características culturais. No exemplo citado por Yus (2013, p. 09):

10) Marido: Por vinte anos eu e minha esposa fomos incrivelmente felizes...

Amigo: E ... o que aconteceu?

Marido: Nós nos conhecemos.⁵⁷

Apesar de o casamento ser uma convenção das sociedades ocidentais, esse é um caso de humor intercultural, aparentemente fácil de traduzir. Contudo, existem casos em que há falta de equivalentes precisos na cultura da tradução. A tomada de decisão do tradutor torna-se, então, a de manter aquela dada informação cultural ou então substituí-la, modificá-la, de maneira que se mantenha um saldo positivo entre o balanço energético formado pelos efeitos cognitivos e esforço mental na interpretação. Vale ressaltar que, como aponta Martínez Sierra (2006, apud YUS, 2013, p. 9) uma naturalização extrema da tradução pode fazer com que o público reaja negativamente à metalinguagem de referentes intraculturais, ao se darem conta de que estes são impossíveis no idioma de origem.

O segundo parâmetro é o cenário semântico, que se refere às formas semelhantes de codificação linguística, paralelas em expressões idiomáticas, metáforas e outros, similares nos efeitos que geram humor entre uma língua e outra. No caso das expressões idiomáticas, por exemplo, existem aquelas que possibilitam tradução precisa, como em *cost an arm and a leg* em língua inglesa, *costar un ojo de la cara* em língua espanhola, ou “custar o olho da cara” em língua portuguesa. São substituições de codificação que se tornam, obviamente, fáceis para a tradução. Entretanto, esses equivalentes precisos não são a regra: na maioria das vezes, a estratégia de humor – baseada na linguagem do novo público – precisa ser recriada com base em alternativas que preservem o conteúdo humorístico na tradução.

O terceiro cenário, e talvez o mais importante, é o pragmático. O tradutor deve fazer o possível para preservá-lo ainda que isso exija mudar radicalmente o cenário semântico e o cultural. Isso se dá em razão de que é o elemento responsável pelas estratégias inferenciais, que conduzem a interpretação à relevância da piada e à derivação de seus efeitos de humor. Além disso, diz respeito ao eventual saldo de efeitos cognitivos e mentais destinados pelo autor à língua de origem. Esse parâmetro, segundo Yus (2013), divide-se em duas subáreas: a das etapas inferenciais e a do equilíbrio entre esforço e efeito.

⁵⁷ Tradução nossa para: Husband: – For twenty years my wife and I were incredibly happy. Friend: – And... What happened? Husband: – We met!

A primeira, a das etapas inferenciais, consiste nas estratégias de ajuste paralelo mútuo do conteúdo explícito, implícito e contextual em busca de uma interpretação relevante, que pode ocorrer por duas formas: àquela conduzida a um “limite superior”, cuja tradução abarca todas as estratégias que transformam a forma lógica de uma piada em explicatura; e a estratégia conduzida por um “limite inferior”, mais prática, que incide nas medidas inferenciais que geram os efeitos humorísticos.

A segunda subárea, apontada por Yus (2013) como a do equilíbrio entre esforço e efeito, refere-se ao saldo de efeitos cognitivos e dispêndio mental do autor destinado ao seu público, e que o tradutor deve tentar reproduzir para a língua-alvo. Essa escala de medição do equilíbrio entre efeito e esforço é defendida por Wilson e Sperber (2002, apud YUS, 2013) em termos qualitativos. Porém, na tradução de humor, Yus destaca que essa atribuição qualitativa nem sempre é possível porque, por vezes, o saldo pode ser negativo.

Instituída a importância de sublinhar esses cenários, Yus (2013) identifica três tipos de tradução de piadas: as piadas transferíveis, que são aquelas cujos estereótipos sociais são interculturalmente válidos e formas paralelas de decodificação e de estratégias linguísticas para a geração do humor podem ser encontradas nas duas línguas; as piadas substituíveis, cujos referentes culturais podem ser encontrados em maior ou menor semelhança, assim alcançando saldos parecidos entre os efeitos cognitivos e esforço mental; e as piadas desafiadoras, que são aquelas constituídas por referentes culturais muito específicos e recursos linguísticos que não possuem contrapartida na língua-alvo.

Independentemente do caso, categoria ou situação de tradução humorística, o importante é compreender que uma tradução coerente é a mais fiel possível ao cenário pragmático. A tradução da mesma piada se comporta de maneira diferente em cada língua. As melhores traduções – mais recomendadas, indicadas, com maiores evidências de aceitação pelo público – reproduzem as etapas inferenciais como previsto entre autor e texto original, obtendo harmonia entre os efeitos cognitivos e esforço mental, ainda que existam adequações e substituições no texto. Em outras palavras, o essencial é transferir os efeitos com apostas de sucesso.

Para demonstrar seus argumentos de maneira metodológica, Yus (2013) apresenta alguns modelos tradutórios, dos quais alguns foram aqui reproduzidos na íntegra:

TABELA 2 – ELEMENTOS DA TRADUÇÃO DO HUMOR⁵⁸

C	Cenário cultural
S	Cenário semântico
P	Cenário pragmático
P (a)	Etapas de inferência
P (b)	Equilíbrio entre efeito e esforço
LF	Língua-fonte
LA	Língua-alvo
TRAD	Tradução

FONTE: Adaptado de YUS (2013, p. 11).

(LF):

11) O caipira, no hospital, aguarda que sua mulher dê à luz. Quando o médico chega, ele pergunta:

- Dotô! E então... comé que foi o parto?
- Tudo bem, seu Zé. Mas tivemos que colocar oxigênio.
- Ah, sô... que pena! Pois eu queria colocar Mariano⁵⁹.

(LA):

12) A man reading the paper and tells his wife about a newly born baby of the king. The man:

- The king's son has been born! It says here that he has already been named Prince. The wife:
- Oh! What a pity! He should have been named "John", just like his father!

Relações de preservação:

C = sim; S = não; P(a) = sim; P(b) = sim.

⁵⁹ Tradução nossa para: Un hombre esperando que su mujer de a luz y cuando el médico viene el tío le pregunta: – Doctor! ¿Cómo ha ido el parto? – Bien, pero hemos tenido que ponerle oxígeno - ¡Oh! ¡Que pena! ¡Con lo me hubiera gustado ponerle Mariano!

É um caso em que a estratégia humorística se sobrepõe ao conteúdo semântico, com o objetivo de introduzir uma alternativa para que as relações de ambiguidade no cenário pragmático fossem mantidas. Porém, por maiores que sejam as possibilidades de violação semântica para a adequação pragmática, existem circunstâncias intrincadas, principalmente com relação aos processos inferenciais, como no exemplo:

(LF)

13) Q: Why did the bald man paint rabbits on his head?

A: Because from a distance they looked like hares!

(LA – 1)

14) A: Por que carecas pintam coelhos na cabeça?

B: Porque de longe, parecem lebres!

Relações de preservação:

C = sim; S = não; P(a) = não; P(b) = não.

(LA – 2)

15) A: Por que carecas têm coragem de ir a bairros perigosos?

B: Porque eles são os únicos que não arrepiam os cabelos de medo⁶⁰

Relações de preservação:

C = sim; S = não; P(a) = não; P(b) = sim.

(LA – 3)

16) A: Por que há tantos carecas na pragmática?

B: Porque falta de juízo faz perder cabelos.

Relações de preservação:

C = sim; S = não; P(a) = não; P(b) = sim.

⁶⁰ Minha alternativa tradutória para: Q: ¿Por qué los calvos van siempre a barrios peligrosos? A: Porque allí les dan para el pelo (YUS, 2013, p. 11).

A dificuldade tradutória na piada⁶¹ da língua-fonte reside na homofonia entre “hair” e “hare”. O processamento interpretativo do original traz o primeiro sentido mais acessível e relevante para a balança entre efeito e esforço, e o falante/autor tem expectativas de que os elementos homofônicos sejam inferidos pelo ouvinte. Porém, na tradução, nenhum equivalente em língua portuguesa pode ser encontrado para uma transferência direta. Com base nas observações de Yus (2013), a única maneira de preservar o efeito humorístico seria alterar algo no cenário pragmático para a preservação desse efeito.

Na tradução (LA – 1), o cenário cultural foi mantido; a tradução direta condenou o cenário semântico que acabou perdendo o efeito da homofonia; a falta de substituição por outra alternativa linguística prejudicou o trabalho inferencial; e a soma dos fatores reduziu o equilíbrio pragmático entre esforço e efeito, isto é, o efeito de humor tornou-se quase nulo. Na estratégia (LA – 2), ainda que o efeito tenha melhorado, a estratégia foi modificada na substituição da homofonia por uma única expressão idiomática, ocasionando, ainda, o rompimento do cenário semântico e a diminuição do trabalho inferencial.

A alternativa (LA – 3) é um caso especial: o cenário cultural (estereótipo do careca) foi mantido; o cenário semântico, como não tentou ser equiparado, foi resignificado (porém ainda negativado); o processamento inferencial, apesar de corresponder em termos de brevidade, coesão e coerência a um conteúdo humorístico, não possui a demanda interpretativa de um efeito homofônico; e o equilíbrio pragmático entre esforço e efeito é positivo, ou seja, o efeito de humor apresenta-se com perspectivas maiores de eficácia, tendo em vista o público leitor deste presente trabalho.

O fato é que, ainda que existam modificações significativas no conteúdo semântico e diminuição de operação inferencial no P(a), o cenário cultural é mantido e, considerando o público leitor, o equilíbrio entre esforço e efeito do humor torna-se, em algum grau, correspondente. Por essa razão é que Yus (2013) tanto ressalta a importância do pareamento do cenário cultural e efeito humorístico a ser pensado para o público ouvinte/leitor.

⁶¹ Segundo Santos (2014) os exemplos da página anterior não enquadram-se como piadas, mas como adivinhas compostas de trocadilhos. Nesta pesquisa, consideramos a classificação de Santos (2014), contudo os exemplos foram necessários para as explicações dos conceitos dados por Yus (2013).

Apesar de esses exemplos terem alternativas tradutórias, não são todos que detêm a mesma possibilidade. Existem situações mais extremas de manter o escopo pragmático:

(LF)

17) What did Bill Gates' wife say to him on their wedding night?
– Now I know why you named your company Microsoft!

(LA)

18) O que a esposa do Bill Gates disse a ele na noite de núpcias?
– Agora entendo por que o nome da sua companhia é Microsoft!

Relações de preservação:

C = **não**; S = não; P(a) = não; P(b) = não.

Esse é um caso típico de piada intraduzível, em que o efeito humorístico é instituído na conotação sexual da palavra *Microsoft* e nenhuma outra marca equivalente pode ser encontrada em português (e talvez em outros idiomas). O cenário cultural é preservado em uma tradução direta⁶², mas os ouvintes/leitores que não estiverem familiarizados com a marca e seu proprietário, não terão condições de interpretar o humor comunicado. Por outro lado, neste trabalho contra-argumentamos Yus (2013) em favor de que a substituição de Bill Gates, na tradução de *Microsoft*, torna-se desnecessária ao público que possui conhecimento enciclopédico desses elementos: nesse caso, o escopo pragmático é totalmente mantido e são significativas as chances de efeito de humor.

A partir dos casos apresentados que, como visto, elenca os parâmetros culturais, semânticos e pragmáticos do texto-fonte para o texto-alvo, Yus (2013), com base na TR, propõe a observação de três etapas fundamentais no ato tradutório:

⁶² Na análise realizada por Yus (2013 p. 14), o cenário cultural não é mantido como positivo nas relações de preservação, contudo, diante da impossibilidade tradutória, neste trabalho adota-se a posição de que, ainda assim, seria positivo assumir o risco dado pela possibilidade da falta do conhecimento enciclopédico com relação a Bill Gates e Microsoft, somado a falta de conhecimento da língua inglesa para associar ao trocadilho [micro] [soft] pelo ouvinte/leitor.

Na primeira etapa parte-se do processamento interpretativo do humor na língua-fonte pelo tradutor, de maneira que alguns pensamentos do autor são (ou precisam ser) atribuídos:

- a) levantar hipóteses da pretensão das condições de interpretação do público primeiramente destinado;
- b) observar o ajuste paralelo mútuo que ele (o autor) pode ter realizado em busca de relevância de conteúdo explícito para fazer com o que o seu público reconheça à explicatura;
- c) identificar a maneira com que a importação do conteúdo implícito levou às implicações;
- d) considerar as informações contextuais que são necessárias para interpretação do humor.

Para Yus (2013), esse conjunto de fatores observáveis permite o contato com a cultura da língua-fonte, considerando que o sucesso de qualquer tentativa de comunicar o conteúdo apreendido na interpretação original depende do estímulo a ser processado segundo o contexto previsto pelo/do autor. Caso contrário, (que não haja estímulo semelhante) não há razão para esperar que a interpretação seja otimamente relevante para o novo público.

A segunda etapa é a suposição sobre o trajeto inferencial previsto pelo autor na língua-fonte, o que é essencial para que o tradutor especifique as condições e escolhas linguísticas que fazem com que o humor seja transferível para a realidade do novo público. A tentativa de traçar um trajeto inferencial semelhante, ou substituí-lo por um equivalente, é um objetivo importante na tradução de textos humorísticos. Paralelamente, o tradutor deve ter em alta conta que a informação cultural desempenha papel importante na construção do humor, pela decorrência dos estereótipos sociais (profissões, papéis sexuais, raças, nacionalidades, religiões, entre outros), observando que, se esse tipo de referente intracultural for mantido na tradução e faltar na cultura-alvo, pode resultar no aumento de esforço mental sem deslocamento de efeitos em troca.

A terceira etapa, segundo Yus (2013), consiste na tentativa de reprodução do humor na língua-alvo, de maneira que se assemelhe relevantemente ao original. Para que isso ocorra, em primeiro lugar, a tarefa do tradutor é procurar paralelismos na transferência da informação cultural, substituindo referências intraculturais quando necessário. Depois, o tradutor deve constatar quais escolhas semânticas

permitem a codificação semelhante, sendo que por vezes esse paralelismo favorecerá uma tradução direta, mas, em outras, serão necessárias substituições. E, finalmente, o mais importante: estudar a possibilidade de preservação do cenário pragmático, tanto na quantidade como na qualidade das estratégias de inferência e no saldo resultante de efeitos cognitivos e esforços mentais.

Para isso, Yus (2013) defende que o tradutor deve mudar, alterar e/ou substituir constituintes do texto o quanto for necessário para que resultados satisfatórios no cenário pragmático sejam produzidos. Esta é, naturalmente, uma atividade metarrepresentativa, em que o tradutor realiza tentativas de encontrar equivalentes linguísticos na língua-alvo, capazes de tornar reproduzível o trajeto inferencial na língua-fonte. Contudo, sem ter garantias de que a duplicação de efeitos e esforço será alcançada.

A ideia central de Yus (2013) é, portanto, que ainda que os riscos transformem a tradução em uma alternativa para a piada, vale a pena preservar, prioritariamente, os efeitos humorísticos envolvidos. Nesse tipo de tradução, a única maneira de ser fiel ao texto original é, paradoxalmente, ser infiel a ele: “[...] se formos fiéis em transmitir os efeitos humorísticos destinados a um público diferente, por que deveríamos nos arrepender de sermos infiéis ao conteúdo semântico da piada?” (p. 18).

4.3 NÍVEIS DE PROCESSAMENTO DA MENTE: TRADUÇÃO E HUMOR

O humor carrega em sua interpretação a necessidade de metarrepresentação de nível superior no que tange a estrutura de sua manifestação. Como visto no capítulo anterior, Wilson (2012), Recanati (2000) e Gibbs (2000, 2012) argumentam que enunciados não sérios envolvem uma atividade cognitiva que atua em níveis processuais elevados. Gibbs (2000, 2010) mostra que nesse tipo de processamento interpretativo há duas camadas de significação: a primeira, em nível de crenças de primeira ordem, em que ocorre representação do conteúdo implícito de um cenário hipotético; e a segunda camada, em nível de crenças de segunda ordem, em que ecoa um pensamento atribuído de uma atitude dissociativa, ou seja, metarrepresentação. Por outro lado, Recanati (2000) observa que o cenário hipotético (equivalente a camada um de Gibbs) já envolve metarrepresentação. Para o pesquisador, é a partir de uma representação já existente (R/ícone) que se simula

a representação da fonte de informação (falante/autor) sobre a dimensão fictícia (metarrepresentação), para então metarrepresentar para si o pensamento atribuído no domínio da informação sobre (R).

Entretanto, ainda que Recanati (2000) tenha realizado uma abordagem plausível sobre a metarrepresentação em âmbito ficcional, Gibbs (2000, 2010) descreve o comportamento da atitude dissociativa nos processos metarrepresentativos. Logo, torna-se pertinente estabelecer a interface dos estudos com base em uma proposta de **enquadramento de níveis**: uma camada que envolve metarrepresentação em nível fictício, de um cenário hipotético, proposto pelo falante/autor; e uma camada de nível superior em que ecoa um pensamento atribuído (com relação ao ouvinte/leitor) de uma atitude dissociativa, que reside na **contraposição** entre o que foi dito e o que foi, de fato, comunicado.

Sobre a atitude dissociativa, os estudos mencionados apontam que o conteúdo implícito, por si só, não é fator motivador da demanda de uma exigência de interpretação sofisticada. Diferentemente de outros fenômenos figurativos – por exemplo, a metáfora –, a ironia e *tropos* relacionados incita a construção de um ambiente interpretativo de fingimento, em que as metarrepresentações são (ou pelo menos deveriam ser) necessariamente transcendidas, visto que, criticamente, distorcem a verdade em algum grau a partir de um pensamento hipotético que se pretende adotar momentaneamente.

Apesar de a ironia ser um fenômeno de linguagem muito semelhante ao humor, foi visto que Wilson (2000), Recanati (2000) e Gibbs (2000, 2010) não tratam do termo, especificamente. Isso não quer dizer que os cientistas cognitivos mencionados concebiam todos esses fenômenos por igual, em uma única categoria (ou módulo) de comunicação figurativa. Pelo contrário, os experimentos de Gibbs (2000, 2010) apontam a existência de variações (via tempo de processamento) entre tipos de enunciados figurativos (indiretos), e assim destaca a ironia como detentora de nível extra de sofisticação cognitiva na interpretação.

Com base nesse princípio, Padilla (2012) parte da vigilância epistêmica para analisar o humor de maneira específica e, baseado em uma explanação teórico-argumentativa, define que a verificação do engano promovido pela dissociação interpretativa (incongruência) do conteúdo humorístico extrapolaria um quarto nível metarrepresentativo.

Ainda que Padilla (2012) tenha creditado essa perspectiva de sofisticação interpretativa em enunciados de humor, a ênfase de seus estudos é sobre a verificação do engano nesse tipo de comunicação, não para o conjunto de elementos que geram a incongruência e que são responsáveis por promoverem o efeito humorístico. Assim, a dissociação interpretativa, que é central a esse processo e largamente mencionada nos estudos elencados como fator fundamental da segunda “camada”, ou “nível”, de metarrepresentação envolvida, permanece lacunar em termos de definição. Portanto, é na centralidade processual da incongruência (dissociação) que residem os interesses de Yus (1997, 2013) e Santos (2009, 2014).

Os estudos de Yus (1997, 2013) mostram que é em virtude da habilidade metarrepresentativa que são estabelecidos os direcionamentos da identificação do humor intencional/não intencional; da escolha da interpretação adequada diante das múltiplas interpretações possíveis comunicadas no momento inicial do humor; na constatação dos elementos que promovem a incongruência; e também na constatação dos estereótipos e outros elementos culturais vinculados nesse tipo de comunicação. Isso acontece porque todos esses elementos compõem o cenário da interpretação humorística, que é essencialmente dependente de fatores psicocognitivos e aspectos socioculturais, e não apenas dos elementos linguísticos (de decodificação) e semânticos nele envolvidos. Entretanto, é central para Yus (2013) a argumentação em favor de uma perspectiva de nível/grau na interpretação humorística, o que muito contribui para a correlação ao conceito de metarrepresentação apresentado nesta pesquisa.

Santos (2009, 2014), ao relacionar a interlocução ao cenário de elementos e fatores semelhantes aos levantados por Yus (1997), descreve um “jogo de acreditação” em que os processos metarrepresentativos são envolvidos em cadeia progressiva: verificação de crença do ouvinte com relação ao conteúdo enganoso do falante (metarrepresentação alheia); confirmação e aceitação de crença no mundo paralelo da piada (metarrepresentação própria); e metarrepresentação mútua acerca do conteúdo fictício.

Porém, o conteúdo fictício envolve, em si, ainda outros níveis metarrepresentativos: a metarrepresentação da criação imaginária acerca do estado de coisas de um mundo paralelo; e a metarrepresentação base que recebe na interpretação do ouvinte/leitor a mesma força de verdade do estado de coisas do mundo real. Atrelado a esses níveis, Santos (2009, 2014) lança duas contribuições

cruciais: a existência da metarrepresentação do conteúdo até a identificação da incongruência; e a metarrepresentação de **retorno** interpretativo após a incongruência (readequação à uma situação congruente aos fatores psicocognitivos e socioculturais), que é o momento responsável pelo efeito do humor e sua externalização, assim como comprovam Coulson et al. (2012) na proposta experimental. Além disso, Santos (2009, 2014) advoga em favor do envolvimento de uma significação psicológica (de um módulo psicológico propriamente dito) indispensável ao efeito humorístico. Isso corrobora à abordagem da ToM sobre a intercorrência da/e entre a capacidade metapsicológica e metacomunicativa na instituição da linguagem e da comunicação.

A partir dessa descrição, observa-se que a cadeia metarrepresentativa do processo de interpretação do humor extrapola os níveis apontados pelos pesquisadores da metarrepresentação. Wilson (2012) estabelece até a quarta ordem de crenças (ou níveis) com relação aos enunciados ecoicos; e Gibbs (2000, 2010) demonstra duas camadas adjacentes (uma de nível superior, outra de nível inferior) sobre a interpretação da ironia. Assim, constata-se que as abordagens da pragmática cognitiva abarcam mas não denominam e estruturam as ordens de crença e/ou níveis metarrepresentativos envolvidos na interpretação humorística e que precisam ser descritos para compreensão do fenômeno do humor.

Como o campo de observação da metarrepresentação proposto nesta pesquisa é a tradução do humor, existe ainda a explanação da tradução e suas outras demandas metarrepresentativas. Para esse (re)arranjo metarrepresentativo, Yus (2013) define que o tradutor precisa desenvolver os processos metarrepresentativos da interpretação do humor (especificamente da piada) na língua-fonte, de forma a angariar os seguintes elementos do **efeito** para a língua-alvo:

- a) levantar hipóteses sobre a pretensão de interpretação do público primeiramente destinado;
- b) observar o ajuste paralelo mútuo que ele (o autor) pode ter realizado em busca de relevância do conteúdo explícito para fazer com o que o seu público reconheça a explicatura;
- c) identificar a maneira com que a importação do conteúdo implícito levou às implicações;

- d) reconhecer a quantidade necessária de informações contextuais para interpretar o humor de maneira eficiente;
- e) realizar a busca de alternativas compatíveis na transferência da informação cultural, a partir da metarrepresentação das evidências do texto sobre a cultura de origem para a cultura-alvo, a fim de que as referências intraculturais sejam substituídas quando necessário;
- f) encontrar meios de preservar o cenário **pragmático** da língua-alvo previsto pelo autor na língua-fonte, tanto na quantidade como na qualidade das estratégias de inferência e no saldo resultante de efeitos cognitivos e esforços mentais, ainda que não se tenham garantias do efeito que cada leitor atribuirá à significação.

Nesse sentido, nota-se que Yus (2013) considera o **efeito** como elemento principal a ser comunicado pelo tradutor. Por isso, a descrição de que no ato tradutório devam ser considerados os cenários cultural, semântico e pragmático, sendo que este último, dividido entre inferência e equilíbrio e esforço e efeito, exerce influência significativa na conclusão de que a preservação máxima do escopo pragmático deva existir prioritariamente.

Por essa razão é que a comunicação humorística se destaca dos outros tipos de linguagem, convencionalmente chamadas de figurativas. Nenhuma delas instiga esse leque de observações de comportamentos cognitivos. A hipótese adotada nesta pesquisa é, portanto, a de que o tradutor precisa atingir e concatenar os níveis metarrepresentativos do humor à cascata metarrepresentativa entre os ambientes cognitivos envolvidos no processo tradutório, de modo que o escopo **pragmático** e os efeitos contextuais e humorísticos sejam comunicados da língua-fonte para a língua-alvo. Essa é a abordagem estruturada como proposta de finalização desta pesquisa, no capítulo a seguir.

5 METARREPRESENTAÇÃO AD EXTREMUM: CONCEITOS INICIAIS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GRADATIVA

O objetivo neste capítulo é apresentar uma síntese da fundamentação teórica para mostrar como a metarrepresentação múltipla, ocorrida no envolvimento dos diferentes ambientes cognitivos da tradução, pode ser melhor concebida a partir de uma proposta de mutualidade gradativa. Além disso, diante da maneira com a qual a metarrepresentação linguística ocorre na tradução do humor, sugere-se uma outra explicação para a função duplicada de semelhança interpretativa. E, por fim, o termo *nível* é contra-argumentado na definição de metarrepresentação.

5.1 A mutualidade gradativa entre ambientes cognitivos

Nos desenvolvimentos iniciais deste trabalho, a ToM é descrita como a capacidade humana responsável por manter, reformular e concatenar diferentes representações do/sobre o mundo no desenvolvimento de hipóteses sobre estados mentais particulares e alheios. Desse modo, na comunicação verbal, interlocutores são engajados de forma sistêmica em metarrepresentação: o falante/autor metarrepresenta os pensamentos que tem a intenção de comunicar e o ouvinte/leitor metarrepresenta os pensamentos (intenções) do falante/autor.

Na pragmática cognitiva, a intencionalidade é recorrentemente abordada na definição da ToM em virtude do encadeamento *protolinguagem* → *ToM* → *relevância e intenção* → *linguagem* → *comunicação*, instituído na cognição. Sperber (1995, apud DIAS, 2014, p. 1128) descreve a comunicação humana como subproduto das capacidades metarrepresentativas, de maneira que um ato comunicativo torna-se precedido e sucedido de intenção, que nada mais é do que uma representação mental de um estado de coisas desejado.

Nessa perspectiva, Wilson (2012) estrutura a intenção com base em uma função informativa (conjunto de pressupostos que formam o conteúdo do significado do falante/autor) e, também, pelo reconhecimento do partilhamento da informação, isto é, uma função comunicativa. Por conseguinte, a pesquisadora conclui que, quando a intenção se torna mutuamente manifesta na comunicação, apenas as pressuposições evidentes são representadas mentalmente, e não toda a infinidade de metarrepresentações disponíveis.

Durante toda a descrição sobre o desenvolvimento da teoria relevantista no capítulo dois, as relações de manifestabilidade de intenções são dadas diante do eixo falante e ouvinte. Porém, não dificilmente, podem ser (e são) atribuídas a autor e leitor⁶³. O fato é que a comunicação nem sempre é binária. A tradução se mostra como um caso comunicativo excepcional nesse sentido, porque demanda a interseção de dois ou mais ambientes cognitivos que podem ou não predispor de mutualidade na mesma sequência de contexto comunicativo.

No ato tradutório, as configurações dos ambientes cognitivos e as relações metarrepresentativas podem inclinar-se a intrincar: assim como tradutor e novo público utilizam informações contextuais semelhantes, para então derivar interpretações semelhantes, ambos são sensíveis a dispor de diferentes informações contextuais e o processo interpretativo ser conduzido a conclusões divergentes daquelas imaginadas pelo autor do original.

Dessa maneira, a tradução, para além da decodificação linguística da língua-fonte para a língua-alvo, depende de fatores sociais, culturais, comportamentais, históricos, ideológicos (elencados sobre a época da obra com relação à realidade atual), entre uma variedade de outras informações que compõem o contexto mental dos envolvidos e que são consideradas e computadas pelos mecanismos interpretativos do tradutor. Nesse sentido, o tradutor quando metarrepresenta o autor e seu público – e, por muitas vezes, metarrepresenta também outros tradutores anteriores – busca coletar subsídios informativos capazes de possibilitar a semelhança interpretativa que, por sua vez, cognitivamente evoca suposições sobre esses fatores e as interações deles com o texto, sob a meta de comunicar na tradução efeitos contextuais compatíveis. Essa é uma tarefa que exige dispêndio cognitivo adicional, devido ao encadeamento de interpretações sofisticadas relacionadas.

Gutt (2004) descreve que autor e tradutor, quando iniciam a comunicação da informação com a intenção intrínseca de manifestar um corpo de pensamento para o público, ambos produzem um estímulo, que suscita tanto uma inferência sobre a intenção como ao que essa intenção, aproximadamente, se propõe. Em textos,

⁶³ Na comunicação verbal escrita, a perspectiva da TR elucida que a tarefa do leitor é a de construir (segundo os seus próprios valores e motivações) hipóteses interpretativas viáveis sobre um dado conjunto de conteúdo, a fim de escolher a hipótese mais coerente. O que torna interpretações mais relevantes do que outras é o menor esforço de processamento, sendo que a eficácia da interpretação ocorre somente quando as informações disponibilizadas pelo autor são compatíveis com a memória enciclopédica do leitor.

trechos, mensagens e enunciados em que não são evidenciadas ambivalências pragmáticas, o processo interpretativo tende a transcorrer obedecendo a uma espécie de constante metarrepresentativa.

Entretanto, na ocorrência dessas ambivalências – chamada por Gutt (2000) de situação de comunicação secundária –, como é o caso dos enunciados não sérios, sobretudo os de humor, há um aumento de chance à inadequação tradutória em razão de que a estratégia de emprego desse estímulo é mais refinada, logo, mais difícil de enquadrar da LF para a LA; inclusive existe a maior possibilidade de incompatibilidade dos elementos culturais, semânticos e pragmáticos utilizados na formulação desse estímulo, entre as línguas em questão. Diante da vulnerabilidade do comportamento interpretativo, o tradutor passa então a realizar um processamento inferencial sofisticado, definido por Sperber (1994) como otimismo cauteloso⁶⁴. Na exposição à variabilidades interpretativas, o tradutor (e o autor, na dimensão de sua comunicação) formula, portanto, suas suposições com base na permanente **verificação** de que o público possua ou não informações semelhantes às que se tem a intenção de tornar manifesto.

O fator de verificação é fundamental à tradução a ponto de acrescentar metarrepresentação adicional exclusiva para esse fim. Segundo Gutt (2004), o processo metarrepresentativo em tradução é atuante em duas dimensões: uma de nível inferior, em que as condições de verdade da representação são verificadas; e outra de nível superior, em que ocorre a verificação de que se a representação foi metarrepresentada com precisão.

A verificação das condições de verdade e a verificação da precisão da metarrepresentação são independentes uma da outra: uma tradução que é representativamente verdadeira não é, necessariamente, metarrepresentativamente fiel, assim como uma tradução considerada metarrepresentativamente fiel não tem que ser factualmente verdadeira⁶⁵. Existem casos, como os de obras técnicas antigas, que ao serem metarrepresentativamente fiéis na tradução a qualidade não se torna inferior pelo fato de que os procedimentos nela descritos não são factualmente verdadeiros, por não existirem mais ou serem considerados inapropriados segundo as técnicas contemporâneas, por exemplo.

⁶⁴ Conceito descrito em detalhes no capítulo dois.

⁶⁵ Obviamente, existem casos em que os dois valores são positivos. Mas isso não é regra.

Nesse sentido, o estudo de Sperber et al. (2010) contribui com relação ao entendimento da verificação nos processos comunicativos, quando advogam em favor de um conjunto de mecanismos de vigilância epistêmica, diante do risco de divergências informativas/interpretativas. Para preservar a vantagem de um ato comunicativo quanto a enganos (propositais ou não), a justificativa dada por esses cientistas cognitivos é a existência de um raciocínio especializado, ancorada no fato de que a confiabilidade interpretativa é questionável. Assim, o papel desse tipo de vigilância atua sob a prerrogativa de balanço energético: menor custo de processamento quando a informação não é relevante, com relação a quando o indivíduo se coloca vigilante. Tal abordagem é correlata a de Gutt (2004) sobre a metarrepresentação possuir papel central na verificação, devido à exigência de leitura mental sofisticada (o falante acredita que não-P, mas quer acreditar que P), ora constituída da combinação de uma atribuição de primeira ordem de crença com a atribuição da segunda ordem da intenção.

Portanto, ao submeter a concepção de vigilância epistêmica à tradução, argumenta-se nesta pesquisa que a busca de semelhança interpretativa do conteúdo da LF para o conteúdo da LA – antes de recair nos aspectos de código, semânticos, culturais e pragmáticos – é submetida, primeiramente, à capacidade inata humana de verificações interpretativas que, no processamento tradutório, é elevada a nível superior diante de uma demanda especial de interseção de múltiplos ambientes cognitivos.

No capítulo três, foi apresentada uma descrição de Gutt (2000, 2004) sobre a interseção de ambientes cognitivos em cinco configurações possíveis na tradução:

- a) entre tradutor e novo público, enfatizando a diferença do autor (quando são membros da mesma comunidade linguística, exceto o autor);
- b) entre autor e tradutor, enfatizando a diferença do novo público (quando o tradutor é bilíngue e da comunidade linguística do original);
- c) entre autor e novo público, enfatizando a diferença do tradutor (intérprete em arguição de discurso técnico);
- d) a diferença entre todos os envolvidos (tradução bíblica, indígena, entre outras);
- e) mutualidade entre todos os envolvidos (quando o intérprete em arguição faz parte do grupo de peritos em questão).

Nota-se que a disposição dos ambientes cognitivos é definida por Gutt (2004) em termos de diferença de mutualidade. Nesse sentido, argumenta-se nesta pesquisa em favor de uma perspectiva contrária: a de que essas relações devam ser apresentadas com base em suas **unidades mínimas** de confluência, já que a diferença entre suposições de estados de coisas do mundo são maiores que as compatibilidades, ainda mais se orientadas a partir de um princípio de relevância, que é relativo a cada indivíduo.

Na circunstância a), o fato de o tradutor possuir conhecimento linguístico em comum com o autor possibilita outras aproximações cognitivas entre ambos: acerca do ambiente cultural, já que o conhecimento da língua é, conseqüentemente, um fator intracultural; acerca do cenário histórico cultural da obra, pois o tradutor, ainda que distanciado temporalmente e culturalmente do contexto de produção daquele determinado conteúdo, é inerente ao seu trabalho levantar informações consideradas importantes na interpretação (e comunicação dessa interpretação) do conteúdo; e acerca do público primeiramente destinado, afinal, o tradutor é também leitor da obra. Nesse sentido, há um distanciamento real entre autor e novo público, que de modo nenhum pode ser equiparado entre tradutor e autor.

Na circunstância b), existe apenas uma inversão de papéis em relação ao primeiro caso: o tradutor, por ser bilíngue, não deixa de ter aproximações cognitivas contextuais com o novo público. Assim sendo, não deve ser equiparado ao distanciamento entre autor e novo público.

Na circunstância c), o ambiente cognitivo do tradutor é submetido a um distanciamento com relação aos ambientes cognitivos do autor e novo público, na medida em que ele tem o domínio da língua, mas não desenvolve os domínios de significação (representação) do conteúdo da tradução. Apesar disso, ressalta-se que o código, ainda assim, é uma unidade mínima mútua entre tradutor, autor e novo público. Isso significa uma equiparação entre autor e tradutor em relação ao público: de um lado o autor detém conhecimentos técnicos, portanto, significação; do outro lado, o tradutor detém o código que possibilita a comunicação da informação significativa ao novo público. Portanto, é pertinente destacar como isso se rearranja em detrimento à maneira com que esses ambientes se afastam.

Na circunstância d), quando o conteúdo da tradução é, por exemplo, em latim, traduzido por um tradutor italiano para o inglês, Gutt (2004) estabelece que não há mutualidade entre os ambientes cognitivos. Novamente, argumenta-se nesta

pesquisa que o conhecimento linguístico é uma unidade mínima de confluência entre esses ambientes, porém atuante em menor escala que a circunstância e), em que todos os ambientes cognitivos são mútuos.

Com base nessa análise, é possível observar que a abordagem de Gutt (2004) recai no código linguístico/semântico, deixando de lado as interferências do cenário cultural e pragmático de cada circunstância tradutória. A tradução do humor é capaz de mostrar que o código não é suficiente à tradução. Entretanto, a argumentação de Gutt (2004) é válida para entender que há graus de mutualidade: na primeira circunstância, a tendência é a de que exista um grau maior de mutualidade entre tradutor e novo público, com relação à mutualidade entre tradutor e autor; na segunda circunstância, maior grau de mutualidade entre tradutor e autor com relação a tradutor e novo público; na terceira circunstância, graus baixos de mutualidade entre todos; na quarta circunstância, graus baixos, porém oscilantes, a depender estritamente da competência tradutória do tradutor; e na última circunstância, graus altos de mutualidade, com evidência entre tradutor e autor, em razão da partilha do conhecimento da língua.

Essa mutualidade gradativa derivada da abordagem de disposição dos ambientes cognitivos em tradução apresentada a partir das suas unidades mínimas de confluência possibilita que a metarrepresentação seja observada unificadamente. Isto é, há sempre um ponto de encontro. O que torna isso possível é o fato de o tradutor possuir ambiente cognitivo mútuo, em maior ou menor grau, com todos os outros envolvidos. Ao conceber a tradução em suas microrrelações metarrepresentativas, são apontadas as seguintes:

1. o autor que metarrepresenta o seu público para a elaboração de seus estímulos ostensivos no conteúdo da sua obra;
2. o público leitor que, no contato com o conteúdo da obra (estímulo), cria expectativas de relevância, metarrepresenta o autor e atua em maximização da relevância em busca de atingir a relevância ótima na interpretação;
3. o tradutor que metarrepresenta o autor, de forma atenta aos estímulos ostensivos comunicados no conteúdo da obra, e a maneira com que a maximização da relevância ocorre na sua própria interpretação em busca de atingir a relevância ótima;
4. o tradutor que metarrepresenta o público leitor, tanto por sua condição

natural de também ser leitor como pela possibilidade de ter que considerar o contexto histórico-cultural da obra;

5. o tradutor que metarrepresenta o novo público, a fim de formular a sua tradução a partir de uma semelhança interpretativa supostamente (e apostadamente) relevante;
6. o novo público que, no contato com o conteúdo da obra (estímulo), cria expectativas de relevância, metarrepresenta o tradutor (a partir da crença que é o próprio autor) e atua em maximização da relevância em busca de atingir a relevância ótima na interpretação.

Tendo em vista a relação horizontal de atribuição de graus de envolvimento metarrepresentativo entre ambientes cognitivos, e essa relação vertical de ocasiões metarrepresentativas, é pertinente destacar a *operação* responsável por concatená-las na interpretação.

Segundo os pressupostos da TR, o tradutor atua cognitivamente – e de forma constante – em busca da maximização da relevância. Caso ele não seja conhecedor de algum elemento distanciado espacial, temporal e culturalmente, ele parte em busca da identificação desses elementos por vias externas (pesquisa). Ao obter a informação necessária, o processamento dessa informação nova é a sua combinação com o conjunto selecionado das suposições de fundo, que é o que constitui o contexto atual dentro da memória do mecanismo dedutivo, mesmo que o produto da informação seja de um contexto externo passado ou desconhecido.

Em termos desses ajustes contextuais na tradução, Gutt (2004) define que uma das demandas do tradutor é construir um contexto hipotético, denominado “artificial”. Entretanto, essa é uma ação cognitiva que remete à ideia de que é possível analisar e reenquadrar um contexto passado na interpretação, sem grandes interferências daquilo que caracteriza o tradutor como indivíduo atual. Não adentrando às teorias tradutórias que muito debatem sobre a questão de algum tipo de relativismo contextual, a abordagem desta pesquisa permite a alternativa de que o contexto (conjunto de conhecimentos, crenças e suposições partilhados e que são relevantes para produzir e interpretar os enunciados comunicados) não é atual nem artificial: assim como existem graus de envolvimento metarrepresentativo entre ambientes cognitivos, existem **graus** de contexto (e de efeitos contextuais) em cada circunstância tradutória.

Apesar de esse raciocínio de interpretação pela relevância parecer relativista, é inegável que o processo tradutório deva carregar em si a camada metarrepresentativa do texto original. Afinal, o tradutor é consciente de que não está diante de um texto de sua autoria e compromete-se, naturalmente, em comunicar não as suas próprias ideias, mas as do autor com relação ao desenvolvimento do conjunto da obra. Nessa concepção, o enfoque do tradutor não se dirige para aquilo que um estado de coisas diretamente representa. Pelo contrário. Uma vez que possui a capacidade de atribuição de estados mentais próprios e alheios (ToM/metarrepresentação), tem como diretriz captar a maneira com que **o autor** representa esses estados de coisas, pois seu objetivo é ser imperceptível a fim de que o leitor tenha a sensação de estar em contato com a “mesma” forma e conteúdo do original. Essa é a razão crucial pela qual a tradução em si é, legitimamente, a metarrepresentação exercida.

5.2 A superposição interpretativa

O principal aspecto que enquadra a tradução à uma tarefa que exige dispêndio cognitivo adicional é o tradutor ter que articular uma semelhança interpretativa da LA para o conteúdo da LF que seja capaz de evocar, cognitivamente, suposições sobre os cenários cultural, semântico e pragmático e as interações deles com o texto, sob a meta de comunicar na tradução efeitos contextuais compatíveis.

No modelo da TR, para que um efeito contextual promova alteração no ambiente cognitivo é necessário que o tradutor, guiado pelo princípio de relevância, gere expectativas de que a informação comunicada pelo autor seja significativa ao contexto de ambos, a um baixo custo de processamento. Na semelhança interpretativa entre duas representações pertencentes de dois sistemas linguísticos (e suas relações contextuais) distintos, o tradutor considera, por um lado, a informação das codificações conceituais e procedimentais, e, do outro, a informação tencionada na implicatura. A essa relação que – seguindo o custo e benefício da relevância – preza por atingir o maior efeito contextual com o menor esforço processual, Gutt (2000, 2004) chama de uso interpretativo interlingual.

O fato é que efeitos contextuais são relativos, principalmente quando procedem do uso interpretativo, cuja forma proposicional da elocução e o

pensamento que ela representa se relaciona em diferentes instâncias de significado cognitivamente dissonantes, como é o caso do humor.

A interpretação humorística provoca diferentes evidências nas duas vias da interlocução: de um lado, a maneira com que o autor formula e prevê que determinado conteúdo cômico é relevante para a derivação de efeitos humorísticos esperados; e, do outro, o leitor que (no cenário ideal) percebe que está sendo enganado e, diante da dissonância cognitiva provocada pela incongruência, encontra a necessidade de suprir lacunas entre o conteúdo codificado e o conteúdo comunicado, que em medida de comparação podem ser ainda maiores que as acarretadas por outros tipos de enunciados implícitos.

No capítulo quatro, os desenvolvimentos teóricos de Yus (1997, 2013) apresentaram que essas lacunas se ajustam entre si devido a níveis maiores ou menores de semelhança interpretativa, que são atribuídos em razão de que não existem maneiras de controlar os caminhos inferenciais previstos para o leitor. O que ocorre são apenas previsões, de domínio especulativo, mas que são suficientes para fazer da comunicação um ato possível. Nesse sentido, é em virtude da capacidade evoluída da ToM que o autor/tradutor torna-se capaz de antecipar certos *backgrounds* de informação da memória do leitor, suscetíveis de recuperação e utilização no processamento do humor⁶⁶, segundo as condições mentais de acessibilidade e aceitação.

Além da antecipação dos *backgrounds* de informação, o tradutor alicerça expectativas de que o leitor/ouvinte atue, principalmente, na resolução da incongruência do humor comunicado em sua tradução, a fim de promover efeitos contextuais e humorísticos compatíveis.

A resolução da incongruência⁶⁷, mostrada por Santos (2014), é o que possibilita a associação de um conceito a apenas um referente entre os possíveis referentes evidenciados na zona de embate interpretativo, de revelação do absurdo, chamada *punchline*. Nessa perspectiva, a incongruência torna-se apenas parte do processo cognitivo interpretativo do humor.

⁶⁶ As abordagens teóricas de Yus (2013) e Santos (2009, 2014) tratam, especificamente, do humor de piadas. Entretanto, essa restrição, diante da ampla argumentação dos autores sobre o tema, mostra-se tratar de uma questão metodológica, em razão de que não foram encontradas divergências conceituais quando atribuídas ao humor de modo geral. Pelo contrário, considera-se, nesta pesquisa, que o desenvolvimento teórico dos autores é capaz de lançar luz ao entendimento da interpretação do humor amplo, e não somente do humor de piadas.

⁶⁷ Em detrimento do reconhecimento da incongruência, como definem as outras teorias relacionadas.

Em termos de trajeto cognitivo (ideal) da comunicação do humor, Santos (2009, 2014) define que o falante/autor, a partir de expectativas de relevância, refina estratégias capazes de gerar um efeito surpresa na percepção do elemento incongruente. Com o aporte do conhecimento enciclopédico, o ouvinte/leitor realiza os seus processos metarrepresentativos do real estado de coisas do mundo com relação a uma dimensão fictícia. Consequentemente, o ouvinte/leitor, diante do estabelecimento da incongruência (sobreposição do real pelo fictício), torna-se conduzido por evidências linguísticas e contextuais, para o levantamento de hipóteses de significado humorístico transmitido pelo comportamento ostensivo do falante/autor. Diante da percepção do engano e da satisfação de descobrir, via processos dedutivos inferenciais, que a informação (agora nova) possui um sentido, insurge um efeito psicológico que é o entretenimento humorístico.

A prerrogativa negativa para esse trajeto reside na fronteira entre a atribuição do significado real em relação ao significado humorístico não se adequar a fonte, isto é, se o conteúdo implícito que acarreta a significação humorística não for interpretado de maneira a estabelecer relação de sentido na sobreposição das informações reais (explicatura/implicatura), o resultado é a falência do humor, a ausência do riso.

Para que o humor seja identificado e processado como suposição factual, Santos (2009, 2014) reivindica ao paradigma dedutivo-inferencial sugerido por Sperber e Wilson (2001) o acréscimo (ênfase e/ou reconhecimento) de um módulo psicológico que, segundo ele, operaria nos níveis de seleção afetivo-emotiva das expectativas de relevância e na verificação (validação ou invalidação) das suposições factuais processadas pelo aparato dedutivo inferencial. A função desse módulo seria, portanto, a conexão cognitivo-afetiva entre a ficção e a realidade do humor e a captação do alívio da excitação psicológica, ocasionada pela aplicação das regras de dedução e que o ouvinte/leitor explicita no riso.

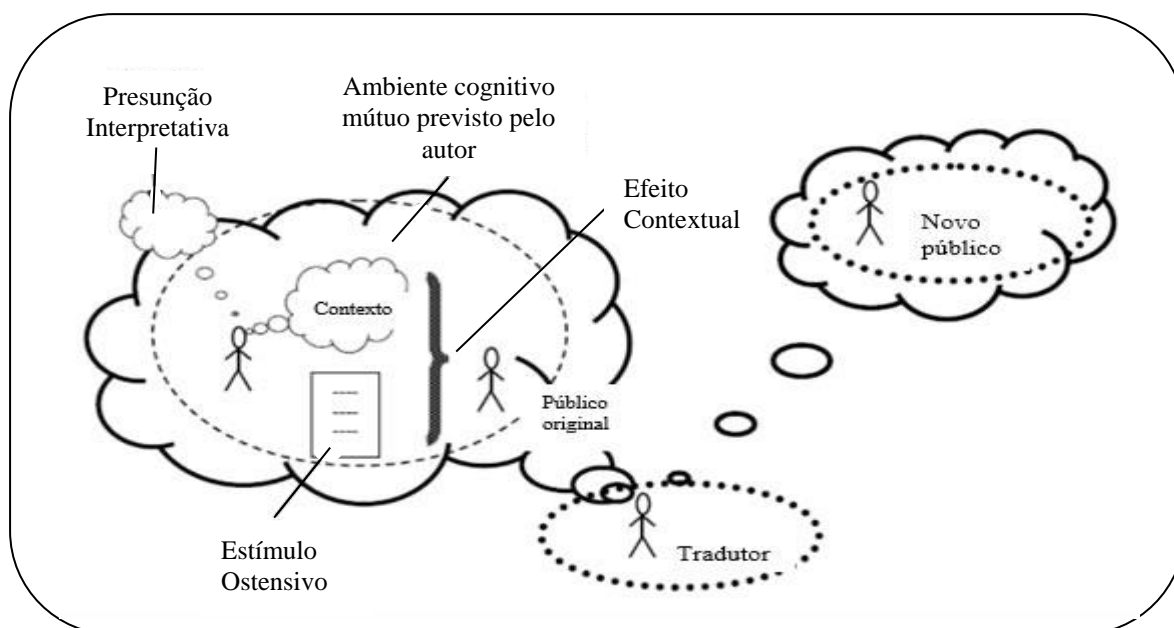
Coulson et al. (2012), por meio da investigação experimental apresentada sobre os processos cognitivos da interpretação do humor, observam que na leitura do humor, em comparação a terminações que não são incongruentes, existem movimentos oculares regressivos no mapeamento ocular (*eyetracking*). Isso possibilita a constatação da existência de uma disposição e necessidade de **verificação** de partes anteriores da sentença, de modo a angariar evidências para que o *frame* alternativo seja recuperado.

Padilla (2012) mostra que essas demandas cognitivas de verificação, ocasionadas na interpretação do humor, surgem em decorrência da capacidade inata para vigilância epistêmica. No retorno cognitivo da incongruência, essa é, segundo ele, a capacidade responsável por uma série de funções: serve como o gatilho para a percepção da alteração do significado; é responsável por sinalizar ao módulo da compreensão que a informação superficial do enunciado é inadequada; instrui tal módulo na ativação da compreensão sofisticada a fim de atribuir a referência satisfatória ao humor da situação; guia o acesso a (outros) referentes possíveis; considera sentidos alternativos e hipóteses alternativas sobre implicaturas e explicaturas; corrige e ajusta a significação das palavras no contexto proposto pelo falante; avalia premissas e suposições; e todos os outros processos mentais que, de alguma forma, demandam verificação no plano das inferências.

É em virtude de todo esse conjunto de especificidades acarretadas na interpretação do humor que a tradução humorística torna-se um caso de dispêndio cognitivo adicional, já mencionado no início deste tópico. Lacunas interpretativas são aumentadas ou multiplicadas em termos de semelhança interpretativa em, pelo menos, quatro fontes: na codificação, cuja interpretação do tradutor ocorre a partir do código da língua de origem; na intenção e interpretação do implícito, à medida que o autor considera o contexto, isto é, elementos linguístico-culturais daquele dado humor na língua; na comunicação da intenção humorística (estímulo), dada pela estratégia escolhida pelo tradutor diante das características do novo público; e na interpretação da comunicação humorística, entre o novo público com relação à tradução. E, para tornar tudo ainda mais difícil, a semelhança interpretativa precisa ainda ser obtida considerando também os efeitos humorísticos pensados para o público original a serem obtidos em grau semelhante pelo novo público.

O texto original carrega uma presunção interpretativa que, por muitas vezes, não atinge o novo público de maneira correspondente à ostensão aplicada. Para alcançar esse objetivo, é preciso que o tradutor realize metarrepresentações eficazes a fim de que a tradução seja semelhante ao original, em termos de promover estímulos ostensivos e efeitos contextuais (e humorísticos) compatíveis. É dessa maneira que o conhecimento que o tradutor possui do público, via metarrepresentação, possibilita o levantamento de suposições do ambiente cognitivo e do potencial de relevância nele inserido, conforme ilustrado na figura a seguir:

FIGURA 16 – METARREPRESENTAÇÃO EM TRADUÇÃO DO HUMOR



FONTE: Baseado em GUTT (2004, p. 6).

No rearranjo metarrepresentativo entre tradução e humor, Yus (2013) observa que o tradutor precisa desenvolver os seus processos metarrepresentativos na LF, de forma a angariar os seguintes elementos para a LA: (1) levantar hipóteses sobre a pretensão de interpretação do público primeiramente destinado; (2) analisar o ajuste paralelo mútuo empregado pelo autor no conteúdo explícito para fazer com o que o público reconheça a explicatura; (3) identificar a maneira com que a importação do conteúdo implícito levou às implicações; (4) reconhecer a quantidade necessária de informações contextuais para interpretar o humor de maneira eficiente; (5) realizar a busca de alternativas compatíveis na transferência da informação cultural, a partir da metarrepresentação das evidências do texto sobre a cultura de origem para a cultura-alvo, a fim de que as referências intraculturais sejam substituídas quando necessário; (6) encontrar meios de preservar o escopo pragmático da língua-alvo previsto pelo autor na língua-fonte, tanto na quantidade como na qualidade das estratégias de inferência e no saldo resultante de efeitos cognitivos e esforços mentais, ainda que não se tenham garantias do efeito que cada leitor atribuirá à significação.

A origem desses elementos a serem angariados na metarrepresentação da tradução do humor são, segundo Yus (2013), originários de três diferentes cenários:

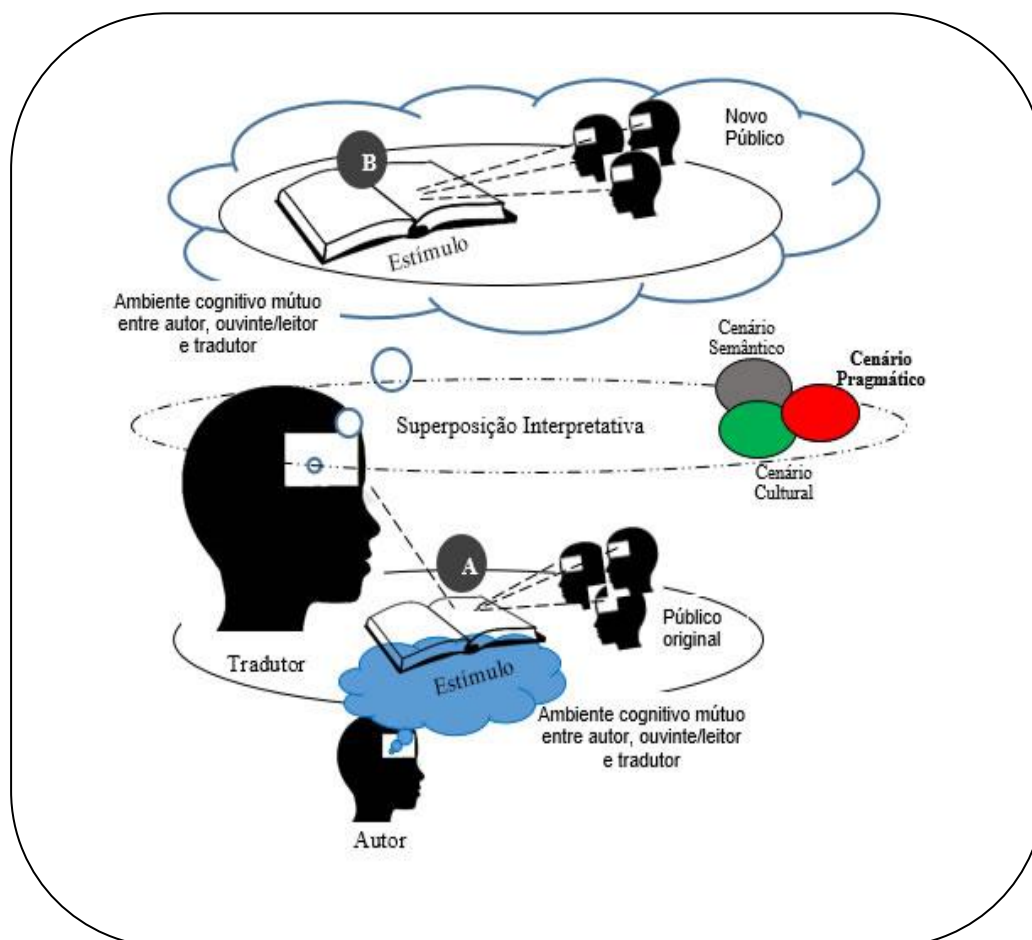
o cultural, o semântico e o pragmático. O cenário cultural é o ambiente cultural mútuo (Sperber, 1996) cujas representações são distribuídas de maneira epidemiológica e suas versões armazenadas na mente dos membros da comunidade; o cenário semântico se refere às formas semelhantes de codificação linguística; e o cenário pragmático, que consiste em duas subáreas: a das etapas inferenciais, que consiste nas estratégias de ajuste paralelo mútuo do conteúdo explícito, implícito e contextual em busca de uma interpretação relevante; e a do equilíbrio entre esforço e efeito, que refere-se ao saldo de efeitos cognitivos e dispêndio mental do autor destinado ao seu público, e que o tradutor deve tentar reproduzir para a língua-alvo.

Dessa maneira, a concepção de metarrepresentação em tradução do humor ilustrada na figura passa a ter uma explanação mínima sobre o que a ação, de fato, representa nesse tipo de comunicação. Como visto no tópico anterior (5.1), a tradução possui uma relação metarrepresentativa horizontal de atribuição de graus de envolvimento entre ambientes cognitivos e também uma relação vertical de ocasiões metarrepresentativas. Além disso, em situações de comunicação secundária, como é o caso do humor, existe a metarrepresentação de verificação de condições de verdade, sucedida de uma metarrepresentação adicional, que verifica a precisão da metarrepresentação anterior.

O fato é que a interface dos estudos de Yus (2013) e Santos (2009, 2014) mostra que na interpretação do humor os processos metarrepresentativos são envolvidos em cadeia progressiva e sobreposta: verificação de crença do ouvinte/leitor com relação ao conteúdo enganoso do falante/autor (metarrepresentação alheia); confirmação e aceitação de crença no mundo paralelo da piada (metarrepresentação particular); e metarrepresentação mútua acerca do conteúdo fictício. Porém, o conteúdo fictício envolve, em si, ainda outros níveis e sobreposições metarrepresentativas: a metarrepresentação da criação imaginária acerca do estado de coisas de um mundo paralelo e a metarrepresentação base que recebe na interpretação do ouvinte/leitor a mesma força de verdade do estado de coisas do mundo real. Arelado a esses níveis, Santos (2014) lança duas contribuições cruciais: a existência da metarrepresentação do conteúdo até a identificação da incongruência e a metarrepresentação de retorno interpretativo após a incongruência (readequação a uma situação congruente aos fatores psicocognitivos e socioculturais).

Diante desses recorrentes níveis e sobreposições metarrepresentativas na confluência entre tradução e humor no fenômeno único da tradução-do-humor, sugere-se, portanto, a ocorrência de **superposição** interpretativa, tendo em vista não apenas a situação macro dos níveis metarrepresentativos do humor sendo superpostos pela cadeia metarrepresentativa dos ambientes cognitivos da tradução, mas também a situação interna da própria incongruência, que exige o trabalho duplo de ser reconhecida e resolvida na leitura, para então ser reformulada segundo o efeito de humor apreendido e previsto para o novo público, conforme a figura a seguir:

FIGURA 17 – A SUPERPOSIÇÃO INTERPRETATIVA NA TRADUÇÃO DO HUMOR



FONTE: A autora (2015).

Existem dois conjuntos atrelados a cada domínio interpretativo da tradução do humor. No ambiente cognitivo mútuo com o público original, o conjunto A, corresponde (em síntese) à sequência: metarrepresentação de uma criação

imaginária → estímulo ostensivo de informação incongruente → choque entre representações → metarrepresentação de verificação do engano (interferência da capacidade de vigilância epistêmica → levantamento de hipóteses para a maximização da relevância → metarrepresentação de retorno para a resolução da incongruência (interferência do módulo psicológico) → efeito contextual humorístico e relevância ótima alcançada.

Realizado o curso metarrepresentativo na interpretação do conteúdo da obra, o tradutor se superpõe interpretativamente para comunicar o humor em termos de contexto e efeito apreendidos na língua-fonte e planejados para a língua-alvo. É o momento em que ele deixa de evidenciar a LF; TF; ambiente sociocultural mútuo da LF; o contexto histórico cultural da LF; o público primeiramente destinado e as relações e interferências do cenário cultural, semântico e pragmáticos sobre esses elementos; e, então, passa a se concentrar mais intensamente na língua-alvo; no ambiente sociocultural mútuo da LA; no contexto histórico cultural da LA; no novo público e nas relações e interferências do cenário cultural, semântico e pragmático sobre esses elementos a serem comunicados na sua tradução⁶⁸.

No ambiente cognitivo mútuo com o novo público, o conjunto B, corresponde (em síntese) à sequência: metarrepresentação do novo público para a formulação da presunção interpretativa → metarrepresentação do tradutor para o ajuste paralelo mútuo entre conteúdo da incongruência → elenco de informações contextuais necessárias que possibilitem criar estímulos que provoquem no leitor expectativa de relevância do humor → metarrepresentação das evidências do texto sobre a cultura de origem para a cultura-alvo para substituição das referências intraculturais necessárias a fim de que o leitor maximize a relevância → preservar o escopo pragmático da língua-alvo → proporcionar a relevância ótima diante do menor custo de processamento.

Na superposição, a tarefa do tradutor é procurar paralelismos na transferência da informação cultural, substituindo referências intraculturais quando necessário, de maneira a preservar o cenário pragmático tanto na quantidade como na qualidade das estratégias de inferência e no saldo resultante de efeitos cognitivos e esforços mentais. O tradutor deve mudar, alterar e/ou substituir constituintes do

⁶⁸ Parte-se do fato de que o tradutor realiza a sua primeira leitura da obra já pensando em como vai traduzi-la. Por isso, não há uma sequência no trajeto. O curso metarrepresentativo ocorre de maneira integrada e integradora, segundo as condições de acessibilidade mental e custo-benefício (equilíbrio energético) que o tradutor extrai da interpretação e dispense no próprio fazer tradutório.

texto o quanto for necessário para que resultados satisfatórios no cenário pragmático sejam produzidos. Essa é, naturalmente, uma atividade de previsão, em que o tradutor realiza tentativas de encontrar equivalentes linguísticos na língua-alvo, capazes de tornar reproduzível o trajeto inferencial na língua-fonte. Contudo, essa é uma tarefa que não possui garantias de que a duplicação de efeitos e esforço será alcançada.

Portanto, a sugestão da ocorrência de uma superposição interpretativa diante dos processos metarrepresentativos na tradução do humor possibilita trazer à superfície a importância de manter o escopo pragmático e, conseqüentemente, os efeitos contextuais e humorísticos da língua-fonte para a língua-alvo, ainda que transformem a tradução em uma alternativa para a piada.

5.3 De nível para grau: o ajuste dos termos

Segundo Wilson (2012), a linguagem é repleta de dispositivos metarrepresentativos que, por muitas vezes, podem ser incompletos ou fragmentários, fornecendo apenas gatilhos para os processos metacomunicativos espontâneos pelos quais o significado do falante é inferido. Isso não quer dizer que a metarrepresentação seja subjacente a qualquer processo cognitivo dessa origem. Pelo contrário: a relevância surge nesse cenário não como uma proposta geral de teoria da mente, mas como estrutura para uma capacidade metacomunicativa modularizada, na condição de subparte (submódulo) de uma capacidade metapsicológica mais geral, que é a ToM.

Desse modo, a relevância relaciona-se com a ToM à medida que o seu princípio (o de relevância) atua na operação do mecanismo interpretativo da linguagem, conferindo plasticidade (remodelação) aos processos cognitivos e *inputs* ostensivos da interação na comunicação intencional.

A cognição humana, sendo apresentada pela propriedade da relevância, é baseada na hipótese de que, quando uma pessoa conhece o ambiente cognitivo de outra, ela se torna capaz de inferir quais suposições poderão ser ativadas e alargadas para que o resultado da comunicação seja bem-sucedido. As suposições, por sua vez, formam um conjunto que, no resultado da comunicação, torna-se manifesto ou mais manifesto em graus variados. Isso faz com que, conseqüentemente, as suposições factuais (ativadas e derivativas) inspirem graus

de confiabilidade: uma representação adequada é aquela que corresponde harmoniosamente com as suposições consideradas como bem confirmadas e as que realmente são bem confirmadas. Assim, os aperfeiçoamentos da representação de mundo do indivíduo são conseguidos pela soma de novas suposições e, também, pelo aumento ou diminuição da confirmação sobre elas.

Os aperfeiçoamentos da representação de mundo do indivíduo também estão relacionados aos efeitos contextuais. Então é que, novamente, entra em jogo outra relação de grau: quanto mais fracos forem os efeitos contextuais de uma suposição, menos disposto o indivíduo estará para considerá-la relevante. Assim, uma suposição torna-se relevante se, e somente se, possuir algum efeito contextual no contexto relacionado. Consequência disso é que a relevância não precisa estar representada ou computada nos processos mentais para ser conseguida, mas, quando representada, assume a forma de juízos comparativos: não relevante, fracamente relevante ou muito relevante.

Nesse sentido, sendo o próprio princípio de relevância submetido, na cognição, a uma ação gradativa, Sperber e Wilson concebem “[...] a própria comunicação como uma questão de grau” (2001, p. 107). Segundo os teóricos, quando a intenção informativa do falante/autor tem como pretensão tornar fortemente manifesta uma suposição em especial, então ela é comunicada de maneira forte. Por outro lado, se a intenção é aumentar marginalmente a manifestação de um leque de suposições, cada uma delas é comunicada levemente. Na comunicação fraca, a preocupação do falante/autor é conduzir os pensamentos do ouvinte/leitor a uma certa direção. O implícito é legítimo a essa circunstância. Por essa razão, a comunicação humana guiada pelo princípio de relevância prevê a existência da intenção informativa de segunda ordem, cujo sucesso interpretativo depende, dentre outros fatores, da ostensão nela aplicada. Com essa concepção, Wilson (2012) define a metarrepresentação na comunicação linguística como o fenômeno cognitivo que envolve representação de ordem superior, que são os pensamentos ou enunciados, com uma representação de ordem inferior inserida, que são as sentenças (independem de valor de verdade) e proposições (verificação de valor de verdade). Em estudo posterior (2012) sobre a interpretação de alguns tipos de enunciados figurativos, a pesquisadora atribui outra ordem ainda mais superior de metarrepresentação.

Em termos de metarrepresentação de enunciados ecoicos e de humor, Wilson (2012), Recanati (2000) e Gibbs (2000, 2010) descrevem que a comunicação não séria envolve uma atividade cognitiva que atua em níveis processuais elevados. Gibbs (2000, 2010) identifica duas camadas de significação: a primeira, em nível de crenças de primeira ordem, em que ocorre representação do conteúdo implícito de um cenário hipotético; e a segunda camada, em nível de crenças de segunda ordem, em que ecoa um pensamento atribuído de uma atitude dissociativa, ou seja, metarrepresentação. Por outro lado, Recanati (2000) observa que o cenário hipotético (equivalente a camada um de Gibbs) envolve metarrepresentação. Para o pesquisador, é a partir de uma representação existente (R/ícone) que se simula a representação da fonte de informação (falante/escritor) sobre a dimensão fictícia (metarrepresentação), para então metarrepresentar para si o pensamento atribuído no domínio da informação sobre (R).

Entretanto, ainda que Recanati (2000) tenha realizado uma abordagem plausível sobre a metarrepresentação em âmbito ficcional, Gibbs (2000, 2010) descreve o comportamento da atitude dissociativa nos processos metarrepresentativos. Logo, foi proposto nesta pesquisa, no capítulo dois, a interface dessas concepções com base em um enquadramento de níveis: uma camada que envolve metarrepresentação em nível fictício, de um cenário hipotético, proposto pelo falante/autor; e uma camada de nível superior em que ecoa um pensamento atribuído (com relação ao falante/leitor) de uma atitude dissociativa.

Santos (2009, 2014), ao relacionar o cenário de elementos e fatores semelhantes aos levantados por Yus (1997) à interlocução, descreve o *jogo de creditação* em que os processos metarrepresentativos são envolvidos em cadeia progressiva: verificação de crença do ouvinte com relação ao conteúdo enganoso do falante (metarrepresentação alheia); confirmação e aceitação de crença no mundo paralelo da piada (metarrepresentação própria); e metarrepresentação mútua acerca do conteúdo fictício.

Porém, o conteúdo fictício envolve, em si, ainda outros níveis metarrepresentativos: a metarrepresentação da criação imaginária acerca do estado de coisas de um mundo paralelo; e a metarrepresentação base que recebe na interpretação do ouvinte/leitor a mesma força de verdade do estado de coisas do mundo real. Atrelado a esses níveis, Santos (2014) lança duas contribuições cruciais: a existência da metarrepresentação do conteúdo até a identificação da

incongruência; e a metarrepresentação de retorno interpretativo após a incongruência (readequação à uma situação congruente aos fatores psicocognitivos e socioculturais), que é o momento responsável pelo efeito do humor e sua externalização, assim como comprovam Coulson et al. (2012) na proposta experimental.

Com essa descrição, observa-se que a cadeia metarrepresentativa do processo de interpretação do humor extrapola os níveis apontados pelos pesquisadores da metarrepresentação. Wilson (2012) estabelece até a quarta ordem de crenças (ou níveis) com relação aos enunciados ecoicos; e Gibbs (2000, 2010) demonstra duas camadas adjacentes (uma de nível superior, outra de nível inferior) sobre a interpretação da ironia. Assim, constata-se que as abordagens da pragmática cognitiva abarcaram, porém não denominaram e estruturaram, todas as ordens de crença e/ou níveis metarrepresentativos envolvidos na interpretação humorística, e que precisam ser descritos para compreensão do fenômeno do humor.

Baseado na concepção de níveis de processamento da mente realizada no terceiro capítulo, tornou-se possível a elaboração de uma proposta inicial de enquadramento metarrepresentativo na interpretação do humor: uma camada que envolve metarrepresentação em nível fictício, de um cenário hipotético, proposto pelo falante/leitor; e uma camada de nível superior em que ecoa um pensamento atribuído (com relação ao falante/leitor) de uma atitude dissociativa, que reside na contraposição entre o que foi dito e o que, de fato, foi comunicado. Entretanto, o percurso teórico traçado até o momento permite constatar que na segunda camada são estabelecidas as diferenças metarrepresentativas entre os enunciados figurativos.

Assim como afirma Wilson (2012) com relação à quarta ordem metarrepresentativa no humor, Padilla (2012) e Yus (2013) correlatamente mencionaram o envolvimento de quatro níveis de atribuição de estados mentais nesse tipo de interpretação: (1) a construção do cenário hipotético pretendido pelo falante/autor; (2) a identificação do conteúdo implícito (equivalente à camada 1); (3) o reconhecimento do engano promovido por uma atitude dissociativa; e (4) a resolução da dissociação (equivalente à camada 2).

Entretanto, a teoria de Santos (2009, 2014) possibilita confirmar a hipótese de que na interpretação do humor esses níveis não são melhores concebidos em camadas. A razão para essa constatação é que, na segunda camada, os níveis (3 e

4) precisam ser considerados (e analisados) de maneira independente. No nível (3) o ouvinte/leitor se engaja interpretativamente na zona do *punchline*, a fim de encontrar uma regra cognitiva que ajuste o conteúdo central do humor (da piada) à intenção da incongruência. No nível (4), a informação nova gerada por esse ajuste possui um sentido, que acrescido da intervenção de um efeito psicológico promove o entretenimento humorístico.

O nível (4) torna-se crucial uma vez que detém a seleção afetivo-emotiva das expectativas de relevância dos *inputs* linguísticos (e não linguísticos) inseridos no sistema cognitivo, e também a verificação (validação ou invalidação) das suposições factuais processadas pelo aparato dedutivo inferencial, encarregado de fazer a captação do alívio da excitação psicológica, que o destinatário explicita no riso (SANTOS, 2014, p. 126).

A independência entre esses dois níveis se dá, portanto, em virtude de que fenômenos comunicativos como ironia e metáfora não têm o riso como principal objetivo. E é esse nível extra de dispêndio cognitivo (dado a partir de expectativas plenas no humor e ocasional em relação aos demais) que diferencia o ato humorístico dos demais casos figurativos. Além disso, é a área de decisão, o momento metarrepresentativo em que o efeito do humor pode ou não acontecer, tendo em vista os elementos psicológicos e contextuais do ouvinte/leitor.

Com base nessas observações sobre a independência de cada nível envolvido na metarrepresentação humorística, algo foi descrito em tradução, uma vez que envolve diferentes (e independentes) ambientes cognitivos. Contudo, ao oposto da abordagem realizada até o momento, os desenvolvimentos teóricos desta pesquisa corroboram para uma única conclusão a esse respeito: a de que cada um dos elementos envolvidos na tradução, sejam culturais, semânticos ou pragmáticos ou qualquer outros fatores circundantes, possuem diferentes níveis de atuação. Isso ocorre em virtude da cascata metarrepresentativa (vertical e horizontal) do processo tradutório, em busca de coletar subsídios informativos capazes de possibilitar que a semelhança interpretativa ocorra, na tradução do humor, em termos de efeito.

Na semelhança interpretativa, as verificações da vigilância epistêmica ocorrem em nível elevado; as estratégias de interpretação sofisticada em nível elevado; o otimismo cauteloso em nível elevado; a mutualidade entre os ambientes cognitivos é uma questão de nível maior ou menor na partilha de suposições; níveis de contexto a serem empregados na situação comunicativa; e, em termos de

princípio de relevância, há graus de estabelecimento de cada fator cognitivo atrelado ao processamento interpretativo.

Portanto, da confluência entre tradução e humor, alçada no procedimento único da tradução do humor, algo importante se pode extrair: todas as variabilidades metarrepresentativas, por serem superpostas, passam a ser excedentes à condição **estaque** estabelecida em **nível** e migram para uma instância **dinâmica de gradação** devido à necessidade de alargamento da significação. Em outras palavras, essa é uma situação que necessariamente precisa ser ajustada a uma perspectiva de grau porque, certamente, excede a qualquer atribuição estaque que o termo “nível” carrega em si.

A fundamentação teórica mostra que a partir do momento que se sai de uma segunda ordem representativa ou de uma segunda camada de metarrepresentação, as metarrepresentações tornam-se sobrepostas e, além disso, no caso da tradução e da interpretação do humor, são também encadeadas, apresentando variabilidades altas, médias, baixas ou recair em inexistência (não serem possíveis); ou ainda proporcionar resultado de previsibilidade interpretativa de mais eficaz para menos eficaz (ou não eficaz). Essa ocasião de alta demanda da ToM em um processo comunicativo é capaz de fornecer inúmeras evidências de que se trata de uma capacidade dinâmica, que atua não apenas como “pano de fundo” nos processos interpretativos (como aludiram algumas teorias que a definem), mas que é requerida **adjacentemente** a qualquer forma de comunicação intencional.

6 CONCLUSÃO

A proposta/sugestão de mutualidade gradativa entre ambientes cognitivos na tradução possibilitou a constatação de que a semelhança interpretativa é submetida, primeiramente, à capacidade inata humana de verificações interpretativas (vigilância epistêmica) que, no processamento tradutório, é elevada a nível superior diante de uma demanda especial, que é a da interseção de múltiplos ambientes cognitivos.

A disposição dos ambientes cognitivos é definida por Gutt (2004) em termos de diferença de mutualidade (binária: possui ou não possui). Nesse sentido, argumentou-se nesta pesquisa em favor de uma perspectiva contrária: a de que essas relações devam ser apresentadas a partir das suas unidades mínimas de confluência, já que a diferença entre suposições de estados de coisas do mundo são maiores que as compatibilidades, ainda mais se orientadas com base em um princípio de relevância, que é relativo a cada indivíduo. Tal abordagem possibilitou que a metarrepresentação fosse observada unificadamente e, com isso, a constatação de que o tradutor possui ambiente cognitivo mútuo, em maior ou menor grau, com todos os outros envolvidos. O que significa, conseqüentemente, conceber uma relação horizontal de atribuição de graus de envolvimento metarrepresentativo entre ambientes cognitivos e uma relação vertical de ocasiões metarrepresentativas.

A tradução do humor sugere a ocorrência de uma superposição interpretativa diante dos processos metarrepresentativos, tendo em vista não apenas a situação macro dos níveis metarrepresentativos do humor sendo superpostos pela cadeia metarrepresentativa dos ambientes cognitivos da tradução, mas a situação interna da própria incongruência, que exige o trabalho duplo de ser reconhecida e resolvida na leitura e interpretação, para então ser reformulada segundo o efeito de humor apreendido e previsto para o novo público. Além disso, essa concepção possibilita trazer à superfície a importância de manter o escopo pragmático e, conseqüentemente, equiparar os graus de efeitos contextuais e humorísticos da língua-fonte para a língua-alvo.

Diante destas contra-argumentações, este estudo teve por objetivo apresentar uma análise da metarrepresentação na comunicação linguística a partir de uma perspectiva de grau, em detrimento da atribuição de ordem ou nível encontrada nas demais investigações da pragmática cognitiva. A tradução do humor, na condição de fenômeno comunicativo, ofereceu campo de observação para que a

metarrepresentação fosse concebida como uma capacidade dinâmica, que atua não apenas como “pano de fundo” (subjacente) nos processos interpretativos, mas que é requerida adjacientemente a qualquer forma de comunicação. Nesse sentido, essa é uma constatação que contribui para o complemento da própria definição de metarrepresentação linguística, ainda não suficientemente abordada nos estudos da área.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. de. **Poesias completas**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2013. (Original publicado em 1955).
- ANTONOUPOULOU, E. A cognitive approach to literary humour devices: translating Raymond Chandler. **The translator**. Manchester, v. 8, n. 2, p. 195-220, 2002.
- ARAN, E. **Página da Cultura**: piadas para gente muito sofisticada. Disponível em: <www.paginadacultura.com.br>. Acesso em: dez. 2015.
- ASIMAKOULAS, D. Towards a model describing humour translation: a case study of the greek subtitled versions of *Airplane!* and *Naked Gun*. **Translators Journal**, v. 49, n. 4, p. 822-842, 2004.
- ATTARDO, S. Translation and humour: an approach based on the General Theory of Verbal Humour (GTVH). **The translator**, Manchester, v. 8, n. 2, p. 173-194, 2002.
- BAKER, J. Social skills training for children and adolescents with asperger syndrome and social communication problems. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, Kansas, v. 37, p. 1960-1968, nov. 2007.
- BARON-COHEN, S; LESLIE, A; FRITH, U. Does the autistic child have a Theory of Mind? **Cognition**, v. 21, p. 37-46, 1985.
- BARON-COHEN, S. **Mindblindness**: an essay on autism and Theory of Mind. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CARRUTHERS, P. **Language, thought and consciousness**: an essay in philosophical psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CHOMSKY, N. **Mind and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- COULSON, S. et al. Joke comprehension and the space structuring model. In: NOVECK, I; SPERBER, D. (Orgs.). **Experimental pragmatics**. 2nd ed. UK: Palgrave Macmillan, 2012 (Original publicado em 2006).
- COURTIN, C. The impact of sign language on the cognitive development of deaf children: the case of theories of mind. **Oxford Journals**, UK, v. 5, p. 266-276. 2000.
- CURCÓ, C. Some observations on the pragmatics of humorous interpretations: a relevance-theoretic approach. **UCL Working Papers in Linguistics**, London, v. 7, p. 27-47, 1995.
- _____. The implicit expression of attitudes, mutual manifest ness and verbal humour. **UCL Working Papers in Linguistics**, London, v. 8, p. 89-99, 1996.
- _____. Relevance and the manipulation of the incongruous: some explorations of verbal humour. In: GROEFSEMA, M. **Proceedings of the University of**

Hertfordshire Relevance Theory Workshop. Chelmsford: Peter Thomas and Associates, p. 68-72, 1997.

_____. Indirect echoes and verbal humour. In: ROUCHOTA, V.; JUCKER, A. **Current Issues in Relevance Theory.** Amsterdam: John Benjamins, p. 305-326, 1998.

_____. Irony: negation, echo and metarepresentation. **Lingua**, v. 110, n. 4, p. 257-280, abr. 2000.

DENNETT, D. C. **The intentional stance.** Cambridge: MIT Press, 1987.

DIAS, S. ToM e o aparato comunicativo da linguagem. In: XVII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA – ALFAL, João Pessoa, **Anais**. p. 1124-1136, 2014.

DIOT, R. Humor for intellectuals: can it be exported and translated? The case of Gary Rudeau's, **Meta**, v. 34, n. 1, p. 84-87, mar.1989.

ECO, U. **Lector in Fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004 (Original publicado em 1985).

EMEDIATO, W. **A fórmula do texto.** Rio de Janeiro: Geração editorial, 2007.

FODOR, J. A. **The modularity of mind.** Cambridge: MIT Press. 1983.

_____. **Psychosemantics.** Cambridge: MIT Press.1987.

_____. **LOT 2: The language of thought revisited.** Oxford: University Press, 2008.

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006 (Original publicado em 1905).

FRITH, U. **Autism: explaining the enigma.** Cambridge: Blackwell, 2003.

GALLESE, V.; GOLDMAN, A. Mirror neurons and the simulation theory of mindreading. **Trends in Cognitive Sciences**, n.2, p. 493-501, 1998.

GIBBS, R. Metarrepresentations in staged communicative acts. In: SPERBER, D. (Org.). **Metarrepresentations: a multidisciplinary perspective.** Oxford: University Press, p. 311-360, 2000.

_____. Language understanding is grounded in experiential simulations: A reply to Weiskopf. **Studies in the History and Philosophy of Science**, n.41, 305-308. 2010.

GIL, C.M.C. Elementos essenciais da piada. In: ANTUNES, L. Z. (Org.). **Estudos de Literatura e Linguística.** Assis: Arte e Ciência, p. 295-318, 1998.

GODOY, E.; FERREIRA, R.B. Poética cognitiva: a pragmática na comunicação literária. In: Elena Godoi (Org.). **Coletânea do I Workshop Internacional de**

Pragmática da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, p. 160-170. 2014.

GOLDMAN, A. I. Mirroring, mindreading, and simulation. In: PINEDA, J. **Mirror Neuron Systems: the role of mirroring processes in social cognition.** New York: Humana Press, 2008.

_____. Theory of Mind. **Oxford handbook of Philosophy and Cognitive Science.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

GONÇALVES, J. L. V. R. **O desenvolvimento da competência do tradutor: investigando o processo através de um estudo explanatório-experimental.** 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GORDON, R. M. Radical simulationism. In: CARRUTHERS, P.; SMITH, P (Orgs.). **Theories of Theories of Mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística.** Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1982 (Original publicado em 1967).

GURILLO, L. R. **La lingüística del humor en español.** Madrid: Arco Libros. 2012.

GUTT, E. A. **Translation and relevance.** Thesis. Degree of doctor of philosophy of phonetics and linguistics. 309 f. University College London: London, 1989.

_____. **Translation and relevance: cognition and context.** Cambridge: Blackwell, 1991. Ed. Revista e ampliada. Manchester: St. Jerome, 2000.

_____. Challenges of Metarepresentation to Translation Competence. In: FLEISCHMANN, E.; SCHMITT, P. A.; WOTJAK, G. (Orgs.) **Translationskompetenz. Tagungsberichte der LICTRA** (Leipzig International Conference on Translation Studies 4). Stauffenberg: Tübingen. 2004.

HAPPÉ, F. Communicative competence and theory of mind in autism: A test of relevance theory. **Cognition**, v. 48, p. 101-119, 1993.

HEMINGWAY, E. **Fiesta: the sun also rises** (Spanish Edition). Tradução de Joaquin Adsuar. São Paulo: Editora Debolsillo, 1993.

IGUALADA, M. T. De la traducibilidad del chiste: más allá de los factores perceptibles. **Interlingüística**, Madrid, n. 16, p.1079-1089, 2006.

LAURIAN, A. M. Humour el traduction au contact des cultures. **Translators Journal**, v. 34, n. 1, p. 5-14, 1989.

LESLIE, A. M. Pretending and believing: issues in the theory of ToM. **Cognition**, v. 50, p. 211-238, 1994.

MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTÍNEZ-SIERRA, J. J. The relevance of humour in audio description. **Intralínea**, Bologna, v. 11, 2009.

MELTZOFF, A. N. **Origins of Theory of Mind, cognition and communication**. New York: Elsevier, 1999.

MOORE, C. The Theory of mind in infancy. **British Journal of Developmental Psychology**, v. 14, n. 1, p. 19-40, 1996.

NOVECK, I; SPERBER, D. (Orgs.). **Experimental pragmatics**. 2nd ed. London: Palgrave Macmillan, 2012 (Original publicado em 2006).

ORIGGI, G.; SPERBER, D. Issues in the evolution of human language and communication. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. (Orgs.). **Evolution and the human mind: language, modularity and social cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PADILLA, M. C. Epistemic vigilance, cautious optimism and sophisticated understanding. **Research in language**, v. 10, p. 365–386, 2012.

PANEK, M. **Subtitling humor**: the analysis of selected translation techniques in subtitling elements containing humor. Wrocław: Institute of English Studies, 2009.

POVINELLI, D. J.; NELSON, K. E.; BOISEN, S.T. Inferences about guessing and knowing by chimpanzees. **Journal of Comparative Psychology**, n. 104, p. 203-210, 1989.

PREMACK, D; G. WOODRUFF. Does the chimpanzee have a theory of mind? **Behavioral and Brain Sciences**, v. 1, n. 4, p. 515- 526, 1978.

RECANATI, F. The iconicity of metarepresentations. In: SPERBER, D. (Org.). **Metarepresentations: a multidisciplinary perspective**. Oxford: University Press, p. 311-360. 2000.

RIZZOLATTI, G.; CRAIGHERO, L. The mirror neuron system. **Rev. Neuroci**, v. 27, 2004.

ROSAS, M. **Tradução de humor**: transcribando piadas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ROTHBART, S. L. **The translation of humour in Road Dahl's Parody**: a study of The Twits and Georges Marvelous Medicine. Johannesburg: University of the Witwatersrand, 2009.

SAMSON, D. et al. Seeing it my way: a case of a selective deficit in inhibiting self-perspective. **Brain**, n. 128, 2005 (Original publicado em 2004).

SANTOS, S. L. dos. **A interpretação de piadas sob a perspectiva da Teoria da Relevância**. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. **O enigma da piada**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

SCHIFFER, S. **Meaning**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

SEARLE, J.R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (Original publicado em 1983).

SELL, R. **Literature as communication**. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

SEQUEIROS, X. Types and degrees of interpretative resemblance in translation. In: MARTINEZ, J.; YUS, F. (Orgs.). **Revista Alicantina de Estudios Ingleses**, Alicante, v. 14, 2001.

SPERBER, D; WILSON, D. On defining relevance. In: GRANDY, R; WARNER, E. (eds.) **Philosophical Grounds of Racionality: intentions, categories**. Oxford: Oxford Press. 143-158. 1986.

_____. **Relevance: communication and cognition**. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1995 (Original publicado em 1989).

_____. **Relevância: comunicação e cognição**. Tradução de Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. A deflationary account of metaphor. In: GIBBS, R. (ed.) **Handbook of metaphor and thought**, New York, Cambridge University Press. 2008.

SPERBER, D. Understanding verbal understanding. In: KHALFA, J. (Org.). **What is Intelligence?** Cambridge: Cambridge University Press, p.179-198, 1994.

SPERBER, D.; MARCARO, O. The moral, epistemic, and mindreading components of children's vigilance towards deception. **Cognition**, v. 112, n. 3, p. 367-380, 2009.

SPERBER, D. et al. Epistemic vigilance. In: CLÉMENT, F.; MASCARO, O.; MERCIER, H. (Orgs.). **Mind & Language**. UK: Blackwell, p. 359-393, 2010.

STACKELBERG, J. Translating comical writing. **Translation Review**, n. 28, p. 10-14, 1998.

TANAKA, K. The pun in advertising: a pragmatic approach. Elsevier: **Lingua** 87: 91-102, 1992.

TOMASELLO, M.; HARE, B.; CALL, J. Do chimpanzees know what conspecifics know? **Animal Behaviour**, v. 61, p.139-151, 2001.

VANDAELE, J. (Re) Constructing Humour: Meanings and Means. **The Translator**, Manchester, v. 8, n. 2, p. 149-172, 2002.

_____. **Humor and translation**: handbook of translations studies. Amsterdam: John Benjamins, p.142-152, 2010.

WILSON, D. Metarrepresentation in linguistic communication. In: WILSON, D.; SPERBER, D. (Orgs.). **Meaning and relevance**. London: Cambridge, 2012 (Original publicado em 2000).

YOUNG, T. S.; Towards translation checklist for students of translation. **Interlinguística**, Madri, n. 17, p. 981-988, 2007.

YUS, F. La teoría de la relevancia y la estrategia humorística de la incongruencia-resolución. **Pragmalingüística**, Cádiz, v. 3, n. 4, p. 497-508,1997.

_____. Pragmatics of humorous strategies in *El club de la comedia*. In: MÁRQUEZ-REITER, R; PLACENCIA, M. E. (Orgs.). **Current Trends in the Pragmatics of Spanish**. Amsterdam: John Benjamins, p. 320-344, 2004.

_____. A relevance-theoretic classification of jokes. **Lodz Papers in Pragmatics**, Łódź, v. 4, n. 1, p. 131-157, 2008.

_____. Relevance, humor and translation. In: YUS, F. **Humor and Relevance**. Amsterdam: John Benjamins, 2016 (Original publicado em 2013).